Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura **Número: 49**

II Sessão Legislativa **Horta, Quarta-Feira, 10 de Fevereiro de 2010**

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Prévio

A. Interpelação ao Governo Regional sobre a "Situação económica e social da Região", apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Na interpelação ao Governo Regional, em sessão iniciada pelo Sr. Deputado António Marinho *(PSD)*, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires *(PCP)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Artur Lima *(CDS/PP)*, Helder Silva *(PS)*, Zuraida Soares *(BE)*, Carla Bretão *(PSD)*, José Rego *(PS)*, Piedade Lalanda *(PS)*, Aida Santos *(PSD)*, Francisco César *(PS)*, Mário Moniz *(BE)*, João Costa *(PSD)*, Rui Ramos *(PSD)* e Luís Garcia *(PSD)*, e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional

(Sérgio Ávila), o Sr. Presidente do Governo Regional *(Carlos César)* e o Sr. Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*.

A sessão de perguntas foi encerrada pelo Sr. Deputado António Marinho *(PSD)* e pelo Sr. Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*, após o que, no final do período dedicado ao Ponto Prévio, o Sr. Deputado António Marinho *(PSD)* apresentou um protesto.

1. Continuação da Discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 – "Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS)".

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Bárbara Chaves *(PS)*, Carla Bretão *(PSD)*, Luís Silveira *(CDS/PP)*, Mário Moniz *(BE)*, Isabel Rodrigues *(PS)* e Aníbal Pires *(PCP)*, e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*.

A Proposta foi aprovada por maioria.

2. Projecto de Resolução n.º 34/2009 – "Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

No debate do Projecto, apresentado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues *(PS)*, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge *(PS)*, Clélio Meneses *(PSD)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Artur Lima *(CDS/PP)*, Zuraida Soares *(BE)* e Paulo Estêvão *(PPM)*, e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*.

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

3. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 – "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto", apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

No debate do Projecto, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares *(BE)*, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes *(PSD)*, Manuel Herberto Rosa *(PS)* e Abel Moreira *(CDS/PP)*, e ainda o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos *(José Contente)*.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, agradecia que ocupassem os vossos lugares, para o Sr. Secretário proceder à chamada dos Srs. Deputados.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 05 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:
Partido Socialista (PS)
Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva
Alzira Maria de Serpa e **Silva**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José de Sousa **Rego**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular ***(CDS/PP)***
Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)
Mário Manuel de Castro **Moniz**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Não há hoje correspondência para ser lida, vamos entrar então no ponto prévio, que ficou acordado em Conferência de Líderes: uma **Interpelação** do Partido Social Democrata **ao Governo Regional sobre a "Situação económica e social da Região"**.
A Conferência organizou os tempos globais do seguinte modo:
Governo – 60 minutos;
Partido Socialista – 60 minutos;
Interpelante (PSD) – 60 minutos;
CDS/PP – 20 minutos;

BE – 13 minutos;

PCP – 10 minutos;

PPM – 10 minutos.

De acordo com o artigo 183.º do Regimento, o debate é aberto com uma intervenção de um dos interpelantes que, na circunstância, será o Sr. Deputado António Marinho.

Sr. Deputado, tem a palavra para iniciar o debate.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Move-nos, apenas, a preocupação.

Reconhecemos a situação complexa que actualmente vivem os Açorianos.

Queremos contribuir para melhorar os efeitos de uma crise que, começando por se afirmar como meramente financeira, deflagrada à escala mundial, se foi tornando uma crise económica de grande dimensão, também aqui, nos Açores. Pretendemos dar o nosso contributo para atenuar, no imediato, as consequências sociais que se foram intensificando ao longo dos últimos meses.

É este, no essencial, o nosso propósito.

Não estamos aqui para produzir um libelo acusatório. A constatação da real situação económica e social dos Açores tem de ser, no entanto, o primeiro passo para desenhar as medidas que a economia e a sociedade açorianas verdadeiramente necessitam.

A identificação do problema é imprescindível. Contudo, os Açorianos só ficarão verdadeiramente a ganhar se ele for assumido, na sua verdadeira dimensão, pelos diversos quadrantes políticos representados neste Parlamento. Incluindo, obviamente, a maioria e, essencialmente, quem tem responsabilidades de governo.

É de um ponto de partida comum, não duvidamos, que tem de partir a solução.

Queremos, sem falsas intenções, que o Governo saia daqui menos orientado para as explicações dos insucessos. Que se liberte do permanente recurso a factores situados em pontos tão longínquos destas ilhas, e muitas vezes até desajustados da realidade específica inerente ao carácter arquipelágico dos Açores.

Seria bom, neste tempo de contrariedades que vivemos, que o Governo se mostrasse mais aberto em relação ao papel da oposição. Seria fundamental que todos, incluindo a maioria, ficassem mais sensibilizados para resolver os problemas dos Açorianos, e menos virados para a contenda partidária sem resultados na vida das pessoas.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Os Açores necessitam, não tenhamos dúvidas, de uma união de esforços. E necessitam de prioridades. Prioridades que todos devem estabelecer, que todos são livres de estabelecer. Afinal, vivemos em democracia. Sucumbir a tentações, incluindo as que não resolvem os problemas das famílias e empresas açorianas, é um direito. Contudo, esse direito também deve levar a que sejam arcadas as consequências daí decorrentes.

Deputados Cláudio Almeida e Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devemos dizer, à partida, que nunca colocámos os Açores fora da rota da crise. Como temos, sucessiva e permanentemente, dado a conhecer. Muito pelo contrário. Sabemos que crise é algo que os Açores conhecem há muito. Não andava longe de nós, e temos a certeza que cá anda há muito mais tempo do que desde o último semestre de 2008.

Sabemos que antes da que se estendeu a todo o mundo, outra crise havia que era exclusiva dos Açores.

Mas não nos interessa, por agora, batalhar neste aspecto. Nem queremos ser especialmente incisivos no facto de ter sido negada durante tempo demais. Apenas queremos não nos esquecer que o seu não reconhecimento no tempo certo, na altura adequada, foi factor de agravamento dos seus efeitos, do seu desenvolvimento e da sua extensão no tempo.

A verdade é que está por cá. Na sua máxima força. Infelizmente, não saiu daqui há seis meses.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Contrariou as certezas, ou não respondeu aos apelos, do Presidente do Governo. E há que lembrar que o responsável máximo do governo açoriano se mostrava "convicto de uma recuperação económica no segundo semestre deste ano".

Este ano, 2009, entenda-se! Não só não recuperou, como infelizmente se intensificou.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Alguns sinais!

O Orador: Sr. Presidente, eu acabei de ler "convicto de uma recuperação económica no segundo semestre deste ano". Eu tive o cuidado de reproduzir as suas palavras.

É assim urgente fazer um ponto de situação. Sem um diagnóstico mais ou menos aprofundado, não conseguimos definir onde temos de actuar. Sem uma situação aceite por todos, sem restrições, é impossível partir para um objectivo comum.

Ora é esse o desiderato que consideramos imprescindível. A situação de crise assim o exige. Os Açorianos querem ver restituída a sua esperança. E nós temos a obrigação de corresponder às suas necessidades, às suas expectativas.

É isso, exclusivamente, aquilo que nos move nesta interpelação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passemos, então, à apresentação desse mínimo que por todos deve ser reconhecido.

Passemos aos dados que todos podemos dar como adquiridos em relação à situação económica e social da Região. O ponto de partida.

Utilizemos dados a todos acessíveis. Que não merecem contestação. Os dados oficiais.

Mesmo que doam a quem os produz. Tenhamos a ousadia, apenas, de os reconhecer. Assumamos a situação, com total honestidade.

Vamos olhar, apenas, para instrumentos estatísticos oficiais. Para que não seja possibilitada qualquer fuga ao consenso.

Obviamente, teremos de esquecer certas apreciações, como são exemplo as do Boletim Trimestral de Estatística. Sempre bondosas, ou menos honestas, convenhamos.

Constatemos apenas os factos. Os principais. Vamos a eles.

Há descidas nos consumos de energia eléctrica, designadamente no comércio e serviços.

Como antes não existiam. Correspondem, certamente, a um sintoma de crise.

Na agricultura o desânimo é grande. Há indefinição. Há angústia, utilizando as palavras do membro do Governo Regional responsável pelo sector, nem há uma semana proferidas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues)*: Não, mantenha as coisas nos lugares. É falso, são as quotas, Sr. Deputado.

O Orador: Ainda para mais, os agricultores confrontam-se com o atraso nos pagamentos dos apoios comunitários.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues)*: Não.

O Orador: Justamente num momento em que outros factores os angustiam.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(Noé Rodrigues)*: É falso.

O Orador: É falso que o senhor tenha dito que eles vivem angústia? O senhor vai ter possibilidade de responder.

No sector da pesca a descida atinge 18.5% no final do terceiro trimestre do ano transacto. Também aqui, preocupação, uma das palavras mais utilizadas nos tempos que correm, é o que assalta a cabeça dos profissionais do sector.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As vendas de automóveis, forte indicador dos níveis de consumo, estavam em descida de 30.2% em Setembro. Aliás, uma percentagem ajustada à quebra de actividade que se estima para todo o sector do comércio nos Açores em 2009. E a palavra que seja dada aos comerciantes, que bem estão a sentir esta quebra na sua actividade.

Na construção civil, cujos responsáveis atestam a situação muito complicada que o sector vive, os elementos estatísticos confirmam a realidade desfavorável que está a ser sentida. As licenças de construção estavam em descida de 39.6% no final de

Setembro, um comportamento ajustado à quebra de 16.6% nas vendas de cimento. A situação, segundo as empresas do sector, pode já ter levado à dispensa de cerca de três milhares de trabalhadores, valor muito significativo, especialmente num sector que contribui largamente para a variável emprego nos Açores.

O turismo vive, também ele, um momento demasiado negativo. Assim o digam a estatísticas. Assim o digam os agentes do sector.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Uma quebra de quase 11% até Novembro de 2009, que se junta a uma descida de 5% em 2008 e a uma quase estagnação em 2007. Descidas que seriam importantes em qualquer sector, mas que adquirem uma expressão desfavorável muito mais significativa perante o forte investimento que os privados deram como resposta ao desafio que lhes foi feito pelas entidades públicas açorianas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Falámos, nos dois últimos casos, em sectores largamente responsáveis pelo emprego regional.

Não queremos ser provocatórios. Queremos apenas constatar factos. Voltamos a dizer o que ontem dissemos.

A verdade é que, com o forte contributo dos dois sectores anteriormente referidos, os Açores atingiram em 2009 um máximo nunca antes atingido nos tempos de Autonomia: o do numero de pessoas desempregadas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: E empregadas.

O Orador: No final do segundo trimestre do ano, segundo a medida oficial, a única medida oficial, o desemprego atingiu 8,535 pessoas. Mais 1,100 do que o máximo anteriormente obtido, já lá vão quinze anos. Este flagelo social chegou, pelo menos, a 10% das famílias açorianas. É um facto. Foi atingido um máximo. Omiti-lo, negá-lo, é o mesmo que não ter vontade de resolver esse problema social gravíssimo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Números preocupantes são também os que se atingiram na atribuição do Rendimento Social de Inserção, medida em que os Açores, infelizmente,

lideram. O agravamento dos níveis de pobreza é um factor indissociável da evolução actual da sociedade açoriana. É a estes dois níveis que se estão a repercutir os efeitos sociais da crise que atinge a economia açoriana. A crise social pode considerar-se, hoje em dia, definitivamente instalada.

Para completar o diagnóstico – o curto diagnóstico –, será também fundamental abordar a eficácia das medidas que já foram desencadeadas para combater a crise. Da sua adaptabilidade à situação que se tem vivido. Dos sucessos ou insucessos obtidos.

Tal como não tivemos problemas em as acarinhar, não teremos problemas em as avaliar.

Esperamos que haja idêntico comportamento por parte de outros. Com seriedade, com honestidade, com sentido de responsabilidade. Sem falsas apreciações, que apenas pretendam defender interesses próprios, e não os interesses dos Açores e dos Açorianos.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É este o ponto de partida para esta interpelação. Sem dados mais aprofundados. Sem elementos que possam levantar dúvidas. Apenas recorrendo a dados oficiais.

Negá-los, é não querer construir soluções.

Aceitá-los, reconhecê-los, é mostrar vontade de devolver a esperança aos Açorianos. Tenham a humildade de os aceitar.

Não os queiram contestar, se entendem que podem ser uma base comum de entendimento. Não o façam, se entendem que, em democracia, as diferentes concepções de sociedade podem ter pontos de identidade comum, e que estes devem ser valorizados para melhorar a vida do povo que todos representamos.

Deputados Jorge Macedo e Mark Marques *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aceitem que, enquanto uns governam, outros fiscalizam e defendem um projecto alternativo que muitos Açorianos escolheram.

Não entendam esta interpelação como uma acusação. Entendam-na como um contributo para melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Da nossa parte, contem com seriedade. Não contem com a vontade de adesão a querelas partidárias que não se repercutam na melhoria dos níveis de bem-estar daqueles que representamos.

Essa é também a boa atitude para credibilizarmos esta nobre tarefa, que todos desempenhamos.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Para abrir o debate em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2009 foi marcado em todo o mundo por uma conjuntura económica que reflectiu a significativa redução de liquidez do sistema bancário mundial no último trimestre de 2008.

A desvalorização vertiginosa dos activos bancários reduziu a liquidez das instituições financeiras e, por essa via, a sua capacidade de potenciar a circulação monetária e de relançar a economia real.

A redução do efeito multiplicador da moeda em circulação fez baixar os níveis de consumo e de investimento privado de todas as estruturas produtivas com economias de mercado, o que afectou significativamente os níveis de produção de todos os países.

A solução de recurso, adoptada por todos os Governos, foi a de aumentar a despesa pública, o que, associado à redução da receita fiscal decorrente do arrefecimento das economias, tem originado um aumento dos défices das contas públicas e do endividamento da generalidade dos países.

Desde há cerca de ano e meio, a evolução do nível da produção, do rendimento e do emprego de todas as economias relevantes tem decorrido em baixa, com uma

tendência objectiva em todos os seus indicadores estatísticos. Há meses e meses consecutivos que os órgãos de comunicação social em todo o mundo dão conta, quase todos os dias, por esse mundo fora, de uma degradação constante, de falências em cadeia de empresas e da extinção abrupta de empregos, de economias destroçadas e de famílias sem apoios, sem esperança.

Neste contexto, o Governo dos Açores tem-se empenhado fortemente na implementação de medidas que permitam atenuar os efeitos desta conjuntura económica e financeira internacional adversa que, tendo origens e causas claramente externas à nossa Região, nela se reflectem, como em todas as economias abertas à escala mundial. E, na sequência dessa intervenção, temos conseguido, apesar das dificuldades, que a perda de empresas e de empregos atinja valores e consequências nos Açores muito inferiores às verificadas na generalidade dos países ocidentais.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

O Orador: Exigir ao Governo dos Açores que tivesse a capacidade de anular totalmente os efeitos desta conjuntura internacional, que nenhum governo no mundo conseguiu, conforme alguma oposição de forma atrapalhada exigiu, é, no mínimo, desonesto ou inconsequente.

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Não apoiado!

O Orador: Para o ainda maior partido da oposição regional, então, todos os governos desses países da Ásia à América e à União Europeia, incluindo o dos Açores, não prestam para nada e são totalmente incapazes.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: São palavras suas!

O Orador: Só se salva o PSD/Açores que, se estivesse no Governo, conseguiria com certeza encontrar a solução que nenhum Governo no mundo inteiro teve a visão e a capacidade de concretizar. Pena é que não tenham dado essa solução à Madeira, onde o desemprego é muito superior, o investimento público decresce, onde a economia cresceu, nos últimos 4 anos, a uma taxa muito inferior aos Açores, e onde a dívida pública já é 5 vezes superior à nossa.

(Risos das bancadas do PSD e CDS/PP)

Deputado António Marinho *(PSD)*: Essa é só para rir!

Deputado Luís Garcia *(PSD)*: Fale dos Açores!

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: PSD, Madeira… Açores, nada!

O Orador: Ao PSD custa muito reconhecer que temos resistido melhor que a generalidade das economias europeias e que temos tomado as medidas necessárias e oportunas com eficácia, inovação e ambição.

Este PSD desespera porque o Governo dos Açores se mantém permanentemente atento, empenhado e esforçado em continuar para que seja possível ultrapassar as dificuldades que ainda persistem, de forma a garantir que nos Açores a conjuntura internacional adversa tenha uma menor duração e um menor impacto que no País e na Europa.

Continuaremos a trabalhar, tomando todas – repito todas – as medidas necessárias para continuar a dinamizar a economia, estimular o consumo privado, promover o aumento dos rendimentos, para que possamos rapidamente retomar os níveis de confiança e de crescimento que têm caracterizado o desenvolvimento regional na última década.

É para isso que cá estamos, é por isso que continuamos a merecer a confiança das nossas famílias e dos nossos empresários.

Para assegurar às empresas açorianas os recursos necessários para incrementarem a sua actividade, atendendo às consequências da falta de liquidez das instituições financeiras, criámos linhas de apoio ao reforço do fundo de maneio e ao pagamento de dívidas entre empresas e a Administração Fiscal e Segurança Social, promovendo a disponibilização de recursos financeiros adicionais às empresas, facilitando o seu uso do financiamento bancário e reduzindo os encargos dessa disponibilização.

Estes apoios beneficiaram já 755 empresas açorianas e permitiram a disponibilização de 36,3 milhões de euros de financiamentos adicionais à estrutura produtiva regional, assegurando a manutenção de 9.076 postos de trabalho.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Ontem eram 16 mil, agora são só 9 mil?

O Orador: O Governo dos Açores criou, ainda, uma linha de apoio à reestruturação dos endividamentos bancário das empresas e à redução dos seus encargos financeiros, que assegurou refinanciamentos num montante superior a 176 milhões de euros, repartidos por 344 empresas, em mais de 520 operações de consolidação financeira, o que permitiu contribuir para salvaguardar mais 6975 postos de trabalho. Tem aí a sua resposta.

Com estas medidas, procuramos estimular a retoma da normalidade do financiamento bancário para o funcionamento corrente das empresas açorianas, avalizando e reduzindo o risco e, consequentemente, o custo das operações financeiras.

Ainda como forma de apoiar as empresas a ultrapassar esta conjuntura económica e reforçar a sua liquidez, o Governo dos Açores, no âmbito da legislação em vigor, autorizou a regularização das dívidas à Segurança Social, através do pagamento faseado no prazo de 36 e 60 prestações mensais, consoante o montante da dívida, e reduziu para 3 anos o prazo da eficácia das garantias bancárias das empresas que efectuaram obras para a administração regional, reduzindo, assim, os seus custos financeiros decorrentes da realização de obras públicas.

Também no apoio às empresas, designadamente e no âmbito dos sistemas de incentivos, o Governo dos Açores passou a antecipar o pagamento dos apoios em função das despesas elegíveis apresentadas e a assegurar adiantamentos da componente não reembolsável do incentivo, até 30% do valor aprovado. Com estas medidas, as empresas deixaram de pagar primeiros os investimentos realizados para depois receberem os respectivos subsídios, o que passou a constituir uma importante facilidade para prosseguirem mais rapidamente os seus investimentos.

Por outro lado, o Governo dos Açores, tendo a percepção de que a redução da capacidade financeira dos bancos iria também condicionar o acesso ao crédito à habitação e, por essa via, reduzir a procura de novas habitações, com o consequente arrefecimento do mercado da construção civil, procedeu à aquisição de 274 novas habitações, num investimento superior a 26 milhões de euros, que contribuiu decisivamente para a estabilização deste mercado, assegurando-se uma

injecção de liquidez adicional às empresas do sector da construção civil, devolvendo o equilíbrio entre a oferta e a procura de habitações.

Para a concretização deste objectivo, o Governo dos Açores criou também um Programa de Apoio ao crédito bancário para a aquisição de casa própria, que garante até 20% do valor de aquisição de casa, bonificando simultaneamente os juros suportados pelas famílias.

Com o objectivo de continuar a assegurar a consolidação da capacidade de exportação da economia açoriana, elemento estruturante da nossa estratégia de desenvolvimento sustentado, criámos medidas de apoio específico ao sector da Agricultura e pescas, nomeadamente o Programa Complementar de Apoio aos projectos de investimento promovidos pelos empresários agrícolas açorianos no âmbito do PRORURAL, que assegura a disponibilização imediata dos financiamentos comunitários de apoio ao investimento, e implementámos o Sistema de Apoio Financeiro à Agricultura nos Açores, que beneficia já 902 agricultores, através da disponibilização de um fundo de maneio adicional e da comparticipação até 30% dos encargos financeiros decorrentes dos investimento suportados.

Ainda no âmbito do reforço da nossa capacidade de exportação, criámos um regime de compensação ao escoamento dos produtos da pesca nas ilhas de Coesão, que reforçou o apoio e a competitividade dos produtores regionais, tendo beneficiado no último ano 126 operadores açorianos.

Com o objectivo de consolidar a estrutura produtiva regional e o seu potencial estratégico, adquirimos ainda a maioria do capital social da industria conserveira Santa Catarina e Sinaga, SA, o que reforça a nossa aposta no sector primário como núcleo essencial da criação de riqueza nos Açores.

Todas estas medidas corresponderam à concretização de acções centradas no tratamento imediato dos aspectos mais essenciais e sistémicos das consequências da conjuntura internacional na nossa Região.

Continuamos determinados em continuar a superar os bloqueios existentes, para que os Açores retomem o seu caminho, que tem gerado nos últimos oito anos um ritmo de crescimento económico sempre superior ao País e, nos últimos quatro

anos, sempre superior à Madeira, e que tem assegurado que sejamos a Região do País com maior desenvolvimento económico, tendo registado também nos últimos 12 anos um crescimento superior em 7 pontos percentuais à média da União Europeia a 27 países.

Os Açores cresciam mais, quando todos cresciam. Agora, temos conseguido continuar a crescer, quando quase todos desceram.

Os últimos dados conhecidos, referentes a 2008, publicados pelo INE, evidenciam que continuamos no caminho certo, tendo-se confirmado que a economia açoriana registou no último ano um crescimento real de 2,3%, muito superior à média nacional, que verificou no ultimo ano uma estagnação.

A economia açoriana, em 2008, consegue também crescer mais do que a média da União Europeia.

De facto, de acordo com o INE, o crescimento e económico dos Açores foi três vezes superior à média da União Europeia, que registou uma variação de apenas 0,8%.

Estes dados recentemente revelados reforçam a confiança do nosso trabalho para a retoma dos indicadores de produção e rendimento anteriores a esta conjuntura internacional. Uma retoma que apresenta já alguns bons indícios, de acordo com a avaliação a que temos procedido, a partir de um indicador sintético para a evolução conjuntural com base em indicadores simples disponíveis no Serviço Regional de Estatística.

Após um período efectivamente de quebras persistentes da actividade económica regional, constatamos com muita confiança e satisfação alguma inversão dessa situação a partir do terceiro trimestre do ano passado, registando-se uma melhoria acentuada da maioria dos indicadores de actividade económica, como por exemplo consumo da energia eléctrica para o comércio, serviços e industria, o leite entregue nas fábricas, o gado bovino abatido, o leite para consumo e o queijo, produzido nas nossas fábricas.

Os dados estatísticos já conhecidos, referentes já ao quarto trimestre de 2009, acentuam a consistência desta inversão de tendência, destacando-se a redução

acentuada do decréscimo da venda de cimento, de veículos ligeiros e passageiros e comerciais, bem como do desembarque de passageiros por via aérea.

Confiamos que estes dados representam o início da recuperação desejada e para a qual estamos, de forma empenhada, a trabalhar e evidenciam que estamos no caminho certo e que é nesse caminho que devemos continuar em frente.

Conforme oportuna e corajosamente assumiu o Sr. Presidente do Governo dos Açores, em 2009 iríamos perder empresas e empregos, na sequência dos efeitos adversos da conjuntura internacional. Com base nesse diagnóstico, definimos a promoção do emprego como a prioridade estratégica da nossa acção governativa.

Conscientes que a estratégia de desenvolvimento dos Açores, que concretizámos, permitiu na ultima década criar mais de 24.000 novos empregos na nossa Região, assumimos com orgulho, como nosso património, a transformação estrutural que empreendemos na economia açoriana e que permitiu potenciar a sua dinâmica de criação de emprego.

Sendo a crise económica uma crise à escala mundial, não é de estranhar, evidentemente, que também tenha as suas incidências na evolução de emprego nos Açores. Por isso, mesmo estas não podem ser consideradas, com seriedade, isoladamente.

A incidência e intensidade desse impacto devem ser avaliadas no confronto com o que está a acontecer em outros espaços e regiões, para assim sabermos se estamos a agir melhor nos Açores e se as medidas já adoptadas têm dado comparativamente mais resultados, ou se, pelo contrario, devemos alterar o nosso rumo.

Em termos quantitativos, os Açores registam uma taxa de desemprego que, sendo a mais baixa do País (6,2%), é ainda muito inferior à média nacional (10,4%) e ao valor verificado no conjunto dos 27 países da União Europeia, que atinge já os 9,6%.

Alguns dirão que com o mal dos outros não se preocupam, mas convém perguntar a qualquer cidadão dos 23 países da União Europeia com taxas de desemprego muito mais elevadas do que os Açores, se não preferiam viver e ter o nível de emprego que actualmente se regista na nossa Região.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

Deputado João Costa *(PSD)*: E nos salários, então, nem se fala.

O Orador: Mas se essa correlação os incomodar, podem também comparar os Açores com o arquipélago das Canárias, onde o desemprego já ultrapassa os 20%, ou a Madeira, onde o desemprego atinge já cerca de 8% da população activa.

Nós temos dificuldades, todos o sabemos, mas em nada, felizmente, comparáveis com esses casos.

Apesar de, ainda ontem, haver alguns deputados saudosos de outros tempos, que preferiram recuar ao ano de 1993, em que efectivamente existiam nos Açores menos 200 açorianos desempregados, mas esqueceram-se que nesse mesmo tempo havia também, menos 24.000 açorianos com emprego.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Se a problemática do desemprego deve ser, de forma realista, enquadrada na sua efectiva dimensão real e comparativa, não mediremos a nossa eficácia e ambição pela mediocridade dos resultados obtidos pelos Governos do PSD, que nunca irão constituir para nós uma referência ou uma justificação para não fazer mais e melhor.

Enquanto houver um açoriano desempregado, haverá um problema para resolver e iremos criar uma solução, com ambição e criatividade, para encontrar a resolução desse problema.

Deputado João Costa *(PSD)*: O pior é que os problemas não param de aumentar!

O Orador: E qualquer solução, para ser credível, tem de compreender previamente as causas do desemprego nos Açores e ajustar as medidas a essa realidade.

Ao analisar a estrutura etária e a qualificação dos açorianos inscritos nos centros de emprego, verifica-se que 83,5% tem habilitações inferiores à actual escolaridade mínima obrigatória e 66% dos desempregados abandonaram o sistema de ensino há mais de 14 anos.

Importa, pois, perguntar onde estiveram aqueles que, hoje, exigem uma solução para este problema, quando permitiram que esses mesmos açorianos fossem

enviados para o mercado de trabalho sem o nível mínimo de qualificação e formação, que lhes assegura-se um nível de empregabilidade compatível com as exigências de competitividade actual.

Deputado Ricardo Cabral *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Os actuais desempregados têm um denominador comum: falta de qualificação; e têm essencialmente uma origem: o sector da construção civil.

Por isso, estamos a criar um programa de valorização profissional especifico para o sector da construção civil, que vai financiar acções de qualificação dos trabalhadores até quatro meses por ano, nos períodos de baixa actividade, dotando-os de novas qualificações, que permitirão o reforço das suas competências e reduzindo, ao mesmo tempo, os encargos das empresas do sector nesse período, alargando assim a área de intervenção dos Programas de Valorização profissional e Qualificação empresarial já em vigor, que se destinavam preferencialmente aos sectores do turismo e do comércio tradicional.

Conforme já foi também anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, criámos também um programa de reconhecimento de competências dos profissionais da construção civil, que, através de um programa de formação e certificação de activos, vai dotar os trabalhadores de uma certificação de aptidão profissional e de uma carteira reconhecida, que será no futuro, uma exigência para integrarem os quadros das empresas que procedam a uma certificação de qualidade e, implementámos um programa de qualificação de desempregados, também na construção civil, que, através de acções de formação com dupla certificação – profissional e académica –, irá dotar os actuais desempregados do sector de uma habilitação académica igual ou superior ao nono ano de escolaridade.

Com estas medidas, pretendemos transformar dificuldades conjunturais e transitórias em oportunidades de qualificação e em novas oportunidades de competitividade e empregabilidade.

Também com este objectivo implementámos os Programas de Consultadoria Estratégica empresarial, que abrangem 22 empresas e 423 trabalhadores; criámos a Bolsa Regional de Consultores Empresariais, já com 96 consultores certificados, reforçando assim a competitividade das empresas açorianas e as suas potencialidades para vencer novos desafios; e apoiámos 15 empresas na manutenção de 210 postos de trabalho, através do Programa de Manutenção de Postos de Trabalho.

O Governo dos Açores está determinado a continuar a tomar todas as medidas que possam contribuir para assegurar a normalidade do funcionamento da estrutura produtiva regional, sempre que verificar que os bancos e instituições financeiras não demonstrem a capacidade necessária para contribuir para a dinamização da actividade económica na nossa região.

Assim, iremos alargar até 31 de Março o prazo de candidaturas no âmbito da Linha Açores Empresas, destinada a financiar as empresas no pagamento de dívidas a terceiros, incluindo, como já se verifica actualmente, as dívidas à segurança social e fiscais.

Não teremos, também, qualquer hesitação em assumir riscos de investimento e dinamizarmos a captação de recursos financeiros externos à região, que promovam a concretização de investimentos privados estruturantes e estratégicos para o desenvolvimento regional, sempre que verificarmos que a banca e as instituições financeiras se acomodaram e não cumprem o seu papel na dinâmica de desenvolvimento regional.

Conseguimos que a crise chegasse mais tarde aos Açores, estamos a conseguir que ela tenha efeitos menos gravosos entre nós e vamos, estamos certos, conseguir que ela termine mais cedo.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

O Orador: É esse o desafio que ainda temos pela frente.

É esse o desafio que queremos superar.

É esse o desafio que estamos a ultrapassar.

É esse o desafio que vamos vencer.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção, gostava de tecer alguns considerandos sobre esta interpelação, que tem a ver com a situação económica e social de crise que atravessamos.

Relativamente à questão da crise que foi reconhecida, mais ou menos, por decreto há um ano e alguns meses, a verdade é que quer os cidadãos, quer as micro, pequenas e médias empresas há muito sentiam os efeitos dessa crise, quer nós queiramos, quer não. Quer dizer, a crise não aconteceu porque alguém disse, nos Estados Unidos, na Bélgica, na Alemanha ou nos Açores, que a crise se tinha instalado. Não, os cidadãos tinham dificuldades, viram os seus rendimentos diminuir. As micro, pequenas e médias empresas tinham dificuldades de liquidez, de tesouraria, para fazer face aos problemas e aos encargos que tinham, quer com os seus trabalhadores, quer com os seus fornecedores, enfim, tendo em conta a actividade que desenvolviam.

Isto é anterior à declaração de que a crise chegou, penso que é um facto irrefutável. E, sendo um facto irrefutável, julgo que o Governo Regional, os órgãos próprios da Região – e visto que estamos a falar da crise na Região – dever-se-iam ter antecipado e promovido algumas das medidas que posteriormente vieram a tomar e – gostava de referir – às quais nós demos o nosso apoio, sendo sempre críticos, porque consideramos que elas foram e são insuficientes e visam apenas uma parte do que é, ou deverá ser, para nós, a solução para ultrapassar esta crise, que se diz de conjuntura.

A verdade é que isso não foi feito. Se tivesse sido feito, com certeza que essas medidas tinham almofadado alguns dos efeitos mais perversos que esta crise está a ter e que de facto – já ontem aqui se falou – é dramática, porque atinge milhares e milhares de açorianos, atinge centenas de micro, pequenas e médias empresas e

também algumas grandes empresas nos Açores. Estas iniciativas poderiam e deveriam ter sido tomadas anteriormente, medidas conjunturais para respostas a uma crise que é conjuntural.

Mas o PCP Açores considera que esta crise não é apenas uma crise de conjuntura. Esta crise decorre, de facto, de um modelo e é uma crise estrutural. É de conjuntura, mas a sua raiz é mais profunda. A sua raiz é mais profunda porque, para Portugal, para a Região Autónoma dos Açores, se importaram modelos de desenvolvimento que destruíram o nosso aparelho produtivo. O nosso sector produtivo, hoje está completamente desmantelado.

O Deputado Artur Lima já está a sorrir, porque acha que a riqueza se cria com serviços. É evidente que os serviços criam ou ajudam a criar riqueza, mas a riqueza cria-se no sector primário. Não há nenhuma economia saudável que não tenha um forte sector produtivo, que não tenha um forte sector de transformação e então, sim, depois de o termos, darmos sustentabilidade a um sector de serviços. Infelizmente, muitos dos que aqui estamos consideramos que desenvolvimento e modernidade é terciarizar as economias, é "financializar" a economia. Não me parece e, aliás, os resultados estão à vista de todos. Aí, sim, reside o problema. A questão é, portanto, de conjuntura, certamente, mas é também uma questão estrutural. Houve, de facto, esse desmantelamento do sector produtivo.

Aliás, a crise na Região tem contornos diferentes, porque o nosso sector produtivo, quer na área da agricultura, quer na área das pescas, ainda tem alguma pujança. Aliás, eu gostaria de deixar a pergunta, para quem quiser responder: é evidente que hoje o desemprego é transversal e atinge todos os sectores; mas o desemprego incide certamente mais no sector dos serviços e da construção civil e muito menos no sector produtivo e no sector da transformação. Isto é um indicador que temos de ter em consideração! Nós temos de ter este indicador em consideração! O grande problema vem depois.

De facto, há aqui alguma coisa que nos diferencia, e é exactamente isso. É essa a aposta que temos de ter. Temos de procurar um modelo, um paradigma açoriano de desenvolvimento e não estarmos a importar modelos falidos, desadequados à nossa realidade. Nós temos de encontrar um paradigma de desenvolvimento açoriano e

não é nada de novo, não será nada de novo: um paradigma assente na terra, que é exígua, mas é muito pródiga; assente no mar, que nos dá dimensão; e assente na geografia, que nos coloca no centro da bacia atlântica, quando olhamos para o ocidente da diáspora, ou quando olhamos para o sul da lusofonia. Esse deve ser o nosso modelo! Não podemos deixar cair o nosso sector produtivo! O nosso sector produtivo é fundamental!

Para terminar esta primeira intervenção, apenas mais uma questão.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Já chega!

O Orador: Já chega? Não, eu preferia ainda dizer mais qualquer coisinha, se me permitem, que tem a ver com a questão do emprego e do desemprego, com as taxas de emprego e de desemprego.

Há uma questão que é a seguinte: é evidente que quando o Sr. Vice-Presidente diz que hoje temos uma população activa bastante superior àquela que tínhamos atrás, é verdade, certamente. Isso é um dado importante, a ter em consideração. Houve criação de postos de trabalho, mas isso não nos pode fazer descansar, porque temos, de facto, uma taxa de desemprego elevada. Não podemos escamotear esse facto e temos de lhe dar a devida atenção, até porque a taxa da nossa população activa não é tão elevada como noutras regiões do país. Portanto, há que prestar a devida atenção a estas questões.

O PCP está disponível, como sempre esteve, para apoiar as medidas de conjuntura de combate a esta crise. Mas temos de ir muito para além disso, temos de criar condições, não para pagar para não produzir, mas para reforçar os nossos sectores produtivos.

Temos ainda uma outra coisa, relativamente à questão da transformação, nomeadamente a indústria de transformação. Sendo que na Região há algumas fileiras, ou pelo menos uma fileira, que tem dimensão e que tem, efectivamente, escala, a nossa indústria transformadora não pode ser uma coisa vulgar. Têm de dar resposta a essa fileira e, sobretudo, ela não pode colocar no mercado produtos vulgares, tem de pôr produtos diferentes, produtos de alta qualidade. Só assim poderemos competir.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por agora acabei.

Presidente: Da próxima, Sr. Deputado, poderá usar os seus quarenta segundos como bem entender.

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Muito obrigado. Eu tinha ideia que me tinha sobrado qualquer coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Ontem tive a oportunidade de desenhar aqui o quadro, do ponto de vista económico, do ponto de vista das questões sociais, do ponto de vista daquela questão que nos preocupa e que centra o debate de hoje, a questão do desemprego. Na altura, o que vos pedi foi uma nova atitude e energia para enfrentar estas questões.

Muitas das propostas que têm sido apresentadas, quer pela oposição, quer pelo Governo, são propostas que vão no caminho certo. O que lhes falta é, de facto, uma concretização prática que tenha uma melhor rentabilidade em termos de resultados, que tenha de facto uma projecção na vida real e naquilo que são as dificuldades reais das pessoas. Neste sentido, essa foi a projecção que fiz.

Também tive a oportunidade de identificar aqueles sectores económicos e penso que existe uma unanimidade em relação a essa leitura, a essa análise macroeconómica que se faz, nomeadamente quando se fala em sectores como o turismo ou como a agricultura, como as pescas, a construção civil e a aposta nas energias não poluentes. Portanto, nestas matérias, estamos, penso eu, de acordo.

O que vos referi na altura foi, também, aquilo que na minha perspectiva continua a não passar de um plano de boas intenções. Para ilustrar a minha intervenção, vou dar aqui três exemplos.

Primeiro exemplo: ilhas da coesão.

A aposta na qualificação ambiental da Ilha do Corvo é uma aposta que eu apoiei desde o início. Considero que a criação, quer da Reserva Natural, quer também da classificação da ilha como Reserva da Biosfera, foram apostas correctas, só que os resultados não se vêem. Não se vêem, porque depois de se conseguir a concretização, depois de se fazer, e bem, esta qualificação e esta aposta estratégica,

nomeadamente no âmbito da Reserva da Biosfera, não vemos resultados. Poderia haver resultados, se conseguíssemos que os produtos fossem qualificados; se tivéssemos uma projecção também do ponto de vista turístico; se conseguíssemos, de facto, dar conteúdo prático àquela que é uma aposta estratégica, que foi uma aposta estratégica correcta, que foi no caminho correcto.

Aquela é, de facto, a potencialidade daquela ilha, é isso que temos de fazer. Agora, o que temos de concretizar no terreno é que aquelas potencialidades nestas áreas, que são evidentes, se concretizem. Isso não está a ser alcançado e não está a ser pensado e planificado, pelo menos de uma forma célere.

Outra questão: é fundamental que estas ilhas não se tornem ilhas eternamente subsidiadas, sem produção. É preciso que estas ilhas tenham uma produção efectiva. Para que isso possa suceder, temos de fazer o que tem sido feito no resto da Região Autónoma, que é a criação de boas infra-estruturas. Nomeadamente, para permitir a exportação dos produtos e, neste caso específico da Ilha do Corvo, na agricultura, nas pescas e também no acesso dos turistas, não em grande quantidade, como é evidente.

Aqui a aposta evidente é na construção de um novo porto na Ilha do Corvo, porque isso permitiria o escoamento da produção. É evidente que me colocam sempre o problema da questão do benefício e dos custos. Essa equação é sempre desvantajosa para a Ilha do Corvo, seja em que sector for, nós sabemos isso, como é desvantajosa em muitas regiões da nossa autonomia. Mas essa é uma questão que está na origem da criação da ideia da autonomia: que esse conceito, que é injusto para as sociedades, não seja um conceito triunfante, esse conceito do benefício e do custo. Esse conceito tem de ser ultrapassado, com justiça e com solidariedade.

Por isso é que eu venho aqui defender que estas regiões tenham oportunidade de construir economias mais sólidas, permitindo-lhes escoar a sua produção, construindo um tecido produtivo que nós sabemos ter muitas dificuldades, até porque tem um mercado interno residual. Mas é preciso que não se criem sociedades dependentes, pura e simplesmente, sem pensar naquilo que é fundamental, a criação de um tecido produtivo mínimo em cada uma destas ilhas, e que se criem as condições do ponto de vista das infra-estruturas.

O que peço também, com outro exemplo: racionalidade do ponto de vista das decisões da administração pública. É racional que uma escola – e vou dar o exemplo da escola do Corvo – tenha um só funcionário administrativo? Quando esse funcionário administrativo – sabemos que a escola é de pequena dimensão, mas – tem uma enorme quantidade de funções, que são bastante diferenciadas e de grande complexidade. Esse funcionário tem férias, está doente, tem de pagar os vencimentos, alguém tem de o fazer. É racional que, por questões burocráticas para mim ilógicas e incompreensíveis, a escola se mantenha na administração pública? Quando se está a falar nas ilhas de coesão, quando se está a falar na qualificação, quando se está a falar na importância que tem assegurar quadros nestas ilhas, tem alguma lógica que a administração pública possa decidir neste sentido, impedindo a contratação de um outro funcionário para a escola? Isto é completamente irracional! Evidentemente que eu tiro qualquer responsabilidade à Vice-Presidência, porque a questão lhe terá sido mal colocada. Agora, de facto, esta é uma questão irracional.

São estas questões concretas que estou a colocar aqui, para exemplificar, quando falo de irracionalidade, quando falo de falta de eficácia em relação àquilo que é uma estratégia decidida do ponto de vista central, e depois a sua execução no terreno. Estas são questões completamente irracionais, que podem ser resolvidas com eficácia, como foi, aliás, resolvida a questão dos combustíveis.

De facto, quero aqui reconhecer ao Sr. Secretário da Economia que, depois do problema ter sido aqui debatido, houve uma solução concreta. Está-se a tentar resolver a questão e a população está contente com a resposta que está a ser dada. São estas questões: é a energia, ir para o terreno combater, emprego a emprego, empresa a empresa, salvar situações, a cada uma destas pessoas, tentar qualificar, tentar formar, preocuparmo-nos com cada empresa, com cada pessoa, com cada emprego. É esta batalha e esta determinação que vos peço.

Para já, muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos efectivamente a atravessar uma crise nos Açores. Aliás, não só nos Açores, como no país, essa bem mais grave; e também nalguns países, ou pelo mundo inteiro. Mas o que nos interessa aqui relevar é a nossa Região e as medidas que têm sido tomadas para minorar esta crise.

De facto, temos de reconhecer que o Governo tem tomado algumas medidas nesse sentido. Tem tentado algumas mais eficazes, umas com mais sucesso, outras com menos sucesso. Importa também que o Governo avalie, dessas medidas, quais foram as eficazes e quais não foram, e corrija aquelas que tiverem sido menos eficazes. Vamos centrar-nos naquilo que o CDS já defende há muito tempo, que já defendemos aqui várias vezes no desenvolvimento dos Açores, no tão propalado desenvolvimento harmónico dos Açores, que ainda nunca se conseguiu mas sempre se fala, sempre se elogia e não se concretiza.

Desde logo, começamos pela nossa agricultura. A pergunta que se põe é esta: será que na nossa agricultura perdemos definitivamente a batalha da diversificação? Não temos ainda uma aposta séria, eficaz e que dê resultados na diversificação agrícola. Quanto tempo mais vamos esperar? Há três anos falei aqui disto, até tive o gosto de oferecer um pacote de leite biológico ao Sr. Secretário da Agricultura.

É preciso apostar na diversificação agrícola a sério, essa é uma das maneiras de qualificar os nossos produtos. É preciso apostar nas mais valias e no valor acrescentado dos nossos produtos, do leite, do mel, como as propriedades anti-bacterianas, os nutracêuticos do leite, os probióticos, enfim, é preciso salientar as características únicas dos nossos produtos da agricultura açoriana. É preciso, definitivamente, daqui para o futuro, fazer uma aposta séria, eficaz e, se quiser, lucrativa nessa matéria. A subida tem sido muito ténue. Não digo que não se tenha feito alguma coisa, mas tem sido uma subida muito tímida. É preciso ser mais eficaz, mais estimulada.

Nas pescas, também, a mesma coisa. Aliás, o pescado, as capturas de pescas caíram drasticamente. Na pesca, também, apostar em espécies que tenham alto valor comercial e, sobretudo, as que são pescadas nas ilhas pequenas.

Sobretudo, é preciso desenvolver estes dois sectores, as nossas maiores riquezas: agricultura e pescas. Desenvolver agricultura e pescas, potenciar os nossos

produtos, dar-lhes mais valor, para terem valor acrescentado em relação ao que se faz lá fora.

Depois, um bom sistema de transportes, de passageiros e de carga. Já fizemos aqui propostas nesse sentido, que o Governo e a maioria teimosamente rejeitaram: um avião cargueiro para escoar os produtos, com celeridade e rapidez, das ilhas mais pequenas, a qualquer hora, sem estar sujeito a disponibilidades de uma companhia aérea, sem estar sujeito a horários, porque o mar e a pesca não têm horários, vai-se ao mar quando o mar deixa! Pesca-se quando é possível, não se pesca dependendo do horário da SATA! Mas o Governo e o Partido Socialista ainda não perceberam isto.

E não só os produtos da pesca: os produtos da agricultura biológica, que se podiam estimular nas ilhas mais pequenas e é necessário terem escoamento rápido e eficaz, para chegarem frescos das Flores a São Miguel, ou à Terceira, onde há mais consumo; ou chegarem frescos da nossa Região ao continente. É tão simples ver isso, é tão eficaz ver isso, mas os senhores teimam e não querem apostar numa proposta barata, que praticamente não encarece, muito mais barata do que subsidiar a SATA para transportar ao preço que a SATA transporta, dos agricultores e dos pescadores, mesmo com o subsídio que os senhores lhe dão.

Agricultura, pescas e um bom sistema de transportes de carga e de passageiros. De passageiros, reservo para outra altura, mas, já agora, nos passageiros também é precisa mobilidade. Outro erro: a concentração da frota da SATA numa única ilha, um erro estratégico de desenvolvimento dos Açores! É um erro que temos aqui de reconhecer e que tem reflexos, também, na economia.

Outra aposta que consideramos fundamental, já o defendemos, e que o Governo tem vindo a fazer, sim senhor – e nós, em 2006, fizemos um projecto de resolução em que visitámos as ilhas –, é na energia geotérmica. É preciso fazer mais, é preciso um plano geotérmico para os Açores. Temos potencialidades enormes nessa matéria, como os senhores tão bem sabem. Nesse plano geotérmico dos Açores – que é possível não apenas numa só ilha, é possível em mais ilhas –, não era preciso virem os senhores da Green Islands e do MIT dizerem-nos o que fazer, não era preciso estes senhores cá virem. Vieram, estamos satisfeitos, é uma

publicidade muito bonita, mas tínhamos chegado lá sem eles. Um plano geotérmico dos Açores, que aumente as nossas potencialidades nessa área e, sobretudo, reduza a nossa dependência externa, em termos energéticos, é uma aposta estratégia fundamental e o Governo tem de continuar, com mais eficácia, nessa matéria.

Apostando nestes três sectores, mas a sério, com eficácia, com determinação, não tenho dúvidas de que a economia açoriana daria um salto e que era possível qualificar mais gente em algumas áreas, como a das energias renováveis e trazer indústria diferenciada para os Açores, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. O que é preciso é a aposta eficaz.

Um outro problema com que se deparam as empresas – e, realmente, algumas estão em crise – é pagar a tempo e horas e receber a tempo e horas por parte da Região e das autarquias. Há empresas que têm créditos atrasados. Tanto a Região como as autarquias têm de cumprir, ou seja, o sector público tem de cumprir as suas obrigações de pagar a tempo e horas às empresas! Porque há empresas – e o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu – que têm dinheiro, e muito, para receber de autarquias e, também, do Governo.

Deputado Francisco César *(PS)*: Das autarquias!

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: Eu sei de uma câmara que paga muito tarde.

O Orador: Não sei, com maior atraso nas autarquias, mas há pagamentos grandes em atraso…

Deputado Francisco César *(PS)*: É administração regional, Sr. Deputado.

O Orador: …e isso complica a vida das empresas, que, já de si, têm dificuldade de acesso ao crédito.

Sr. Vice-Presidente, volto a fazer-lhe uma pergunta que lhe fiz no Plano e Orçamento, relativamente aos subsídios do SIDER, de acesso ao crédito bancário. É o protocolo que o Governo tem com as instituições bancárias para terem um *spread* mais baixo, dos subsídios reembolsáveis, que as instituições não estão a cumprir. Se bem me lembro, em Novembro, pelo Plano e Orçamento, o senhor disse-me que estaria resolvido por Dezembro, Janeiro. Eu gostaria de perguntar ao

Sr. Vice-Presidente: já foi feito o acordo com essas instituições e quando entra em vigor? Também me parece uma medida fundamental, como o Sr. Vice-Presidente sabe, para algumas empresas terem acesso ao crédito, de que algumas delas, como sabe tão bem como eu, precisam.

Termino a primeira intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa *(CDS/PP)*: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva *(PS)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por pegar nas palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires. Já vou falar também com a bancada do PSD, mas quero começar pelas palavras que, precisamente, tinham que ver com a importância dos nossos sectores produtivos, designadamente a agricultura e as pescas.

Faço-o porque, aliás já o disse noutras circunstâncias, considero que efectivamente os sectores da agricultura e das pescas têm sido fundamentais para contribuir para o amortecimento dos efeitos desta crise na nossa Região. Mas também, ao fazê-lo, devo dizer que, se nós hoje temos dois sectores, ao nível da agricultura e das pescas, que têm a capacidade de contribuir, pela importância que têm, como *apport*, para a nossa economia, isso deve-se à capacidade de reestruturação que os governos do Partido Socialista tiveram relativamente a esses sectores.

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Nós todos nos lembramos dos tempos em que, ao nível da agricultura, havia atrasos de até dois anos para o pagamento do leite, por exemplo, aos agricultores. Todos nos lembramos do tempo em que o chicharro era deixado e largado nos portos, porque não valia absolutamente nada. Hoje temos dois sectores produtivos em que o valor do leite, o valor da carne, o valor do peixe, são superiores, dois sectores que estão hoje reestruturados ao nível primário e, também, ao nível secundário, ao nível das indústrias de transformação que aqui

foram referidas. Portanto, não quero deixar de utilizar essas suas palavras para referir isto, que me parece muito importante.

Agora, este facto não deve servir para diminuir, de alguma forma, aquela que foi a importância do investimento estratégico que, da parte do Governo Regional, foi feito ao longo dos últimos anos, no desenvolvimento de um outro pilar da nossa economia, o sector do turismo. É verdade: mais frágil, mais susceptível aos efeitos desta crise, mas nem por isso menos importante ou menos relevante para aquele que foi o crescimento que temos tido na nossa economia ao longo dos últimos anos e que, estou certo, vamos continuar a ter, depois de esta crise passar.

Também quero deixar uma nota. Pelo que ontem ouvi, nas palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, e hoje voltei a ouvir, nas palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires, não posso deixar de fazer uma menção à importância de, quando se fala na inadequação do nosso modelo económico para fazer face a estas situações – inadequação, aliás, sempre na perspectiva dos Srs. Deputados –, muito particularmente tornando-nos mais susceptíveis ao efeito desta crise, eu gostava de lançar o seguinte repto aos Srs. Deputados: digam-me qual é a economia que, no mundo, teve a capacidade de resistir aos efeitos desta crise. Porque limitarmo-nos a dizer que nós temos uma economia que é muito susceptível…

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Deputado, arranje outro argumento.

O Orador: Eu gostava que me dissessem, com toda a clareza, porque nós não estamos aqui para falar de utopias, estamos aqui para falar de realidades económicas, de realidades ao nível do desenvolvimento.

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: É esse o exemplo? Tenho o senhor em muito melhor consideração. Arranje outro exemplo.

O Orador: Quero também, Sr. Deputado António Marinho, dirigir-me a si e à sua bancada. Não vai ficar sem uma apreciação da intervenção que fez.

Quero começar por lhe dar os parabéns, Sr. Deputado, porque, ao contrário daquilo a que o senhor nos habituou, vi-o ali com muita tranquilidade a apresentar a sua intervenção. Devo dizer que, quando comecei a ouvi-lo, fiquei até bastante animado, pelo tom, relativamente àquilo que seria o conteúdo da intervenção que o Sr. Deputado nos iria apresentar. Fiquei muito animado quando o senhor começou

por dizer que a identificação dos problemas é imprescindível para este nosso debate. Fiquei animado quando o Sr. Deputado afirmou que era importante termos aqui um ponto de partida comum para este debate. Continuei animado, quando o Sr. Deputado disse que esperava, do Governo, abertura para este debate.

Depois, começo a ficar muito pouco animado, quando o senhor começa a inverter o seu discurso e nos começa a dizer que a crise anda aí há muito tempo. Isto é sempre assim, desde há uns meses a esta parte que os Srs. Deputados fazem sempre este jogo, um jogo pouco sério e que representa um ponto de partida muito desadequado para o debate que aqui queremos fazer.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Mas é a verdade! Os senhores não reconhecem! O Sr. Presidente do Governo já admitiu!

O Orador: É pegar nesta crise, nos seus efeitos na Região e, logo, naturalmente, extrapolar para os treze anos de governação do Partido Socialista. Se o Sr. Deputado pretende dizer que a crise já andava aí há muito tempo, porque ela efectivamente cá estava e andava, como ontem tive oportunidade de destacar e exemplificar, há quinze, vinte anos, eu dou-lhe razão. Agora, se não era isso que o Sr. Deputado queria dizer, tenho de lhe dizer que o seu ponto de partida está muito desfasado daquilo que devia ser o nosso ponto de partida comum.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que também muito pouco séria foi a forma como o Sr. Deputado veio, com estes indicadores económicos que nos apresentou, pôr a situação da economia dos Açores. Porque se efectivamente o Sr. Deputado quer pôr as coisas exactamente no ponto onde elas se situam, não pode vir aqui fazer o exercício de ir buscar os números que mais lhe interessam. Os números do desemprego vai buscar, talvez, ao segundo trimestre de 2009 e os números da queda do cimento e das quedas de energia, travam no segundo trimestre de 2009.

Deputado António Marinho *(PSD)*: O senhor mais uma vez está a inventar. O senhor não conhece os instrumentos e depois diz asneira. Informe-se!

Deputado Berto Messias *(PS)*: Os senhores é que sabem tudo.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Está no Boletim Trimestral de Estatística.

O Orador: Este não é um exercício sério! Este é, aliás, um exercício muito pouco sério! Se o Sr. Deputado quiser, realmente, fazer um exercício sério neste debate,

tem de reconhecer, como aqui foi muito bem realçado pelo Sr. Vice-Presidente, que há, para bem de todos nós, para bem do Governo, para bem desta bancada, para bem de todos os açorianos, sinais indeléveis de retoma na economia dos Açores que, felizmente, se estendem também aos outros países.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Há algumas coisas que até roçam o hilariante: o Sr. Deputado vir aqui mostrar preocupação com as quebras na venda de cimento, não deixa de me lembrar as afirmações sucessivas que o PSD fez durante meses e anos, quando dizia que este Governo se limitava a atirar betão para cima dos problemas. Quer dizer, quando havia investimento, venda de cimento e construção na nossa Região, o Governo limitava-se a atirar betão para cima dos problemas! Agora, que a venda do cimento caiu, os senhores mostram-se muito preocupados – hipocritamente, digo eu – com a quebra da venda dos cimentos! Os senhores deviam agora estar satisfeitos, como se calhar até estão, com as quebras da venda de cimento.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado António Marinho *(PSD)*: O senhor há-de falar nisso às empresas de construção civil e aos desempregados do sector da construção civil.

O Orador: Não é, por isso, sério. Os senhores, como ontem aqui afirmei e hoje reitero, não têm legitimidade – porque não a construíram, nem ao longo dos anos em que foram Governo, nem ao longo destes anos em que têm sido oposição – para vir apontar o dedo ao Governo ou ao PS e dizerem que nós não estamos a resolver os problemas e os efeitos desta crise.

As medidas que foram aprovadas com o apoio desta maioria surtiram efeitos que aqui foram apresentados pelo Sr. Vice-Presidente. Essas medidas, dirigidas às empresas, a milhares de empresas nos Açores, dirigidas aos açorianos, a muitos milhares, dezenas de milhares de açorianos, foram medidas que, efectivamente, surtiram efeitos positivos nos Açores. Mas é verdade…

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: O Sr. Deputado só olha para o Governo!

O Orador: Sr. Deputado, eu não olho para si, sabe porquê? Porque o senhor não tem a importância que julga ter.

(Risos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Não se esqueça de olhar para o Governo!

O Orador: As medidas que foram aprovadas neste Parlamento são medidas que surtiram efeito na nossa Região. Mas, é preciso reconhecê-lo – e esse é o único ponto de partida que nós admitimos como possível para este debate –, é possível reconhecer que essas medidas foram insuficientes para contrariar todos os efeitos perversos desta crise na nossa Região. É verdade: as medidas foram aprovadas, elas surtiram efeitos, nós temos hoje menos desemprego do que tínhamos, temos, apesar de tudo, mais empresas e melhor saúde – nem sequer comparo com aquilo que acontecia há uma quinzena de anos –, mas foram, ainda assim, insuficientes.

Também é importante dizer-se que, se as medidas foram aprovadas, podem ser melhoradas, podem ser reforçadas, ao nível do apoio às empresas e ao emprego. É preciso, porque, se nós constatamos um facto comum, embora com números que divergem, porque não alinhamos, naturalmente, em jogos dúbios e hipócritas do ponto de vista político e demagógicos, a verdade é que temos mais desemprego, temos hoje mais desemprego do que tínhamos há uns anos. E é verdade que temos muitos açorianos que hoje estão melhor.

Estes factos são um ponto de partida, muitos açorianos estão hoje melhor do que estavam há dois anos, ou há um ano, e porquê? Porque, simplesmente, temos uma muito menor taxa de inflação – quase zero –, temos taxas de juro baixíssimas e tivemos salários que durante o ano passado subiram, continuaram a subir e, portanto, não é preciso ser um grande economista, Sr. Deputado António Marinho, para se compreender que, necessariamente, temos muitos açorianos, hoje, melhor do que estavam há um ou dois anos.

Mas temos, naturalmente, uma situação que resulta desta crise, de desemprego, de situações de precariedade, que têm de ser respondidas. Nessa medida, pensamos

que para aqueles açorianos que se encontram sem capacidade para segurar ou encontrar um emprego, ou em situações em que o rendimento do seu trabalho é insuficiente para garantir a satisfação das suas necessidades, para estas situações muito em particular, e a par do que foi anunciado em termos de respostas sociais ao nível designadamente da formação e da qualificação profissionais, temos um instrumento que é fundamental – digo eu, em nome do Partido Socialista, porquanto tenho ouvido ao longo destes anos vozes contraditórias relativamente àquela que é a importância deste instrumento criado pelo Partido Socialista –, e refiro-me concretamente ao RSI, o Rendimento Social de Inserção.

Estou convicto de que este instrumento é hoje, mais do que nunca, fundamental. Por isso, quero informar o Parlamento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai apresentar um projecto de resolução que visa a constituição de uma comissão especial, que terá por missão elaborar um conjunto de recomendações relativo à aplicação e fiscalização do Rendimento Social de Inserção na nossa Região…

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Não basta anunciar, é preciso existir!

O Orador: …para que esta prestação ganhe mais consenso, mais transparência, mais justiça e mais eficácia.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Gostaria de saber hoje, agora e aqui, qual é a reacção dos diversos partidos relativamente a este nosso *apport* e a esta nossa proposta.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes *(PSD)*: Onde está o projecto?

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Apresentem a proposta e logo vêem.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos, retomamos os nossos trabalhos às 12 horas. Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 08 minutos)

Vamos então continuar com a nossa ordem de trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de participar neste debate, sempre oportuno nos dias que correm, aproveitando a primeira intervenção do Sr. Vice-Presidente, que me suscitou algumas considerações silenciosas, pelo menos três, de que gostaria de dar nota em forma de três perguntas objectivas.

Já ontem aqui foi referida e hoje voltou novamente a sê-lo a necessidade de todos nós e fundamentalmente, neste caso, do Governo, fazer – ou eventualmente já terá feito – uma avaliação aos resultados concretos, positivos ou menos positivos, das medidas de apoio que o Governo tem vindo a dar às empresas nesta Região e que foram pelo Sr. Vice-Presidente "elencadas" exaustivamente na sua primeira intervenção.

A questão é: que avaliação faz o Governo, neste momento, passado que é um ano, ou um ano e meio, do aparecimento destas medidas? Pensa alterar algumas, ou não? Portanto, qual é a avaliação? E, já que falamos em empresas, também qual é a avaliação que o Governo faz relativamente aos apoios disponibilizados aos desempregados desta Região? E se também vai alterar, ou não vai alterar nada?

A outra questão prende-se com a afirmação real que o Sr. Vice-Presidente fez de que a esmagadora maioria dos actuais desempregados na Região tem um denominador comum, que é as suas baixas qualificações. É um facto, mas a questão que lhe coloco é esta: e os licenciados nesta Região, que andam à procura do primeiro emprego e não o encontram? Os licenciados também constam das taxas de desemprego. Portanto, há alguma razão, certamente haverá alguma razão,

para que a esmagadora maioria dos desempregados tenha baixas qualificações, provavelmente porque isso também implica baixos salários, enquanto que os licenciados não têm trabalho compatível com as suas competências e com os vencimentos que elas obrigariam as empresas a pagar.

A última pergunta, Sr. Vice-Presidente, prende-se com a banca. O Sr. Vice-Presidente disse que a banca se acomodou e não cumpre o seu papel no desenvolvimento dos Açores. Eu concordo com o Sr. Vice-Presidente. Depois acrescentou, se bem entendi as suas palavras, que no fundo o Governo, no sentido de minimizar estes estragos, pretende, de alguma maneira, substituir-se à banca e, no fundo, fazer aquilo que ela não faz. A pergunta que lhe coloco é esta: então e as entidades reguladoras da banca, dos bancos, não têm uma palavra a dizer, não se metem no assunto? Deixam correr e são os governos que têm de se substituir à banca nas suas obrigações, quando todos nós já nos substituímos à banca, metendo lá milhares de milhões de dinheiro para a salvar?

São as três perguntas a que eu gostaria que o Sr. Vice-Presidente desse resposta.

Relativamente a uma interpelação do Sr. Deputado Helder Silva e a um repto relativamente ao Rendimento Social de Inserção, eu gostaria de lhe dizer o seguinte: eu pessoalmente não quero, não tenciono, não faço questão, de maneira nenhuma, nem em mudar de mundo, nem em mudar de país, nem em mudar de região. Aquilo de que eu faço questão e acho que é para isso que a política existe, é o seu objectivo fundamental, é mudar de políticas. Não é de país, nem de mundo, é de políticas e vou dar-lhe alguns exemplos.

Por exemplo, eu gostava de mudar uma política que permite que não haja taxações das mais valias das transacções bolsistas. Eu gostava de mudar uma política que permite que no ano de 2009, no ano de todas as nossas angústias, seja no país, seja na região, tenham ficado por taxar 5 milhões de euros destas transacções.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Se fossem 5 milhões, era bom!

A Oradora: Eu gostava de mudar uma política que permite que o Governo da República, que tem agora apresentado um orçamento recessivo, porque não há dinheiro, não tivesse gasto, ao longo de 2009, 600 milhões de euros em

consultadorias externas e que tenha a mesma verba implícita neste novo orçamento.

Gostava de mudar a política, para poder alterar a base de financiamento da Segurança Social, para poder garantir que as pessoas que trabalham uma vida tenham uma reforma garantida.

Gostava de mudar a política que permite que, por exemplo, um primeiro-ministro neste país, que é também líder nacional do Partido Socialista…

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Mude-se para o continente!

A Oradora: …se tenha comprometido, no seu congresso, e tenha afirmado em Dezembro de 2008, que é absolutamente essencial acabar com os paraísos fiscais neste mundo. Nós, no nosso país, temos um. O Sr. Primeiro-Ministro diz que aquele não se fecha. Eu gostava de coerência na política, era isso também que queria mudar.

Também gostava de mudar a política que permite que, por exemplo, o Sr. Vice-Presidente, em Abril de 2009, tenha dito algo de muito parecido e vou citá-lo, no caso, relativamente à zona franca de Santa Maria. Disse o Sr. Vice-Presidente: "Não faz sentido a Região ter uma zona franca que, aliás, é uma interpretação que começa a ter adeptos em toda a União Europeia e, até, a nível mundial. Consideramos que, do ponto de vista financeiro, as zonas francas não trazem benefícios para as regiões onde se inserem…"

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

A Oradora: "…trazendo, em contrapartida, uma potencial falta de transparência".

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

A Oradora: Eu gostava de contribuir para que a política e os políticos pudessem levar a sério as afirmações que fazem e, portanto, as terminassem.

Eu gostava de viver num país onde o Tribunal de Contas não afirmasse, muito recentemente, que os hospitais com gestão empresarial não são fiáveis. Isto também é possível de fazer. E também gostava de viver num país onde o Tribunal de Contas, também recentemente, não viesse criticar por boas razões os milhões dados ao BPP.

Ou seja, não é preciso mudar de região, nem de mundo, nem de país. É preciso alterar a política, já agora, na região, no país e no mundo. E, se a política serve para alguma coisa, é exactamente para isso, do nosso ponto de vista. Se isto é utópico, então nós não estamos a fazer nada nesta casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Helder Silva *(PS)*: Não é utópico, está é desfasado da nossa realidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A situação nos Açores é difícil, todos nós o sabemos. Por isso mesmo, penso que é preciso descer à terra e deixarmo-nos de anúncios de boas intenções.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Ninguém pede que o Governo Regional anule os efeitos da crise, isso é pura demagogia. Ninguém pede isso.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: O que nós pedimos, o que os açorianos pedem, é que o Governo Regional governe efectivamente, ou seja, que possa criar medidas que sirvam efectivamente as empresas.

Por isso mesmo, neste ponto é necessário olhar para trás e perceber se as medidas que foram implementadas – e elas foram efectivamente implementadas, é verdade, o Governo criou, no ano passado, uma série de medidas de apoio às empresas, mas neste ponto é preciso saber se – tiveram o objectivo a que o Governo se propôs. Por isso mesmo, a avaliação da situação tem de ser feita.

Por aquilo tudo que o Sr. Deputado António Marinho aqui já trouxe, podemos verificar que efectivamente elas não tiveram o efeito desejado, ou seja, aquele que todos nós gostaríamos que tivessem. Nós precisamos, realmente, de reequacionar as medidas perante os apoios que devem ser dados às empresas.

Por que é que digo isto? Digo isto, porque algumas delas foram efectivamente mal desenhadas e o Governo sabe disso. Sabe que há muitos empresários que continuam com dívidas a fornecedores, continuam com a corda ao pescoço, continuam com a mercadoria nas prateleiras, à espera que haja uma retoma do

consumo, continuam à espera que venham melhores dias, nem que seja a nível dos saldos, mas a mercadoria continua lá, continua nas prateleiras, sem ser vendida. Essa é uma das razões por que achamos que muitas das empresas que estão em dificuldades realmente não conseguiram aceder às medidas que foram propostas. É essa reequação dos apoios que tem de ser feita, é a avaliação dos efeitos práticos dessas medidas que tem de ser feita.

Como se pode pedir a empresários que invistam, que inovem, que se modernizem, se têm dívidas aos seus mais elementares fornecedores? Aqueles que, a todo o momento, podem cortar o fornecimento por falta de pagamento…

Deputado Helder Silva *(PS)*: A senhora não ouviu o Sr. Vice-Presidente.

A Oradora: …e pôr em causa a sua actividade? Ou seja, o que nos pode acontecer é que muitas das nossas cidades fiquem cidades fantasma, com as portas fechadas.

Não basta fazer anúncios de medidas, temos de ir ao terreno e perceber, junto dos empresários – não só das associações comerciais, mas dos próprios empresários –, o que se está a passar. Há empresários com imensas dificuldades neste momento. Há empresários que têm as suas mercadorias presas nas prateleiras, sem serem vendidas, porque não há, efectivamente, consumo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Há salários baixos!

A Oradora: É isso que nós temos de avaliar, temos de descer à terra e perceber o que, efectivamente, se está a passar nesta Região e não só atirar milhões para os problemas e dizer que houve uma taxa de aderência muito grande. Temos de saber se essa taxa de aderência teve efeitos práticos!

Deputado Berto Messias *(PS)*: Diga então como se faz.

A Oradora: E se houve, efectivamente, efeitos práticos desses apoios. É isso que, neste momento, é preciso ser reequacionado: o que se pode fazer mais, o que se pode fazer melhor.

Quem está na governação são os senhores. São os senhores que têm de definir o que vão fazer a partir de agora. Não podem ficar congelados, como parece que estão neste momento.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A estes comerciantes de nada lhes serve se a Madeira ou o resto do mundo estão pior.

Deputados António Marinho e Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Se isso lhes servisse de alguma coisa, eles não precisariam do Governo Regional para coisa nenhuma.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A situação é efectivamente preocupante e duma coisa temos a certeza: é preciso agir novamente, como já agiram. Porque, efectivamente, agiram, mas não se atingiram os objectivos que quereríamos, que todos quereríamos, porque estamos aqui todos para o mesmo. É olhando para os problemas dos diferentes sectores de actividade que poderemos alcançar algum objectivo positivo em tudo isto.

Por fim, gostaria de deixar uma sugestão ao Governo Regional: que não continue a deixar o seu Vice-Presidente fazer discursos sensacionalistas, como tem feito ao longo do ano de 2009 e ainda há pouco nesta casa fez. É preciso realmente ter discursos realistas, porque não somos nós que pedimos ao Governo que anule os efeitos da crise, é o Governo que está sempre a dizer que vai anular esses efeitos da crise!

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Durante o ano de 2009, ouvimos várias declarações do Governo Regional, através do seu Vice-Presidente, que diziam, por exemplo, e cito: "Sérgio Ávila garante em Angra: Garantidas condições nos Açores para ultrapassar terramoto financeiro internacional".

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: É verdade!

A Oradora: Esta frase foi dita a 24 de Setembro de 2009; estamos no início de 2010, onde é que estão essas garantias?

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Não existem.

A Oradora: Onde é que esse terramoto nos passou ao lado? Não passou, efectivamente.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Eu, sinceramente, penso que estas declarações muito demagógicas por parte do Governo Regional apenas lembram as célebres frases e afirmações do Sr. Vice-Presidente em relação ao *superavit*. Posso dizer-lhe que as suas declarações apenas nos fazem sentir ridículos perante todas as dificuldades que as empresas e as famílias açorianas estão a passar neste momento.

Muito obrigada.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu esqueci-me do repto do RSI e não quero fugir, de maneira nenhuma, a ele.

Nós consideramos a campanha, que já decorre há algum tempo, relativamente e contra o RSI, absolutamente lamentável e não temos o mínimo rebuço em dizer que é uma campanha demagógica e populista, que visa apenas um objectivo: virar quem tem pouco contra quem não tem nada! Quanto a isso, é ponto assente.

É lamentável que quem tem tanta preocupação em fiscalizar o pouco que o Estado dá a quem tem pouco e a quem não tem nada, não tenha a mesma pressa em fiscalizar o rendimento máximo garantido, para o caso, nem o Banco de Portugal.

Deputado Francisco César *(PS)*: Sra. Deputada, o que é que temos a ver com isso?

A Oradora: Portanto, relativamente à comissão de fiscalização da atribuição do Rendimento Social de Inserção, anunciada pelo Sr. Deputado Helder Silva, o Bloco de Esquerda diz o seguinte: não temos nada contra ela, votaremos favoravelmente, se e quando se constituir uma mesma comissão, com o mesmo objectivo fiscalizador, aos apoios dados às empresas nesta Região. Enquanto isso não acontecer, nós recusamo-nos a ir fiscalizar os pobres, porque esses já têm que chegue.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) Deputado José Rego *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho subiu àquela tribuna e terminou com um discurso em que apontava para a honestidade, esperança e humildade. O Sr. Deputado António Marinho, com estes três conceitos de honestidade, esperança e humildade, não foi capaz de os levar à letra na análise económica da nossa Região. Não foi honesto, não deixou esperança e não foi humilde na análise económica que fez da Região Autónoma dos Açores.

Digo que não foi honesto, porque as suas premissas não estão certas. As suas premissas, por aquilo que disse ali, não enquadram a realidade açoriana.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Ah, não?

O Orador: As suas premissas começam por apontar que a crise já existia nos Açores há muito tempo. Eu já o disse aqui e já o afirmei muita vez: para o PSD esta região já está em crise desde quando o PSD era Governo. O PSD deixou esta região em crise, não pagando aos fornecedores, deixando caixotes de facturas. Esta foi a crise que o PSD nos deixou.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Assuma a crise!

O Orador: O PSD, ao longo destes anos de oposição…

Sr. Deputado, quando falou eu ouvi-o com calma. Agradeço que…

Deputado António Marinho *(PSD)*: Imagino como é que as pessoas que estão em casa se revêem nisso que está a dizer.

O Orador: Eu estou a falar das suas premissas.

Quando aponta que esta região há muito já estava em crise, esta é a crise do PSD, que tem dentro de si a crise que apontava para a região, de muitos anos, que é contrária às nossas premissas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Isso é para rir.

O Orador: Nós tivemos uma região que, ao longo destes dezasseis anos, tem criado riqueza. São estes números que doem muito ao Sr. Deputado António Marinho: ainda no ano de 2008, quando o senhor diz que a crise estava implantada

nesta região, esta região cresce 2,3%. O país cresce zero, a Europa anda à volta dos 0,7. O senhor não reconhece!

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: O senhor não reconhece, na sua premissa, em termos de crise, num momento em que esta região fazia um esforço para continuar a crescer, como tinha feito ao longo desses dezasseis anos, que na maioria destes anos teve um crescimento sempre superior a 1,9%, que sempre foi positivo, quando muitas regiões deste país e o próprio país tiveram crescimentos negativos e, em especial, quando o PSD era Governo na República.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Quer dizer que está tudo bem!

O Orador: Portanto, esta premissa está errada, quando o senhor começa por aí.

Relativamente ao que tem sido feito para minorar a crise, o que temos feito ao longo deste ano, os efeitos e como chegaram à região, se foram menores ou não, e a comparação com a região, já ontem aqui disse que nós não vivemos isolados do mundo, temos de nos comparar com o país, temos de nos comparar com os outros espaços económicos com os quais convivemos, em que vemos crescimentos quase nulos ou negativos e, portanto, na região também teve esse efeito.

Mas a nossa região, nestes anos em que o Partido Socialista foi governo, estava mais robusta para encarar a crise. O seu sector produtivo, que já foi aqui falado, sofreu transformações ao longo dos anos, que não com o PSD no governo, que foram muito diferentes do que se não se houvesse feito essa transformação ao longo desses anos. O sector agrícola, de que o Sr. Deputado está danado para falar, foi um sector que este Governo transformou. Hoje, nós temos fábricas de lacticínios das mais modernas da Europa, com produtos que não existiam no mercado. Isto fez com que a nossa região estivesse mais protegida. Ao nível das pescas, nós tivemos melhores portos, melhores redes de frio e, portanto, os nossos pescadores estiveram mais protegidos e melhor colocados no mercado.

Portanto, as premissas do Deputado António Marinho estão erradas.

Deputados José Lima e Francisco César *(PS)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais ainda, Sr. Deputado António Marinho: vou voltar ao desemprego e ao emprego!

Deputado António Marinho *(PSD)*: Não me diga a mim, diga às pessoas e às empresas!

O Orador: Sr. Deputado, esta região em 2009 teve efeitos menores a nível do desemprego. Teve a taxa mais baixa do país! O senhor pode dizer que o número de desempregados do INE é o maior da autonomia, mas nós temos o maior número de trabalhadores…

Deputado António Marinho *(PSD)*: Mas é, ou não é?

O Orador: …nós temos a população activa maior, nós temos mais jovens a trabalhar, nós temos uma estrutura de emprego muito mais sólida do que no passado!

Sr. Deputado António Marinho, esta região é muito diferente, está muito melhor preparada do que no passado! Hoje, nós temos quadros muito mais qualificados nas nossas empresas do que tínhamos no passado. Nós hoje temos muito mais mulheres nas nossas empresas. No seu tempo, nem os jovens tinham emprego, nem sequer apareciam nas estatísticas, porque nem sequer estavam dispostos a trabalhar!

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Os cargos de direcção não existiam!

O Orador: As mulheres nem saíam dos campos para virem trabalhar para as nossas cidades! As estruturas que o Governo tem feito…

Deputado António Marinho *(PSD)*: Não havia mulheres!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, a realidade social desta região era uma realidade em que as pessoas se resignavam a ficar em casa e não irem à procura de emprego. Portanto, a sua premissa está completamente errada.

Mais ainda, Sr. Deputado: nós temos consciência dos problemas das empresas e, por termos consciência dos problemas de algumas empresas, como o Sr. Presidente

do Governo aqui apontou ontem, foi criado um conjunto de medidas que a Sra. Deputada Carla agora põe em dúvida. Estas medidas foram importantes para a nossa realidade e fizeram com que os efeitos negativos da crise fossem muito menores nos Açores.

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para responder às questões que foram colocadas em relação à nossa intervenção.

Respondendo concretamente ao Sr. Deputado Artur Lima, efectivamente nós, conforme na altura anunciámos, no âmbito dos sistemas de incentivos e no que concerne ao financiamento da componente reembolsável de subsídio, alterámos os protocolos com as instituições financeiras, passando o *spread* que o Governo suporta de 1,5 para 2,5% em relação aos investimentos normais aprovados no âmbito do SIDER, podendo ir até 3% naqueles que forem considerados projectos de interesse regional. Isto permitiu, efectivamente, que a grande parte do óbice das instituições financeiras de financiar a componente reembolsável dos incentivos esteja, em grande parte, ultrapassada. No entanto, o que o Governo assumiu, assume e assumirá sempre é que, se as instituições financeiras não corresponderem à execução desse protocolo, o Governo assume essa parte e será o Governo a atribuir o subsídio reembolsável.

Segunda questão, em relação às perguntas colocadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, muito rapidamente:

Em relação à avaliação das empresas, penso que os resultados são aqueles que identificámos na análise aqui efectuada das medidas e o seu impacto sobre o

emprego e sobre a produtividade. Segundo aspecto: em relação aos licenciados, efectivamente nós também, no âmbito da nossa actividade e no âmbito das nossas políticas activas de emprego, temos identificado e anunciado um conjunto de programas que visa efectivamente dar empregabilidade aos recém-licenciados que, pela sua área de formação, não se enquadram no mercado de trabalho dos Açores. Por último, em relação à banca, aí temos uma questão de princípio de divergência. O Governo Regional não é uma entidade reguladora do sistema financeiro. Não é, não será e em qualquer economia de mercado as entidades reguladoras do sistema financeiro não têm nem podem ter a intervenção que a senhora propõe para a entidade reguladora.

Agora, muito rapidamente, em relação à intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão – e será muito rápida, porque dessa intervenção não surgiram nem ideias, nem factos relevantes que mereçam uma resposta adequada –, neste contexto, só tenho de lhe dizer uma coisa: confiança do consumo, sem dúvida, é um problema de expectativas. Mas, de cada vez que apontarem e fizerem uma intervenção numa análise olhando apenas para os aspectos negativos, sem perspectivas de esperança dos açorianos e do desenvolvimento da região, estão a contribuir para a falta de confiança do consumo.

Deputado António Marinho *(PSD)*: E a omissão dos factos!

O Orador: E esse, que tem sido o discurso do PSD, é precisamente um discurso que tem potenciado esta falta de confiança do consumo. Quando nós introduzimos um discurso consistente de esperança, somos apelidados de irrealistas. Não, a consistência da esperança é um contributo fundamental para gerar expectativas, são as expectativas que motivam o consumo e o consumo é uma componente fundamental de dinâmica da procura interna e de desenvolvimento económico. Os senhores não podem, num dia, dizer uma coisa e, no dia a seguir, criticar as consequências daquilo que fazem.

Deputado Berto Messias *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Por falar em terramoto, sobre essa matéria quero dizer-lhe duas coisas, muito rapidamente, porque também o conteúdo da sua intervenção não merece

mais. Terramoto, efectivamente. Vou dizer-lhe uma coisa: se esta crise internacional, que é a maior dos últimos 60 anos…

Deputado João Costa *(PSD)*: Isso é discutível.

O Orador: …tivesse ocorrido em 1996, quando os senhores deixaram o Governo, se a situação económica açoriana, se a situação das empresas açorianas, fosse aquela que os senhores deixaram em 96, neste momento já não haveria pedra sobre pedra na estrutura empresarial regional. Aí, sim, seria um terramoto.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Pedro Gomes *(PSD)*: Isso é história virtual, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Falou também em *superavit*. Efectivamente, se não fosse o *superavit* das contas públicas nos anos recentes, hoje estaríamos nos Açores perante a situação que tivemos na Madeira, onde foi necessário recorrer, à última da hora, no final do ano, a um empréstimo extraordinário do Estado, para poder pagar os ordenados dos funcionários públicos e os ordenados dos Srs. Deputados. Foi isso que aconteceu na Madeira, porque a Madeira, no passado, não teve a capacidade de poupar para poder ter recursos financeiros para enfrentar esta crise internacional.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Só para concluir, se tivéssemos hoje a situação financeira das finanças públicas regionais que os senhores e a Dra. Berta Cabral deixaram em 1996, não teríamos um único cêntimo para financiar medidas de combate a esta crise, porque na altura os cofres da Região estavam totalmente delapidados de recursos públicos. É essa a realidade. Não estaríamos a discutir hoje medidas, pela simples razão que não tínhamos um cêntimo para concretizar medidas.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, há pouco colocou-me uma questão e eu tenho todo o gosto em responder-lhe.

Neste período de crise e segundo uma fonte que V. Exa. julgo que tem como uma referência, o Fundo Monetário Internacional, houve de facto no mundo países que aumentaram o seu PIB bruto e vou enunciar-lhe aqui alguns, em vários continentes e nas mais diferentes situações. Começo por Cabo Verde…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: E os salários de Cabo Verde!

O Orador: …pequeno país insular, arquipelágico e atlântico. Mas podemos…

Presidente: Seja breve, Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

O Orador: …ir ao Qatar, a Timor, ao Peru, ao Panamá, ao Uruguai, à Índia, à Papua Nova Guiné…

(Risos da câmara)

…a Moçambique, à Mauritânia, à Bolívia e ao Suriname. Isto apenas para lhes dar algumas indicações.

Aliás, os senhores enchem a boca de que a economia é global, que a crise é global. Estes países não fazem parte do nosso mundo? Por amor de Deus! Ou a questão da globalização só serve para algumas coisas? Como vêem, mas a lista é muito maior, esta coisa da globalização, da economia global e do mundo que foi afectado pela crise, afectou toda a gente, mas houve de facto alguns países que cresceram. Dei aqui exemplos de todos os continentes e com diferentes sistemas políticos.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: E bons salários!

O Orador: Portanto, não brinquemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Eu só deixei o Sr. Deputado Aníbal Pires ultrapassar um pouco o seu tempo, graças à notícia que nos trouxe, muito animadora, da Papua Nova Guiné.

(Risos da câmara)

Vamos prosseguir. Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de intervir neste debate, porque trazia alguma expectativa para esta interpelação do PSD, quando a intitulava "Situação económica e social da Região".

Realmente, perante a intervenção do líder parlamentar do PSD, penso que ao nível da situação social ficou muito aquém dum diagnóstico que nos possa permitir compreender essa realidade. Olhando os indicadores que foram utilizados, particularmente a venda de cimento e a venda de automóveis, penso que não é por aí que se chega à situação social dos Açores.

Deputado António Marinho *(PSD)*: Veja a situação do comércio.

A Oradora: E, muito menos, quando o líder parlamentar do PSD refere "Vá dizer isso aos trabalhadores da construção civil". Se o senhor analisar, como é seu hábito, os números do desemprego, verificará que um dos aspectos importantes no desemprego é o desemprego feminino. Parece que no seu diagnóstico não existe este enquadramento da realidade do trabalho feminino. Aliás, não existe, porque não existia antes, e a realidade das mulheres à procura de emprego tem a ver também com o aumento da taxa de actividade feminina e o aumento da taxa de emprego que, nos últimos anos, têm caracterizado a nossa realidade.

O senhor também não fez referência a qualquer indicador – que, aliás, depois o Sr. Vice-Presidente veio demonstrar – na área da escolarização e da qualificação, porque também não era hábito dos governos do PSD investir nesta área. Por isso, nós temos hoje em dia famílias de gerações, nomeadamente os beneficiários do RSI, que são famílias de pessoas pouco qualificadas, pouco escolarizadas, num processo que já se reproduz há várias décadas. Esta realidade da escolarização também não foi por vós falada.

Tem sido uma área de intervenção do Governo do Partido Socialista, em programas específicos, para trazer estas crianças que, habitualmente, não vinham à escola, a frequentarem a escola. Poderemos ainda não ter atingido os níveis de sucesso escolar, mas trouxemos muitas crianças de famílias que não estavam

habituadas a ter uma relação positiva com a escola, para a escola. Esta é uma forma de combater os indicadores de subdesenvolvimento ou os indicadores de dificuldades ao nível do desenvolvimento, é apostar na escolarização dos mais novos.

Depois, não se falou aqui da qualificação, porque também é um "calcanhar de Aquiles" dos governos do PSD. Nunca se apostou no ensino profissional…

Deputado Cláudio Almeida *(PSD)*: Quantos jovens estão no desemprego, Sra. Deputada?

A Oradora: …uma aposta que o Governo do Partido Socialista teve e com taxas de empregabilidade. Hoje em dia, mais de um terço dos jovens que saem do terceiro ciclo frequentam cursos de ensino profissional, com empregabilidade superior, por vezes, a 80%. Isto é para dizer que a aposta que foi feita na qualificação dos nossos jovens é uma aposta certa e é por aí que se combate o desemprego e se aposta no desenvolvimento da Região.

Há uma outra frase que foi dita aqui pelo líder do PSD ontem, a propósito do debate de urgência sobre o desemprego, que eu gostava de registar. O Dr. António Marinho disse: "Há pessoas em casa à espera de emprego" e hoje a Dra. Carla Bretão veio também falar das empresas que não vendem, que têm os produtos nas suas prateleiras. Penso que se há mensagem que também se tem de passar neste debate de combate à crise é que a crise não passa apenas com a intervenção do Estado, ou com a intervenção do Governo. A crise também passa pela capacidade de as próprias pessoas se auto-avaliarem. Há muitas empresas que, nesta altura de crise…

Deputado João Costa *(PSD)*: As pessoas andam de mão estendida nos Açores.

A Oradora: Isso era no seu tempo. No seu tempo é que era a mão estendida e a prova é que, desde 98, com o Rendimento Social de Inserção, se conseguiu dar visibilidade a muitas dessas pessoas. Portanto, não venha cá com a mão estendida.

Deputado João Costa *(PSD)*: É a análise real da situação.

A Oradora: Eu estou a falar de as pessoas terem de ter – este é, aliás, um dos objectivos do Ano Europeu de Luta conta a Pobreza, que cada pessoa tome – a iniciativa da resolução dos seus próprios problemas, seja pró-activo, seja

empreendedor. O líder do PP falou ontem da importância do microcrédito. Não há microcrédito sem espírito empreendedor, não há microcrédito sem iniciativa própria. Não há apoios que possam valer, do Governo, sem que as próprias empresas tomem consciência do plano empresarial que tinham até então.

É um facto que a crise veio revelar que há empresas que tinham uma má estratégia; que há empresas que, se calhar, têm mesmo de fechar e há novas empresas que têm de abrir. As crises servem também para isso, para avaliar em que medida foram boas apostas aquelas que se fizeram.

Deputado João Costa *(PSD)*: A avaliação está aí!

A Oradora: E servem também para avaliar em que medida se deve apostar numa população pouco qualificada. Só apostando na qualificação das pessoas podemos realmente mudar.

Para falar da questão do RSI, congratulo-me com o facto de o Partido Socialista ter essa abertura para se avaliar a aplicação de uma medida que é uma medida positiva. Bastava só analisar a taxa de incidência da pobreza para se ver que, desde a sua aplicação, se passou de 31% de taxa de incidência de pobreza, que se registava em 95, para 21% na actualidade. Isto mostra bem que se estão a fazer medidas positivas para diminuir a incidência da pobreza nos Açores. Dos senhores, até agora, não ouvi uma medida que fosse que tivesse o mesmo objectivo.

Deputado Ricardo Cabral *(PS)*: Esse é o grande problema!

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

Deputada Aida Santos *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Até Novembro de 2009, havia menos 10.8% de dormidas de turistas nos hotéis e residenciais dos Açores, em comparação a igual período de 2008.

Há menos dinheiro a entrar na Região; há menos oferta de emprego no sector do turismo. A quebra das receitas, até Novembro de 2009, foi de 10,2% em relação ao

período de 2008, o equivalente a 5,4 milhões de euros. No mesmo período perderam-se cerca de 132 postos de trabalho neste sector da hotelaria.

Pergunto: 1) – Que pensa o Governo fazer, perante o quadro que acabei de descrever?

Deputado José San-Bento *(PS)*: E o PSD, o que fará?

Deputado António Marinho *(PSD)*: Sr. Deputado San-Bento, o PSD não é governo!

A Oradora: O POTRAA prevê, até 2015, um crescimento da procura entre 8,5 a 9,5 por cento ao ano, com um aumento global do número de camas disponíveis. Parece-nos ser uma aposta muito optimista quando é sabido que o número de dormidas tem vindo a decair, falando igualmente da criação de *resorts*.

A pergunta que faço reflecte a preocupação dos nossos hoteleiros: se não temos turistas em número suficiente para os hotéis. 2) – Onde iremos encontrar mercado para *resorts*, conhecendo o grau de exigência na qualidade do frequentador deste tipo de empreendimento?

Concordamos que as apostas estratégicas centrais, por exemplo, a exploração e dinamização do Vulcanismo em São Miguel, do Património Edificado na Terceira, do Queijo em São Jorge, das Praias em Santa Maria, da Baleia no Pico, do Termalismo na Graciosa, da Diversidade Paisagística nas Flores, da Náutica de Recreio no Faial e do tema Comunidade no Corvo, devam ser estas.

3) – A questão que coloco é como pensa o Governo fazer chegar essas potencialidades aos mercados?

Por último, a marca Açores tem sido pouco valorizada. O Governo anda distraído quanto à utilização duma marca que é, por si só, uma mais-valia.

4) – Que estratégia tem o Governo Regional para a verdadeira e real utilização da marca Açores, para operacionalizar essa estratégia tem o Governo ouvido os "*players*" do mercado e ter a coragem de assumir que não é tudo tão belo como se diz?

Tenho dito.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque a resposta do Sr. Vice-Presidente também não me merece muita atenção, apenas para lhe dizer quatro coisas, muito rapidamente, Sr. Presidente:

Primeira, os açorianos não sentem nada do que diz.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em segundo lugar, preocupe-se mais com os açorianos, com os Açores e as suas empresas e deixe a Madeira para outro lado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em terceiro lugar, o seu *superavit* apenas mostra a desorçamentação crónica que tem sido sua prática. Está bem patente, esse *superavit*, nas dívidas exorbitantes do sector público empresarial.

Por último, um conselho: reveja a Linha Açores Empresa, antes de prorrogar o seu prazo até 31 de Março.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Veja a realidade, investigue a realidade.

Por fim, Sr. Vice-Presidente: mexa-se, que o tempo está a passar rapidamente.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD continua com o mesmo discurso em relação ao turismo. Não propõe nada, só critica. O PSD acusa-nos de termos hotéis, de termos estruturas, mas não termos turistas suficientes para encher os hotéis. Curiosamente, quando o PS chegou ao poder nós tínhamos turistas, infelizmente os senhores não nos deixaram praticamente nenhuns hotéis feitos.

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Esta é a vossa herança. Não havia tradição do turismo nos Açores. E, como dizia e muito bem o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, este Governo fez um excelente trabalho na criação de um sector de actividade, que é o turismo. Essas são as declarações do Presidente da Câmara de Comércio, que os Srs. Deputados deviam reconhecer.

Deputado João Costa *(PSD)*: Quer dizer que o que se fez está muito bem e agora ficam parados!

Deputado Ricardo Cabral *(PS)*: Veja a sua terra, Sr. Deputado.

O Orador: Srs. Deputados, o turismo é provavelmente dos sectores da economia que mais está dependente do factor externo. É óbvio, para qualquer açoriano…

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, ouça. Sobre as passagens, podemos falar quando o Sr. Deputado quiser, aliás para nós percebermos a posição do PSD.

Há casos, e o turismo está dependente dos mercados emissores. No caso da Alemanha, no caso da Bélgica, nós crescemos por volta de 20%. Porquê? Porque foram mercados que tiveram capacidade para suportar a crise económica.

Agora, como é óbvio para qualquer açoriano, para qualquer empresário, quando um país emissor de turistas está em crise, a primeira coisa em que as pessoas cortam é nas suas férias. Obviamente que nós temos de trabalhar nesta área e esse é o compromisso deste Governo, intervir nesta área, de forma a trazer o maior número de pessoas para os Açores. Foi isso que fizemos, por exemplo, na última Bolsa de Turismo de Lisboa. Foi esse o compromisso que assumimos quando destinámos mais de 30 milhões de euros para a promoção turística da Região.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, sobre isso, sobre as passagens e sobre a questão das acessibilidades aos Açores, o Sr. Deputado sabe que isto foi feito para a Alemanha,

isto foi feito para os países nórdicos e o Governo Regional, com o sector privado, conseguiu motivar e conseguiu trazer operadores para os Açores.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD)*: Quais operadores?

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: O que aconteceu a esses operadores? Foram-se embora.

O Orador: Este é um sector que tem sido e continuará a ser a nossa aposta.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao turismo, eu gostaria de dizer o seguinte, Sra. Deputada Aida Santos: a questão não está na situação que nós temos, essa situação é por todos conhecida. O que é preciso é algo mais do que apenas uma intervenção que constata aquilo que nós temos. O que interessa é saber o que está a ser feito para resolver essa situação.

É aí que se marca a grande diferença neste debate, entre aquela que tem sido a postura do Governo e aquela que tem sido a postura do PSD. O Governo tem apresentado e dado conta das medidas que já estão em curso para fazer face a essa situação. O PSD fica-se apenas por aquilo que é a constatação de uma situação. Para aquele que se diz o maior partido da oposição, é francamente pouco e mau.

Quanto ao turismo, Sra. Deputada, aquilo que referiu consta do Plano de Marketing Estratégico do Turismo dos Açores. Convido-a, tendo em conta as limitações de tempo que nós temos, a visitar ou a revisitar esse documento, que pode responder à esmagadora maioria das suas preocupações.

Quanto àquilo que é feito para levar estes produtos turísticos, ou a imagem do turismo dos Açores, aos nossos mercados, Sra. Deputada, está a ser feito um trabalho significativo, quer ao nível do mercado nacional, quer ao nível do mercado internacional. Com campanhas, mas não apenas com aquela que é a maior campanha até este momento feita de promoção do turismo dos Açores. Nós não conseguiremos resolver este assunto apenas com este aspecto. Interessa ter em

conta também outros, os contactos com operadores, os contactos com circuitos de comercialização, e isto está a ser feito.

Repare, o Governo não encara esta situação, dizendo: "Está aqui a campanha de promoção, o nosso trabalho está feito, vamos embora". Errado. Nós temos um exemplo: quando um dos maiores operadores do mercado escandinavo, uma empresa que resolveu deixar, ou interromper temporariamente, a sua operação nos Açores, o que fez o Governo? Mobilizou a SATA e pôs a SATA a assegurar estas ligações.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Por que se foram eles embora?

O Orador: Em relação a esta matéria, o trabalho que o Governo tem feito é perfeitamente claro.

Digo-lhe mais, Sra. Deputada. É errado e não pense o PSD partir do princípio que esta é uma responsabilidade apenas do Governo ou das entidades públicas. Se fizer isto, está a prestar um mau serviço ao turismo dos Açores. Porque, ao mesmo tempo que é preciso questionar o Governo para saber o que o Governo tem feito em relação ao turismo, é também necessário, com igual legitimidade, questionar todos os empresários e saber o que têm feito na melhoria das suas condições para a atractividade do destino turístico.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: A culpa agora é dos empresários?

O Orador: Não é a culpa dos empresários. O Sr. Deputado Jorge Macedo está enganado. Não é culpa dos empresários. Aquilo que o Governo sempre tem dito é isto: nós só conseguiremos resolver e ultrapassar esta situação se todos fizerem bem a sua parte. O Governo está a fazer bem a sua parte.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: "Presunção e água benta, cada um toma a que quer"!

O Orador: Interessa também que todos, como não faltam exemplos, verdade seja dita, de empresários que também estão a fazer bem a sua parte.

Agora, aquilo que o PSD esquece é o oposto do PCP. O PCP vai para a Papua Nova Guiné, o PSD esquece que nós estamos num mundo em que, por exemplo, a Organização Mundial de Turismo prevê que só no primeiro semestre de 2009 o

turismo a nível mundial tenha retraído cerca de 9%. Isso também tem relevância para a análise desta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Mas o turismo em Portugal não decresceu.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Retomamos a nossa ordem de trabalhos às 15 horas.

Entretanto, vamos dar os tempos sobrantes de cada um dos intervenientes. Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O Governo dispõe de 31 minutos; o Partido Socialista dispõe de 32 minutos; o PSD dispõe de 37 minutos; o CDS/PP dispõe de 11 minutos; o Bloco de Esquerda dispõe de 4 minutos; o PCP já esgotou o seu tempo; e o PPM dispõe de 3 minutos.

Presidente: Agradecia ao Sr. Secretário Regional da Presidência e aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que se acercassem da Mesa, muito obrigado.

Bom almoço e até às 15:00 horas.

(Eram 13:00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde, vamos reiniciar os nossos trabalhos, pelo que agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos continuar com a interpelação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

(*) Deputada Aida Santos *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, quanto aos destinos emissores, quero dizer que se continua a preterir os turistas nacionais, desincentivando a sua vinda ao arquipélago, mercê dos elevados custos das tarifas aéreas. Por outro lado, aposta-se

em destinos emissores que já está provado não trazerem mais valias para a nossa economia, como é o caso do mercado nórdico.

Também lhe quero dizer que, se fosse pelas campanhas efectuadas, até parecia que tudo estava bem. No entanto, a realidade fria e crua dos números desmente qualquer tipo de optimismo que se venha a criar.

Sr. Deputado Francisco César, o PSD não critica, o PSD simplesmente alerta e vem manifestar o descontentamento dos hoteleiros. Janeiro foi mau, Fevereiro vai pelo mesmo caminho. Acha que estamos bem no sector do turismo? Não estamos.

Se, há uns meses, a situação estava preocupante para todo o sector, ela agora aproxima-se de uma situação dramática. O acumular de uma época alta medíocre com uma época baixa péssima em termos de facturação está a criar um grave problema de libertação de meios financeiros para os compromissos assumidos. A sobrevivência e viabilidade de um número significativo de unidades hoteleiras e restaurantes, fortemente financiados pela banca e Estado, correm o risco de entrar em ruptura financeira grave, pondo em causa a continuidade das operações das mesmas, com os respectivos efeitos devastadores no mercado de trabalho.

Por último, Sr. Secretário, não estou a imputar culpas só ao Governo, mas diga-me uma coisa: se, para o Governo, a construção dos hotéis foi importante e uma mais valia, se também é importante – e o Sr. Secretário estava a dizer – incentivar os hotéis que estão vazios e responsabilizar os empresários por essa questão, também não é importante o Governo assumir um papel nesta época de crise?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia, com certeza, deixar de responder, em primeiro lugar, ao repto do Sr. Deputado Helder Silva, que tão veementemente o deixou aqui, relativamente ao RSI.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, bem-vindo ao clube, porque é isso que o CDS/PP reivindica há muitos anos, de que Vs. Exas. discordavam: a fiscalização do Rendimento Mínimo Garantido…

Deputado Francisco César *(PS)*: Rendimento Social de Inserção.

O Orador: …ou do Rendimento Social de Inserção. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, efectivamente, há cada vez mais gente a pensar como nós, o que nos agrada e nos satisfaz. Agora, do que discordamos, Sr. Deputado, é da metodologia que o senhor propõe. Fiscalizar o Rendimento Social de Inserção gastando dinheiro a esta casa não faz nenhum sentido.

O que faz sentido, Sr. Deputado Helder Silva, que sempre devia ter sido feito, é o Governo Regional, que tem meios, que tem técnicos, tem uma Secretaria com todos os meios à sua disposição para fazer essa fiscalização e não a faz ou, pelo menos, não a faz com a devida intensidade. Depois apresentar, sim, um relatório a esta casa, porque é esse o dever do Governo Regional dos Açores, fiscalizar o dinheiro que dá e o dinheiro que atribui. Esta casa, naturalmente, pronunciar-se-ia sobre o relatório que o Governo lhe apresentaria. Esta é a metodologia correcta de fazer as coisas.

Digo-lhe mais: as dezenas e dezenas de assistentes sociais ao serviço do Rendimento Mínimo têm obrigação de produzir, não é uma vez um relatório, é todos os meses! Todos os meses deviam saber os beneficiários que entraram, os que saíram, os que têm direito, os que não têm direito, os que precisam e os que não precisam! Todos os meses! E todos os meses esse número deveria ser divulgado, num acompanhamento mensal do Rendimento Social de Inserção. É isso que devia ser feito. Isso, os senhores é que têm…

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra, pode continuar.

O Orador: Vou esperar que o terceiro anel aqui de trás se acalme. Quando o terceiro anel se acalmar, eu continuarei.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Dizia eu, então, que as dezenas e dezenas de assistentes sociais que se passeiam de carro todo o dia para baixo e para cima, essas sim, trabalhem! Façam alguma coisa!

Deputada Nélia Amaral *(PS)*: Afinal não são só os beneficiários que são malandros. Os técnicos também são. É essa a percepção que o senhor tem dos técnicos de acção social.

O Orador: Justifiquem o dinheirinho que lhes é pago no fim do mês. É isso que é governar, ser executivo: é obrigar os seus técnicos a produzir trabalho e a ser eficazes.

Não é uma comissão desta casa, Sr. Deputado Helder Silva, que, durante cinco ou seis meses, vai fazer uma coisa para calar a opinião pública e depois virem dizer: "O Governo já fez". Não fez, não senhor. O Governo tem de fazer com intensidade, com frequência e com continuidade. Assim é que se combate a fraude que existe no Rendimento Mínimo, aliás, números do vosso Governo da República, que rondam os 20% de fraude no Rendimento Mínimo Garantido nacional.

É esse número que os senhores têm de ir ver, é esse número que os senhores têm de avaliar, das dezenas de pedidos que têm à porta todos os dias, que eu vejo com os meus olhinhos, se aquelas pessoas que lá vão pedir têm direito ou não e por que têm direito. E, dos que lá estão, os que têm de pôr a trabalhar, porque também era bom que tivessem um trabalho mínimo garantido, o mínimo que fosse. Se o Estado lhes dá, eles também têm de dar alguma coisa ao Estado e à sua comunidade e não dão rigorosamente nada. Não me venham com a conversa de que se é um subsídio, não pode ter trabalho. Pode ter uma coisa, que é dar de si à sua comunidade. Embora não seja em termos formais e em termos legais um trabalho, mas é colaborar com a sua comunidade.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Já se está a trabalhar numa comissão.

O Orador: Sr. Deputado Helder Silva, esse objectivo, o seu desafio, aqui não cola nesta bancada. O que cola é exigência, o Governo fazer o seu trabalho e apresentar nesta casa um relatório objectivo e sério. E não é uma vez por legislatura, é duas ou três vezes por ano, ter estes números sempre actualizados e não fazer "caixinha" com os números do Rendimento Mínimo. É isso que nós queremos, é isso que nós exigimos e é isso que nós vamos continuar a exigir.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa *(CDS/PP)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Aida Santos:

Apenas para responder a três questões, que parece importante clarificar.

Primeiro, o Governo não abandonou o mercado nacional. O mercado nacional continua a ser importante, é questão de ver todo o cuidado que tem havido, quer em termos de promoção, quer em termos de exploração de novas áreas de comercialização no mercado nacional. Para além disso, convém referir que o mercado nacional desceu menos do que desceu o mercado externo. O mercado externo desceu cerca de 12,7%, o nacional cerca de 9%.

Em segundo lugar, a aposta em mercados que nada têm para dar. Sra. Deputada Aida Santos, nós acreditamos que mercados, nomeadamente a Escandinávia, continuam a ter um potencial que os Açores podem explorar. O que é necessário fazer é aquilo que já está em curso, que é reposicionar o destino turístico Açores nesses mercados. Esse trabalho já está a ser feito e acreditamos que poderá ter muito sucesso.

Por último, questões relativas a hotéis fechados e a responsabilização dos empresários. Sra. Deputada Aida Santos, mais uma vez reafirmo: se todos fizermos bem o nosso papel. É necessário perceber que o papel do Governo não é encher os hotéis de turistas. O Governo tem de criar as condições, como acontece nomeadamente com as ligações aéreas através da SATA, para que os empresários possam, como já têm feito alguns, explorar novas possibilidades de comercialização. Esse é o papel dos empresários. O papel do Governo, que ele assume claramente e que cumprirá na íntegra, é o de criar as condições para o negócio, para a comercialização do destino. É necessário distinguir esses dois

aspectos, que me parecem fundamentais no assacar de responsabilidades a quem quer que seja.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César *(PS)*: Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz *(BE)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nestes dois dias temos debatido estratégias para o combate ao desemprego.

Muitos dos Srs. e Sras. Deputados têm acentuado o papel das empresas no combate ao desemprego. Não podemos estar mais de acordo, tanto mais que estamos num país de pequenas e médias empresas e, por maior força, da realidade regional, onde as pequenas empresas são a esmagadora maioria.

Todos os estudos económicos que se debruçam sobre a realidade de gestão das empresas têm um resultado em comum: os custos do dinheiro, isto é, os juros pagos são a principal preocupação dos pequenos e médios empresários. Estes custos são terríveis em períodos de crise, mas são-no também fora das crises. Acho que é lógico, tirando lições desta crise, onde os juros foram bonificados para obviar a maiores desastres nas empresas e no desemprego.

Mas o preço do dinheiro é um problema mais geral, que afecta o desenvolvimento económico. Basta ver, só esta semana, o que especuladores internacionais fizeram com a dívida externa Portuguesa. O problema do custo do dinheiro é um problema sério para o desenvolvimento económico de qualquer país e, por consequência, no nosso e nos Açores, pois não estamos fora do mundo.

É por isso que o Bloco não defende a mudança de universo mas, tão-só, a mudança de política e, neste aspecto concreto, a utilização do banco estatal, a Caixa Geral de Depósitos, a intervir no mercado com juros mais baixos do que a generalidade da Banca. Não seria esta uma medida de apoio à economia real? Por que não é assumida pelas bancadas que só falam na defesa das pequenas empresas?

E não se trata, como falam os detractores desta proposta, de nacionalizar a banca, porque o Bloco de Esquerda tem o maior respeito pelos dinheiros públicos e não os desbarata a defender bancos falidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Costa *(PSD)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, vou começar por si. Olho para si, porque acho que o senhor tem toda a importância e, aliás, é uma figura proeminente do seu partido, do Partido Socialista.

Começo por aquilo que disse. O senhor fez um anúncio e eu também gostava de, permitam-me a comparação, fazer um anúncio, à semelhança ou plagiando um pouco o anúncio do "Euro milhões": este Governo foi tomado pelo Sr. Carlos César e, a partir de então, só transmite folclore socialista.

Deputado Pedro Gomes *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: A diferença é que o "Euro milhões" vai dando alguns prémios e os senhores têm dado poucos prémios a esta Região. Aliás, existem muitos excêntricos a falar desse lado e não parece que estejam muito bem ligados à realidade. É que, na realidade, nos Açores não se deu o "milagre das rosas" e a crise que não iria chegar é hoje uma crise profunda, que nos convoca a todos para um trabalho em nome da defesa do bem-estar das famílias e da paz social na Região.

Os Açores estão envolvidos numa crise social que leva ao desespero de muitas famílias e assume já proporções que todos lamentam e a que todos desejam pôr termo. Ouvimos ontem o Sr. Presidente do Governo lamentar-se com a situação que existe nos Açores, apelando a que todos contribuam para que depressa se faça frente ao flagelo social que atira milhares de açorianos para uma situação de pobreza. Mas se, num primeiro momento, somos levados a pensar que temos um Governo pró-activo na intenção de enfrentar este problema, essa ilusão logo se esvanece e ficamos com a sensação de que não é assim tanta a boa vontade no reconhecimento dos problemas.

Na verdade, não podemos deixar de lamentar que se mantenha uma visão distorcida da realidade, sob uma qualquer capa de optimismo e de mensagem de esperança, com a desculpa mais do que gasta de que temos de dar sinais positivos. A realidade, que teima em não obter este reconhecimento, é que os Açores têm um quarto da sua população a viver em risco ou no limiar da pobreza.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Mais de 60 mil açorianos não conseguem chegar ao fim do mês com as suas contas pagas e, desses, já uma grande percentagem não faz as refeições diárias que deveria, racionando o seu bem-estar, que é o mínimo aceitável para quem vive no século XXI e para o nosso tempo.

Lamentavelmente, os Açores têm a mais alta taxa de população a viver com o Rendimento Social de Inserção. Se recentemente eram cerca de 8% dos açorianos os que dependiam deste apoio social para fazer face ao seu dia-a-dia, estima-se hoje que cerca de 10% da população dos Açores tenha, como sustentáculo de um mínimo para sobreviver, aquele apoio social. Devo lembrar que, em 2008, o Governo gastou com este apoio cerca de 19 milhões de euros.

Em relação ao anúncio que o Sr. Deputado Helder Silva fez, eu queria desmistificar, também respondendo um pouco à Sra. Deputada Piedade Lalanda, a razão de ser deste anúncio. Este anúncio foi apresentado pelo Sr. Presidente do Governo na campanha eleitoral de 2008, dizendo – e já lá vai mais de um ano, Sr. Presidente – querer intensificar a fiscalização do RSI, alegando que meia dúzia de preguiçosos não podem pôr em causa esta prestação social. Compreende-se então que só agora venha o PS anunciar esta fiscalização, porque agora interessa muito ao PS dar a ideia de que uma boa parte dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção são realmente preguiçosos que não querem trabalhar.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Querem dar essa ideia, porque querem esconder aquela que é a realidade da Região, uma realidade de pobreza. Por isso mesmo, vêm agora criar este estigma da preguiça sobre aqueles que merecem e que precisam do apoio do Estado para poder levar o seu dia-a-dia pela frente, o que eu não percebo muito bem e faço-vos lembrar um despacho, que certamente a Sra. Secretária Regional da

Solidariedade conhece. É o Despacho do gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, o Despacho 451/2007, que vem regulamentar o artigo 37.º da Lei 13/2003, relativamente àquilo que deve ser a integração e dar alguma coisa que fazer àqueles que são beneficiários do RSI e que podem, efectivamente, contribuir para a sociedade. É uma pena que nos Açores isso nunca tenha sido feito.

Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Não existe nada nos Açores que leve os beneficiários do RSI a poderem sair da sua situação de pobreza, progredindo para uma situação de não dependerem do apoio do Estado.

Deputado Domingos Cunha *(PS)*: Não apoiado.

O Orador: Não vale a pena Vs. Exas. brincarem com os números neste aspecto. Se quiserem fazê-lo, se quiserem brincar com os números, nós também temos de chamar a atenção para aqueles cidadãos que, entretanto, saíram do sistema do RSI, porque passaram a beneficiar de outro apoio social. É o caso, por exemplo, daqueles que beneficiam do Complemento Solidário.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*: Ainda bem, porque no vosso tempo não havia nada disso!

O Orador: Aqueles que passaram a beneficiar do Complemento Solidário e que vocês retiraram do apoio social do RSI, para lhes atribuir outro apoio, fazendo crer que eram pessoas que se tinham libertado da sua situação de pobreza e não são! Não são pessoas que se tenham libertado da sua situação de pobreza.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*: No tempo do PSD não havia pobres nem RSI.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado João Costa, está no uso da palavra, agradecia que continuasse.

O Orador: Eu peço o benefício à Mesa de descontar este tempo aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os pensionistas; os que beneficiam do Complemento Solidário; os que, deles não beneficiando, estão fora dos mecanismos do apoio social; os que estão a beneficiar do RSI; os desempregados; e os que têm condições precárias e baixos rendimentos; todos esses engrossam a crise social e a estatística de uma região onde os sinais de pobreza e de exclusão contrastam com a negação abusiva que Vs. Exas. fazem da realidade. Não pode deixar de ser notado que os açorianos são os portugueses com valores médios de salários mais baixos. Os senhores também não podem continuar a negar esta realidade. Este é um combate que nós não queremos perder.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Achamos que todos devem estar convocados para encontrar as soluções adequadas para travar esta crise e esta dura, duríssima, realidade desta nossa Região.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Fazem-se constantemente apelos para que sejamos todos solidários para com aqueles que precisam. Para esse embate, podem contar com o PSD, com um contributo sério e com a abertura própria de quem está ao serviço dos Açores e dos açorianos. Mas essa tarefa começa com o reconhecimento de que esta realidade está lá fora, está presente em mais de um quarto da população das nossas ilhas, e que só podemos verdadeiramente apelar à solidariedade da sociedade civil, no acompanhamento do trabalho governamental e parlamentar para enfrentar esta crise social, se deixarmos de transmitir os tais sinais de optimismo virtual e as ilusões de sucesso, porque essas atitudes de negar os problemas atiram para a exclusão social muitos açorianos que, ao invés de solidariedade, recebem desprezo e incompreensão.

Deputados Jorge Macedo e Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é que é a verdade!

Os sinais de pobreza que estão aí não são de hoje. As organizações não governamentais…

Deputado Francisco César *(PS)*: Mesmo não, vêm sobretudo de 96.

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, vamos ver uma coisa: essa vossa declaração constante de que isto não é de hoje e que vem do tempo do PSD é a

pura e completa demonstração de incompetência de um Governo que, há catorze anos, não consegue resolver um problema!

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Não podemos ser insensíveis, não podemos continuar a ser insensíveis e não pode o Governo apelar a comparações estéreis com outros países, onde há salários incomensuravelmente maiores e onde a protecção social está motivada para a inserção, para a saída deste ciclo de pobreza onde entram muitas famílias e não para a perpetuação da dependência económica.

Não são estes os Açores que os açorianos merecem. Não é esta a forma de ultrapassar os problemas. O PSD está disponível, como sempre tem estado, para tudo fazer no sentido de ajudar o Governo e esta Assembleia a encontrar as melhores medidas para sairmos desta crise e criar condições de progresso que todos desejam, assim queiram o Governo e a maioria socialista.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, esta questão do RSI é realmente de difícil digestão por parte do PSD, porque é uma medida eficaz. É também de difícil digestão para o PP, diga-se de passagem.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Não é eficaz, Sra. Deputada.

A Oradora: É uma medida eficaz e há pouco já tinha feito referência à diminuição da taxa de incidência da pobreza.

Custa ver as atitudes e as incompreensões manifestadas aqui nesta sala, desde logo, há bocadinho, pelo Deputado Artur Lima e, agora, pelo Deputado João Costa, com a ironia q.b., quando se refere e começa por dizer que temos um quarto da população açoriana a viver em dificuldades.

Então, vamos partir desse número que o senhor acabou de dizer: temos um quarto da população com dificuldades e a taxa de beneficiários do RSI na Região é de 8%. Então, se há 8% da população que está a beneficiar de uma medida de protecção social, muitos mais há que, infelizmente, não estão até a beneficiar dessa medida. Ou seja, podemos até ter uma taxa elevada no país mas, de alguma forma, estamos a responder àqueles que têm mais dificuldades. Nós estamos perante pessoas que estavam abaixo dos 60% do rendimento considerado o limiar da pobreza e, com esse benefício social, com essa medida de protecção social, saíram pelo menos desse limiar da pobreza.

Outro dado que o senhor desconhece – se calhar, desconhece – é que cerca de 40% dos beneficiários do RSI têm rendimentos de trabalho. O que quer dizer que, infelizmente, na nossa Região ainda temos um tecido económico em que muitas das pessoas vivem situações de precariedade, vivem com rendimentos muito baixos e têm no RSI um complemento de rendimento. Não têm no RSI a única fonte de rendimento, mas um complemento de rendimento.

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

A Oradora: Se o senhor conhecer a realidade das famílias beneficiárias, tem de admitir que o RSI não é o que faz sobreviver. E, mesmo que fosse, a média do rendimento por agregado nos Açores é de 280 euros, isso dá cerca de 9 euros por dia, por família. Diga-me: como é que uma família numerosa – que é uma das características dos beneficiários dos Açores – vive com 9 euros? Como é que um *per capita* de 77 euros, ou seja, 2,5 euros por dia, altera a condição de pobreza das pessoas? Não altera, desagrava a pobreza! O RSI é uma medida de desagravamento da pobreza, não é uma medida de solução do problema da pobreza!

O senhor, se quiser falar de RSI, conheça a realidade dos beneficiários e não "atire para o ar" com essa atitude, sim, de desprezo e de incompreensão, que foi aquilo que o senhor revelou aqui: desprezo e incompreensão pelos beneficiários do RSI.

Diga-se de passagem, também, que o senhor disse há bocadinho que não se faz nada em relação aos beneficiários. Eu acho interessantes essas frases do género "dar-se-lhes qualquer coisa para fazer". Isto é forma de falar das pessoas que são beneficiárias do RSI, "dar-se-lhes qualquer coisa para fazer"? São pessoas com dignidade! São pessoas que, quando solicitaram o pedido de RSI, porventura tiveram de engolir a vergonha de o fazer, que é o que se está a fazer – e, desculpem, o PP é perito nisso –: envergonhar as pessoas que são beneficiárias do RSI! Temos de ter respeito por essas pessoas e não criar-lhes um estigma de vergonha! Penso que foi isso que acabou de fazer.

O Sr. Deputado Artur Lima teve ainda a brilhante ideia de trazer para aqui que, para além dos beneficiários quase não merecerem a medida de protecção que recebem, os próprios técnicos que trabalham na acção social também são uns preguiçosos que se passeiam com os carrinhos da acção social. Penso que é uma imagem muito deprimente da leitura que fazem desta realidade. Aquilo que está em causa e que a criação deste grupo de trabalho, ou desta comissão, poderá fazer é acompanhar a aplicação de uma medida. Agora, é bom também que os senhores vejam e está também nas estatísticas publicadas mensalmente. Sr. Artur Lima, como já se falou aqui na Assembleia, basta um clique para o senhor descobrir esses dados.

Deputado Mark Marques *(PSD)*: Em que página?

A Oradora: Mensalmente o senhor vai descobrir que há uma taxa de cerca de um quarto a 30% de indeferimentos e esses indeferimentos têm muito a ver com o nível de rendimentos dos agregados. Ou seja, há muitas pessoas que gostariam de beneficiar da medida, ou que acham que podem beneficiar da medida e, na prática, não estão nos critérios de rendimento necessários para tal.

Portanto, o sistema está a funcionar, o sistema não inclui todas aquelas pessoas que gostariam de beneficiar da medida. Se não, não haveria indeferimentos nestes processos. Os senhores estudem melhor esta realidade.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa *(PSD)*: Se está a funcionar, então por que criam a comissão?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma primeira observação, em relação à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, e estimado amigo, sobre as questões referentes ao trabalho que a Assembleia pode e, a meu ver, deve fazer, nesta área como em outras.

Julgo importante, numa prestação social desta natureza, que nós reputamos de grande importância no aparato e no dispositivo de apoio social nos Açores, que a Assembleia possa, não só, ter uma apreciação continuada da sua execução, como também fazer um ponto de situação e uma reflexão sobre o seu significado e sobre o seu conteúdo estratégico, em relação aos públicos a que se dirige.

Penso que, se esta Assembleia é capaz de o fazer e de se deter em matérias como seja, por exemplo, o abastecimento de água no Concelho de Angra do Heroísmo, certamente também se pode sentar à mesa, reflectir sobre esta matéria, consultar os parceiros sociais, ouvir os técnicos de acção social, indagar as consequências dessa medida, tentar perceber quais os processos e por que foram deferidos, quais as famílias e por que razão deixaram de receber. Toda essa reflexão é uma reflexão necessária. E em função disso, se o entender – e, a meu ver, deve fazê-lo –, emitir recomendações ao Governo Regional.

Gostava também de perguntar ao Sr. Deputado João Costa o seguinte:

Não havia Rendimento Mínimo Garantido; não havia Rendimento Social de Inserção; o senhor diz que o PROSA é um programa para mascarar o desemprego; o senhor fala mal dos programas de manutenção de postos de trabalho. Sr. Deputado, há uma coisa que eu gostava que o senhor me esclarecesse. Qual destas duas situações é que ocorria antes de o PS entrar para o governo e dessas medidas serem aplicadas: não havia pobres, ou não havia apoio à vida dos pobres?

Deputado José Lima *(PS)*: Muito bem!

O Orador: É necessário isso ser aqui esclarecido.

Gostava também de dizer que feliz da região, feliz do país, feliz da sociedade que tem estes instrumentos de apoio, porque quer dizer que é uma sociedade que conhece os seus pobres e que reconhece os seus direitos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

A perspectiva com que V. Exa. colocou agora o assunto é, na minha interpretação, diferente da perspectiva em que foi colocado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Devo dizer que estou plenamente de acordo consigo relativamente à produção de comissões.

Quando se fez a Comissão de Inquérito da água, à partida, com toda a sinceridade, já sabíamos qual seria o resultado e devo dizer que ela foi praticamente inútil, mas fez-se. Agora, Sr. Presidente, uma comissão desta Assembleia para avaliar o impacto do Rendimento Mínimo nos Açores, nas famílias açorianas, como V. Exa. disse, é coisa bem diferente do que disse o Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar Helder Silva, que quis fiscalizar, pela comissão, o Rendimento Mínimo. Não tem obviamente condições para isso.

Deputado Helder Silva *(PS)*: É esse o nosso papel na Assembleia.

O Orador: O nosso papel, da Assembleia, é fiscalizar a actividade do Governo, fiscalizamos a actividade do Governo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: É fiscalizar o Governo, não as pessoas do Rendimento Mínimo.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Presidente, presumo que me tenha descontado estes breves segundos, que me farão falta, naturalmente. O tempo mínimo garantido, Sr. Presidente.

Dizia eu, é coisa bem diferente.

Sra. Deputada Piedade Lalanda, não vale a pena vir aqui com demagogias dos pobrezinhos e dos coitadinhos, que foi o discurso que a senhora acabou de fazer. Vou dizer-lhe uma coisa, acho que o Estado deve ser solidário com aqueles que mais precisam, não vem dar lições a ninguém nessa matéria. A senhora e o seu grupo parlamentar não dão lições a ninguém nessa matéria. O Estado deve ser solidário com aqueles que mais precisam, deve sim senhora, com os idosos, com as crianças, mas não deve ser solidário com aqueles que podem e devem trabalhar e não trabalham porque não querem!

Vou dizer-lhe, Sra. Deputada: há gente no Rendimento Mínimo, que eu conheço – e a senhora, naturalmente, como especialista no assunto, deve conhecer melhor do que eu – que tem telemóveis topo de gama. Não é um telemóvel, tem telemóveis topo de gama…

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Estão irritados, porquê? Estou a dizer alguma mentira? Custa-vos ouvir isto?

Deputado Francisco César *(PS)*: Foram ofendidos!

O Orador: Sra. Deputada, se o telemóvel vos incomoda, vou dar-vos outro exemplo. Há famílias que têm de rendimento líquido, em casa, 700 ou 800 euros por mês e têm de pagar a renda, a prestação da sua casa e têm de pagar, muitas vezes, parte da educação dos filhos. Há famílias com o mesmo rendimento no Rendimento Mínimo, que não pagam nem renda de casa, porque lhes deram uma casa e não pagam renda porque estão no Rendimento Mínimo, já têm um valor acrescentado em relação a quem trabalha e os meninos não pagam nada na escola! E já têm um valor acrescentado em relação a quem trabalha!

Portanto, faça o estudo entre uma família em que trabalhe pai e mãe e tenha três filhos, por exemplo, e ganhe 800 euros por mês, e uma família que esteja no Rendimento Mínimo, com os mesmos quatro filhos e os adultos e que tem os 800 euros por mês e veja lá quem é mais beneficiado! É esse o estudo sério, é essa a comparação séria que V. Exa. tem de fazer!

Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: São famílias iguais!

O Orador: É quem trabalha e tem um determinado rendimento, o que tem; quem não trabalha e recebe um subsídio do Estado, é sustentado pelo Rendimento Mínimo e tem um determinado rendimento, igual a quem trabalha, o que tem; faça o deve e o haver e vai ver onde está a injustiça! É isso que os senhores têm de ver. É isso que os senhores não querem ver, mas é essa a realidade!

Depois, Sra. Deputada, vem dar-me razão, porque a senhora, por um lado, contradiz o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar. Então, querem ou não fiscalizar? Querem ou não apurar? Sra. Deputada, decida o que o vosso grupo quer. Quem falou aqui em fiscalização…

Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Foram os senhores.

O Orador: …como, enfim, a grande ideia "tirada da cartola", o grande "coelho tirado da cartola" – sem ofensa ao Sr. Presidente – foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Logo agora, que está terminando o seu tempo, Sr. Deputado.

(Risos da câmara)

O Orador: Sem ofensa, foi o Partido Socialista.

Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: É acompanhamento, não é fiscalização.

O Orador: O Partido Socialista, então, agora que "descalce a bota" e saiba o que quer. Eu insisto: quem tem meios humanos, recursos humanos, financeiros e técnicos para fazer um estudo verdadeiramente rigoroso é o Governo Regional dos Açores, ponto final, parágrafo, e acho que devem fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do CDS/PP)

Presidente: Informo que o PP terminou o seu tempo.

Segue-se no debate a intervenção, e tem a palavra, o Sr. Deputado João Costa.

(*) Deputado João Costa *(PSD)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Piedade Lalanda, acho que a Sra. Deputada tem alguma dificuldade em contabilizar as pessoas que se integram no conceito de viver abaixo ou em risco de entrar em pobreza, porque não são só os titulares do Rendimento Mínimo que estão nessa situação. Como sabe há, por exemplo, muitos casais de idosos, em que só um dos idosos recebe…

Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Um quarto da população, 25%.

O Orador: …a pensão e, depois, o cônjuge não recebe praticamente nada, porque entretanto o somatório dá metade do ordenado mínimo. Se a senhora acha que viver com 200 euros por mês é suficiente para chegar ao fim do mês e ter uma alimentação como aquela que é exigida nos dias de hoje, então a Sra. Deputada tem realmente de rever os seus conceitos e não dar conselhos aos outros nessa matéria.

Deputada Piedade Lalanda *(PS)*: Está a ouvir mal!

O Orador: Quando eu digo "dar-lhes alguma coisa para fazer", sabe por que digo isso, Sra. Deputada? Porque muitos gostariam de não estar na ociosidade que os senhores criam, quando querem que eles não façam absolutamente nada.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Há muita gente que gostaria de ter uma oportunidade de se qualificar.

Sr. Presidente do Governo, com o respeito e a consideração que me merece, tenho de lhe lembrar uma coisa: o senhor é Presidente do Governo desde 96. Eu ouvi, neste debate e ontem aqui, muita vez por parte do partido que o Sr. Presidente do Governo também lidera, muita gente olhar para o passado, olhar para o tempo do PSD e criticar. Até houve aqui deputados que disseram que o desemprego que se regista hoje em parte é culpa do PSD e do tempo de governação do PSD.

Os senhores, Sr. Presidente, o senhor como responsável pelo Governo e o Partido Socialista, que governam esta Região há 13 ou 14 anos, é que tinham o slogan de qualificar os açorianos. Não foi tempo suficiente para qualificar essas pessoas, para elas hoje poderem ambicionar ter um emprego digno e um ordenado que realmente os leve a chegar ao fim do mês com dinheiro suficiente para alimentar a sua família?

É, de facto, o reconhecimento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, de que, durante estes últimos 14 anos, Vs. Exas. não tiveram a competência suficiente para pôr nos Açores o desenvolvimento e o progresso que todos mereciam.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra e um minuto e meio.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por acaso, vou começar como o Deputado Artur Lima, relativamente à intervenção neste assunto do Sr. Presidente do Governo, mas para dizer exactamente o contrário.

Ou seja, fazer uma reflexão sobre o Rendimento Social de Inserção, no sentido de compreendermos quais são os seus resultados, bons e talvez menos bons, objectivos; como é que podemos ajudar mais as pessoas; como podemos contribuir, criar medidas, para que elas em cada vez menor número necessitem de recorrer ao Rendimento Social de Inserção; isto é uma forma, tanto quanto eu percebi, digamos, airosa e agradável de dizer fiscalização de outra maneira. Porque, quando o Sr. Deputado Helder Silva apresentou esta proposta falando em fiscalização, a fiscalização é logo, pela sua terminologia, um acto persecutório. É: "Aí vamos nós atrás dos malandros, dos preguiçosos, daqueles que vivem à custa do dinheiro de todos e que não fazem nada" e que, por acaso, até são idosos e jovens. Portanto, se é para fiscalizar e para ir atrás dos tais malandros, não. Se é para fazer uma reflexão, enfim, bem intencionada, no sentido de melhorar este tipo de apoio e dizer como o podemos, até, alterar no bom sentido, essa é outra questão.

Relativamente aos telemóveis, eu não resisto a dizer uma coisa. Agora fala-se em telemóveis, mas aqui há dois ou três anos não eram os telemóveis. Aquilo que

escandalizava o PP era os gelados, os gelados das crianças, os filhos e as filhas das pessoas que usufruíam do Rendimento Social de Inserção. Era horrível que se pudessem dar ao luxo de comer um gelado, porque um gelado é um artigo de luxo topo de gama e um pobre não pode comer um gelado!

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: E as antenas de televisão!

A Oradora: Agora, os senhores já não têm a coragem de falar nos gelados, passaram a falar nos telemóveis, porque está um bocadinho acima.

Ainda relativamente às famílias, aos trabalhadores e às trabalhadoras que ganham tanto ou quase tanto como alguns agregados familiares com o Rendimento Social de Inserção, esse é o escândalo. Então, como é um escândalo, vamos nivelar por baixo. Se há aqueles que têm uma profissão e ganham pouco, então aqueles que não a têm, por razões que não são da sua responsabilidade, não podem ganhar nada! A isto chama-se nivelar por baixo. Isto é, do ponto de vista social, vergonhoso, Srs. Deputados.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores estão a passar ao lado da crise que afectou o país, bem como da crise internacional que afecta países poderosos como França, Alemanha ou Espanha, mercê das políticas adoptadas pelo Governo do Partido Socialista.

Deputado Luís San-Bento *(PS)*: Isso é que é um óptimo optimista!

O Orador: Eu estava à espera do aplauso.

Deputada Nélia Amaral *(PS)*: Os seus colegas não se lembraram disso.

O Orador: Cinco meses depois, numa visita ao Sr. Presidente da República, reconhece-se efectivamente que os Açores estão a perder empresas e empregos e aponta-se que essa situação pode ainda piorar.

Se em Outubro de 2008, quando todos os partidos da oposição alertavam para as dificuldades que já se faziam sentir, o Partido Socialista negava, por razões que só

os senhores conhecem, a crise instalada nos Açores, em nós fica-nos uma dúvida: não estarão hoje também os senhores a enganar-se no diagnóstico?

Quanto à bondade e aos resultados das medidas entretanto adoptadas pelo Governo, deixem-me aqui recordar o seguinte. O Sr. Vice-Presidente do Governo, aquando da discussão das grandes opções do Plano e Orçamento, dizia qualquer coisa como isto: "As linhas de apoio criadas pelo Governo dos Açores asseguraram já a aprovação de financiamentos superiores a 202 milhões de euros", sempre muitos milhões, "que beneficiaram 1035 empresas, tendo assegurado" e friso, "tendo assegurado a manutenção de 16.037 postos de trabalho". Curiosamente, dois dias depois, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social chegava à seguinte conclusão: "Evitámos assim o desemprego de 8 mil açorianos e isso deve-se ao facto de termos implementado políticas de emprego inovadoras". Não vou discutir quem tem ou quem não tem razão. Agora, os açorianos, perante esta disparidade, ficam incapazes de avaliar da bondade das consequências positivas ou negativas e, entretanto, as medidas foram tomadas por Vs. Exas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Mas, mais importante do que isso e mais importante do que falar no passado, há, efectivamente, que falar das pessoas. Mais do que esgrimir números, posições políticas ou comparações sobre tudo e mais alguma coisa, o que verdadeiramente nos interessa é a realidade vivida e sentida por milhares e milhares de famílias e lares açorianos.

"Vivi a poucos metros da minha casa o encerramento de um estabelecimento comercial, que lançou no desemprego mais duas dezenas de pessoas", dizia-nos há dias um açoriano preocupado com este drama pessoal e familiar. Se é certo que aquelas pessoas passam a viver, durante algum tempo, do subsídio de desemprego, também é certo que, a partir daquela altura, a incerteza e o desânimo encontram terreno fértil para se instalarem, com todas as suas consequências. Com efeito, viver de um subsídio é, nalguns casos, semelhante a ter de viver de um apoio, de uma esmola, o que convenhamos, Sras. e Srs. Deputados, não deixa de ser penoso para quem, sentindo-se válido e útil, deseja efectivamente trabalhar.

Um subsídio não passa disso mesmo, de um subsídio, uma ajuda inferior ao vencimento que se auferia, o que por si só exige, necessariamente, um conjunto de restrições que podem inclusivamente levar à impossibilidade de satisfazer determinados compromissos entretanto assumidos. É a casa que tem de ser vendida à pressa e por baixo valor. É o filho a estudar, que já não pode acabar o curso. É, ou pode ser, o desmoronar dos sonhos, da esperança e do futuro. Depois, Sras. e Srs. Deputados, vem o pior: a precariedade instala-se e o desespero também. Com maior ou menor frequência, surgem os conflitos. Marido e mulher, pai e mãe, face ao desespero agridem-se, primeiro verbalmente, e os filhos assistem impotentes. O casamento desmorona-se…

Vozes de deputados da bancada do PS: Sr. Deputado!...

Deputado José Lima *(PS)*: Parece uma novela!

O Orador: Não brinquem com isso!

…lançando famílias inteiras num drama social, com consequências de todo ainda imprevisíveis. Não tenhamos dúvidas: o maior drama do desemprego é aquele que é vivido pelos trabalhadores e seus familiares. São eles, mais do que ninguém, aqueles que mais sofrem as consequências e o desfazer dos sonhos.

Deputado Berto Messias *(PS)*: É uma novela mexicana!

O Orador: O trabalhador, Sras. e Srs. Deputados, é um ser humano como qualquer um de nós. Há que ser respeitado em todas as circunstâncias, particularmente naquelas em que, mercê de condicionantes a que muitas vezes é alheio, se encontra numa situação de maior fragilidade. O desemprego não deixa por isso de exigir um forte apelo à solidariedade e, por isso mesmo, deve manifestar-se mais em actos do que em palavras, mais em realidades concretas do que em meras intenções ou determinadas promessas vãs, que mais não fazem do que desacreditar e afastar ainda mais o que podia restar de esperança.

O desemprego não deixa de ser um problema social, mas, nas proporções que está a atingir, trata-se de um gravíssimo problema social. O problema do desemprego não se resolve verdadeiramente com subsídios aos desempregados. Os subsídios, dando a aparência de resolver o problema, de facto não o solucionam. Escondem-no, adiam a sua plena e verdadeira solução. Por isso, Sras. e Srs. Deputados, a

criação de postos de trabalho e a manutenção dos actuais tem de ser, forçosamente, uma das maiores preocupações dos governantes. Criar postos de trabalho é, hoje, uma obrigação e um imperativo social.

A pergunta que fica é a de saber se haverá ou não forma de evitar o encerramento das empresas e de nos opormos à forte avalanche de falências e ao drama do desemprego. Está, ou não, a fazer-se tudo o que pode ser feito para que as empresas continuem a laborar, em vez de fecharem as portas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De tudo isto, fica-nos porém uma certeza: é urgente dar esperança aos que vivem na incerteza do futuro, sobretudo a todos aqueles que se viram lançados no drama do desemprego.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva *(PS)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pego nas últimas palavras do Sr. Deputado Rui Ramos e na questão do desemprego, que ontem nos trouxe à discussão ao longo de três horas e que hoje parece ser o tema que vai levar ao encerramento destes trabalhos.

Quando o Sr. Deputado Rui Ramos pergunta: "Está a fazer-se tudo para que as empresas não fechem as portas?", eu digo: não, não está a fazer-se tudo. Aliás, digo mais: não, não está a fazer-se algo fundamental para que as empresas não fechem as portas. Neste momento, um dos grandes desafios que se coloca à economia diz respeito à confiança. É necessária confiança para se fazerem negócios e para se aumentar o consumo responsável na nossa Região e naturalmente, em consequência, dinamizarmos as nossas empresas.

Neste aspecto, não se pode deixar de lamentar o pessimismo do PSD Açores, que nunca tem uma palavra de incentivo para ninguém, obviamente na ânsia cega de criticar o Governo dos Açores, esquecendo, pura e simplesmente, que este seu comportamento não ajuda a economia. O problema seria, naturalmente, mais grave se o PSD Açores tivesse credibilidade. Mas, de qualquer maneira, este é o momento de todos "remarmos no mesmo sentido". O PSD, com a crítica cega que pratica, chega ao ponto de não perceber o que se passa no mundo, com a maior crise em muitas décadas.

Não, Sras. e Srs. Deputados, não se está a fazer tudo para podermos impedir as nossas empresas de fecharem as suas portas. O PSD queria que os Açores fossem os mesmos da década de 80, fechados sobre si mesmos, limitados a uns poucos empregos na função pública e a uma pouca iniciativa privada, que tinha receio de investir. O PS e o seu Governo orgulham-se da transformação que operaram nos Açores, orgulham-se de terem criado de raiz um novo sector económico nos Açores, o turismo. Pode ter actualmente problemas, que dependem dos mercados emissores, como é óbvio, mas ninguém hoje discute a sua importância na economia regional.

No tempo do PSD Açores, a resignação passava por uma frase: não havia hotéis porque não havia turistas e não havia turistas porque, simplesmente, não havia hotéis. Era uma governação de encolher os ombros, de resignação e sem rasgo que abrisse os Açores ao mundo e o mundo aos Açores. Actualmente, discutem-se os fluxos turísticos; o formato das ligações aéreas; os novos mercados a explorar; e o crescimento, ou o decréscimo, das dormidas na nossa hotelaria.

Deputado Mário Moniz *(BE)*: Mas é preciso definir prioridades.

O Orador: É bom sinal, é sinal que o PSD percebeu que o turismo é uma realidade. No seu tempo, não se discutia sequer a viabilidade deste sector económico na nossa Região.

O PS orgulha-se também da estratégia de desenvolvimento que tem implementado nas nossas ilhas, provando que o desenvolvimento económico pode ser perfeitamente compatível com o desenvolvimento social, que é, aliás, um elemento fundamental da governação ao longo destes treze anos. A confirmação deste facto

veio recentemente das mais altas instâncias europeias, veio, como o PSD já deve saber, do Sr. Presidente da União Europeia, Durão Barroso. Os Açores são, hoje, a região portuguesa que está a executar melhor os fundos europeus, afirmou Durão Barroso, certamente uma afirmação e uma figura insuspeitas para o PSD.

Estamos, é certo, a passar por dificuldades, mas também temos aguentado este impacto de uma forma bastante melhor do que o país. Pode o PSD não querer, no seu pessimismo cego, mas a verdade é que, como refere o Boletim de Estatística do terceiro trimestre de 2009, globalmente é de referir que, de acordo com a evolução dos indicadores indirectos de actividade económica, taxa de desemprego e consumo de energia, o clima económico regional continua a ser mais favorável do que aquele que se verifica a nível nacional.

Por falar no papel social do Estado e no caso da nossa Região, não posso deixar de fazer uma referência àquilo que foram as reacções e, em muitos casos, ausência de reacção, àquele que foi o nosso desafio de avançarmos com uma comissão para tratar da questão do RSI. As reacções e ausência de reacções, mas particularmente as reacções que aqui ouvi, foram reacções de fuga para a frente, de desentendimento, digo eu, intencional daquilo que aqui foi apresentado, com todo o tipo de desculpas, com receio da fiscalização. Todos os dias eu oiço aqui falar em fiscalização como sendo um papel importante desta Assembleia e agora, hoje, para minha surpresa, quando o Partido Socialista apresenta uma proposta que tem como objecto fiscalizar a atribuição do Rendimento Social de Inserção, aquilo que vejo é, no caso concreto, a Sra. Deputada Zuraida Soares muito aflita, com muito medo desta palavra fiscalização!

Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Ainda por cima eu! Fantástico!

O Orador: Não tem de ter medo da palavra fiscalização, é este o nosso papel e deve ser utilizado exactamente em situações como esta. É muito grave, numa matéria como esta, que exige um trabalho de todos, que não apenas do Governo, que exige um trabalho das empresas, das associações, dos sindicatos, de todos os nossos parceiros, que a Assembleia, um conjunto vasto de grupos parlamentares, pretenda recostar-se para trás e dizer: "Este trabalho não é nosso, isto é mais despesa, isto é mais dinheiro", quando, como aqui foi referido e muito bem pelo

Sr. Presidente do Governo, se constituem comissões para tratar de tantas coisas com muito menos relevância quanto esta tem, neste momento, para a nossa Região. É isto que propomos, Sras. e Srs. Deputados, e é isto que espero ver e, estou certo, veremos aprovado nesta casa. Sem receio, não tem de ter medo da fiscalização. Aquilo que se pretende é garantir que aquelas pessoas, conforme disse, que estão incapazes de ter um rendimento mínimo para sustentar as suas famílias, o possam ter e o possam ter de forma célere. É essa a nossa obrigação, hoje mais do que nunca, por parte dos deputados desta Assembleia.

Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Mas quem é que duvida?

O Orador: Todos estes factores não nos fazem descansar, antes pelo contrário, dão-nos motivação para continuar a trabalhar, para arranjar soluções para os problemas económicos e sociais que se vivem nos Açores. Em conjunto com as famílias, com as empresas, com os patrões, com os sindicatos, discordando por vezes e, certamente, sempre na defesa legítima das reivindicações e das aspirações dos açorianos. Outros preferem deliberadamente ficar fora desta aliança. É mais confortável, porque, assim, escondem realmente as suas limitações, as suas fraquezas.

Resta-me, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agradecer. Agradecer ao Grupo Parlamentar do PSD a oportunidade que nos deu de discutir a situação socioeconómica da Região. Pena é que tenham, durante esta discussão, assumido um papel de surdos, que não surdos-mudos. Terão sido certamente gagos, já que não entendemos o alcance das vossas intenções, dos vossos objectivos, nem dos vossos propósitos.

Disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, de facto, é urgente que se crie na economia um clima de confiança. Todavia, a mim sempre me disseram o seguinte: eu só posso resolver um problema se, em primeiro lugar, o reconhecer.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Pode o Sr. Deputado Helder Silva até fazer o pino, que não sai daí, porque, enquanto não se reconhecer um problema, não se resolve.

Os apelos que foram feitos quando os senhores diziam que não havia crise nenhuma não foram só feitos por parte do PSD. Foram feitos alertas por todos os partidos aqui representados e por outras associações. Portanto, esse é o nosso problema.

Mais grave do que isso, gostava de fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Helder Silva:

Acha sinceramente que o drama do desemprego é uma espécie de jogo ou de campeonato, onde se esgrime o que fez o PSD e o que faz agora o PS? Isso resolve o problema às pessoas? Acha que o drama do desemprego é tudo isso?

Sr. Deputado, o drama do desemprego não é um jogo, nem muito menos um campeonato, para os políticos se digladiarem e dizerem "os meus números são melhores do que os teus". O desemprego, Sr. Deputado, é uma coisa muito séria, que deve merecer da nossa parte uma nova postura. Devemos acabar, de uma vez por todas, com as tricas partidárias, como o esgrimir de números que não servem absolutamente de nada para a resolução dos problemas dos açorianos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: O que nós queremos aqui é uma unidade. O que nós queremos aqui é trabalhar todos em prol dos açorianos. Da vossa parte, o que se exige apenas, o que se pede apenas, é uma nova abertura, no sentido de congregar várias posições, várias ideias, que vêm das várias bancadas aqui presentes.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

Deputado Luís Garcia *(PSD)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Num debate sobre a situação social e económica da Região não podemos deixar de trazer aqui o encerramento da fábrica da COFACO na Ilha do Faial. Até porque sobre este encerramento muito há ainda a esclarecer.

Este encerramento constitui um motivo de grande preocupação para esta ilha, preocupante por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque constitui um rude golpe no já frágil sector industrial desta ilha, com apenas duas fábricas, a do peixe, como é vulgarmente conhecida a fábrica da COFACO, e a de lacticínios, que vai sobrevivendo, também com muitas dificuldades, como ainda recentemente se ouviu falar.

Em segundo lugar, porque reduz cerca de 70 postos de trabalho nesta ilha, o que é muito preocupante atendendo à dimensão do mercado e à sua capacidade de gerar novos empregos.

O Faial para recuperar estes postos de trabalho levará anos!

Este encerramento tem, portanto, uma fortíssima dimensão social.

Lança no desemprego, desde já, 22 trabalhadores.

Pretende deslocalizar, a partir do próximo dia 1 de Março, para o Pico, 42 trabalhadores, obrigando-os a escolher entre ir para a fábrica da COFACO do Pico ou ir para o desemprego, com fortes implicações nas suas vidas familiares, o que merece, desde logo, a nossa solidariedade e deveria merecer da parte do Governo Regional outro tipo de abordagem.

O Governo Regional que em outras empresas tem tido um papel pró-activo, dizem, na defesa dos postos de trabalho, sobre o encerramento da COFACO no Faial, até ontem, nem uma palavra.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Sobre o encerramento da COFACO no Faial, que se conheça, nem uma diligência para o impedir.

Não sabemos por que razões, mas o que percebemos é que o Governo não quer falar claramente sobre o encerramento desta fábrica no Faial. E isso é tanto mais

grave quando a empresa num comunicado diz que "acordou com as entidades regionais a reprogramação da sua capacidade produtiva". Ora achamos que o Governo Regional pelo menos isto tem de esclarecer.

Ou seja, o Governo tem de esclarecer:

1ª) Que acordo é este que a empresa diz ter estabelecido com o Governo Regional?

2ª) Este acordo acarreta o encerramento da fábrica da COFACO no Faial?

3ª) Esse acordo estabelece a deslocalização de 42 trabalhadores para a fábrica do Pico? E o despedimento de 22 trabalhadores?

O Governo pode não fazer mais nada, mas tem de explicar isto a esta Assembleia, tem de explicar isto aos Açorianos e tem, sobretudo, de explicar isto às dezenas de trabalhadores e às suas famílias, que estão em vias de ver as suas vidas perfeitamente alteradas.

Esses trabalhadores e as suas famílias, que nestas semanas têm vivido momentos de grande ansiedade e momentos de grande incerteza, merecem uma palavra clara e objectiva, merecem uma resposta do Governo Regional sobre esta matéria.

E a resposta que os funcionários da COFACO querem não é a promessa de mais apoios sociais para os que vão ser deslocalizados para o Pico.

Na reunião que ontem o Governo teve com uma representação dos trabalhadores deste fábrica, o Governo parte de um pressuposto ou de um princípio errado, ou seja, dá por certo e irreversível o encerramento desta fábrica no Faial. E não é isso que os trabalhadores querem e não é isso que o Faial precisa.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que os trabalhadores querem e o que o Faial precisa é que esta fábrica se mantenha em funcionamento aqui nesta ilha.

E é nisso que queremos que o Governo Regional se empenhe.

E é isso que se exige ao Governo Regional.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Penso que não há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia *(PSD)*: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, naturalmente, para registar o meu desagrado por ninguém do Governo responder a estas questões que aqui deixei.

É sobretudo um desrespeito pelos trabalhadores da COFACO...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: …que vivem momentos de grande angústia, momentos de grande incerteza e que mereciam, naturalmente, outro tipo de tratamento e de respeito do Governo Regional.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Este silêncio prova, também, que o Governo Regional não quer falar sobre o encerramento da fábrica da COFACO da Ilha do Faial, vá-se lá saber por quê.

Deputado João Costa *(PSD)*: É cúmplice!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: O Sr. Deputado Helder Silva tem a palavra.

(*) Deputado Helder Silva *(PS)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço apenas a palavra na sequência da interpelação que foi aqui feita pelo Sr. Deputado Luís Garcia, para lhe perguntar, Sr. Deputado, se me sabe dizer quando é que a fábrica então B. J. Borges foi alienada para a COFACO e em que ano é que ela deixou de funcionar como conserveira.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Deixe-se de tretas!

Deputado Luís Garcia *(PSD)*: Não é isso que está em causa!

(Vozes de protesto de deputados da bancada do PSD)

O Orador: Porque esse ano, em que a fábrica ex B. J. Borges deixou de produzir conservas, foi o ano em que começou o óbito da mesma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Estão a brincar com coisas sérias!

Deputado Jorge Costa Pereira *(PSD)*: Antes o silêncio.

Presidente: Srs. Deputados, creio não existirem, agora, mais inscrições.

Assim sendo, passamos para o período de encerramento deste debate, de acordo com o artigo 184.º do nosso Regimento. O debate foi aberto pelo PSD e será encerrado pelo Governo, mas o PSD tem também a palavra para encerrá-lo.

Na circunstância, dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho. Tem oito minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Marinho *(PSD)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, com esta interpelação sobre a situação económica e social da Região, lançou aqui um desafio. Um desafio para que, perante a crise da economia açoriana, não se levantassem querelas, muitas das querelas habituais, querelas que não se repercutem na melhoria da qualidade de vida ou na melhoria do bem-estar dos açorianos. Lançou um desafio, para que não se ficasse por uma postura de resignação, uma postura que bem conhecemos, pela mera constatação de que existem países, ou regiões, que se sentem neste momento muito mais abalados pela crise do que nós próprios, ou como não nos afastamos da tempestade que se levantou à escala global. O PSD lançou esse desafio. O PS e o Governo disseram não.

Rejeitaram a necessidade de uma união de esforços. Rejeitaram qualquer plataforma comum. Rejeitaram a chamada de todos à resolução dos problemas vividos actualmente pelos açorianos. Rejeitaram quaisquer entendimentos que visassem restituir a esperança aos açorianos.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista e o Governo disseram não, disseram o contrário do desafio que lhes foi feito. Querem fazer exactamente o contrário daquilo para que foram desafiados.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Passaram aqui o tempo a auto-elogiar-se. Fizeram o habitual, o corrupio dos números e das percentagens. Esqueceram-se apenas duma coisa, mas essa coisa é o essencial: esqueceram-se das pessoas.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Mais uma vez se esqueceram das pessoas e fizeram a sua substituição pelos números e pelas percentagens, auto-elogiando-se, apenas.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral *(PS)*: Está enganado, Sr. Deputado.

O Orador: Este, efectivamente, é um Governo que diz aquilo que as pessoas não sentem. É um Governo que rejeita reconhecer as preocupações dos açorianos. É um Governo dia-a-dia mais insensível, um Governo cansado, um Governo sem ideias, um Governo repetitivo.

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

Deputado José Lima *(PS)*: Não apoiado.

O Orador: Satisfaz-se com os seus auto-elogios, quando se devia satisfazer com a resolução dos problemas. É um Governo que recusa soluções consensuais, neste tempo de crise, em que tais soluções se revelam, obviamente, imprescindíveis.

O Governo está de um lado, os açorianos estão do outro.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: O Governo não reconhece a gravidade da crise social que atravessa neste momento os Açores. Quanto aos açorianos, sentem-na na pele.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Os açorianos querem respostas, querem recuperar a esperança. Não tiveram, aqui, as respostas que procuram e não compreendem as razões para o optimismo e para o auto-elogio sempre demonstrados por parte do Governo.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Não percebem, acima de tudo, a indisponibilidade do Governo para, em conjunto com todos, melhorar a sua qualidade de vida e buscar soluções para os graves problemas que todos os açorianos atravessam.

Definitivamente, o Governo está de um lado, os açorianos estão do outro.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Para encerrar o debate, o Governo dispõe de vinte e sete minutos. Vou dar a palavra, para o efeito, ao Sr. Presidente do Governo. Tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Compete-me, nos termos regimentais, proceder ao encerramento deste debate e, no plano político, dele tirar conclusões.

Durante este dia, encontrei-me com um Sr. Deputado que me dizia assim: "Neste debate não interessa nada disto de propostas, não interessa nada disto de medidas. Isto é uma interpelação, o que interessa são três, quatro frases, não é preciso mais. Três, quatro frases, para fazer *sound bytes*, para ter amanhã os títulos. Vocês podem ficar para aí a fazer propostas, a dizer coisas, a fazer reflexões, mas vão ver como amanhã ninguém fala de vocês". Só agora, só precisamente agora, depois do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD ter concluído e encerrado a interpretação que o seu grupo parlamentar fez, é que eu percebi que isso era mesmo o que o PSD queria.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Que vergonha!

O Orador: Que tristeza! Que vergonha!

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos *(PSD)*: Não apoiado.

O Orador: Que vergonha, um partido que quer ser governo! Que vergonha, um partido que já foi Governo!

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Não tem nada para dizer aos açorianos!

O Orador: Levar um dia inteiro – um dia inteiro! – no queixume, na lamentação e, ao fim de um dia inteiro, não ter aqui deixado uma medida, uma única proposta para superar a crise!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Isto é absoluta falta de nível do Presidente do Governo Regional dos Açores!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma primeira conclusão do debate que ocorreu hoje, como ontem, que retiro, aliás, da afirmação de um Sr. Deputado, é: não estamos fora do mundo, estamos neste mundo. Não é possível, por isso, avaliar as consequências da crise nos Açores, sem se fazer a comparação com outras regiões e outros espaços. Não se pode avaliar a situação dos Açores, a situação da nossa Região, isoladamente, mesmo que estivéssemos em plena expansão positiva da nossa economia.

Imaginemos que os Açores estavam, neste momento, a crescer 5% ao ano, mas a União Europeia estava a crescer 10% ao ano. Isoladamente, diríamos que os Açores estavam a ter um desempenho extraordinário, mas isso não era verdade porque, isoladamente, isso não interessa. A conclusão a que teríamos de chegar é que, crescendo 5% e a União Europeia crescendo 10%, nós estávamos a ter um mau desempenho e estávamos a afastar-nos das médias europeias!

Por isso, não se pode avaliar nem os progressos, nem os retrocessos, sem nos incluirmos numa área mais vasta, que nós integramos do ponto de vista económico e do ponto de vista social. Essa é a única via séria de analisarmos a situação em que estamos e a situação para onde queremos ir.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Não se pode, pois, honestamente, isolar o que é inseparável, ou omitir o que é indispensável a uma consideração séria e integrada da situação que vivemos hoje nos Açores.

Mas por que é que, ao invés da evidência desta análise, o PSD esteve sempre a dizer, nestes dois dias, que não interessa comparações, que "do mal dos outros já estamos cheios", etc., porquê? Porque, seja face à média europeia; seja face a regiões similares, como as Canárias; seja com regiões vizinhas, como a Madeira; seja face à média nacional; os Açores têm resistido melhor à crise, os Açores têm conservado melhores indicadores no plano económico e no plano social, em relação a todas essas realidades, que são, legitimamente, comparáveis aos Açores!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Da interpelação que hoje aqui tivemos e que constituiu um *remake* do debate de ontem, que, na verdade, nos trouxe uma repetição, porque quase tudo o que foi dito hoje, já tinha sido dito ontem…

Deputado António Marinho *(PSD)*: Isso incomoda-o?

O Orador: …não há responsável político, não há cidadão, que, ouvindo o que nós ouvimos aqui ontem e hoje, no uso da sua razão, não reconheça evidentemente os sinais de crise que nós atravessamos. Nenhum de nós, com certeza, deixa de conhecer uma empresa, um trabalhador, uma família, que não tenha uma situação de sofrimento, ou de insuficiência de rendimento, em consequência desta crise.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Os trabalhadores da COFACO, por exemplo!

O Orador: Mas disse-nos o PSD e assim resumiu o seu ponto de vista – e eu estou a ser benévolo, porque quero acreditar nas pessoas, estou a ser benévolo com o PSD –: "Move-nos a preocupação". Responde o Governo e o Partido Socialista: Também nos move a preocupação, mas move-nos também a ambição de recuperarmos depressa e de restabelecermos a normalidade e o crescimento económico e social que se estava a verificar nos Açores antes da ocorrência desta crise.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Do diagnóstico mais uma vez hoje aqui feito, concluímos que estamos preocupados com o nosso desemprego que, felizmente, é mais pequeno do que o do país, é mais pequeno que o da Madeira, que é menos de metade do das Canárias, que é três vezes menos do que o das regiões ultraperiféricas francesas e que é um dos mais baixos da União Europeia. Mas as pessoas à procura de emprego preocupam-nos e, por isso, temos desenvolvido medidas, algumas das quais voltarei a realçar, anunciando outras, para que possamos superar essa situação.

Concluímos que estamos preocupados com a retracção dos investidores. Mas, mesmo assim, fizemos nota de que estamos esperançados com os mais de 380 projectos privados aprovados para receber incentivos públicos e com os 70 milhões de euros de incentivos aprovados já em 2009 para novos investimentos privados.

Estamos preocupados com as inibições do nosso sistema financeiro e com a sua incapacidade parcial de dar resposta a algumas empresas e necessidades de financiamento do sector privado. Estamos preocupados com a evolução das finanças públicas nacionais. Mas também aqui concluímos que podemos estar tranquilos noutra vertente, porque a nossa boa gestão, nos Açores, nos coloca à margem dos riscos de colapso. Pois, como vimos recentemente, por exemplo a nossa dívida global, incluindo a das autarquias, incluindo a do sector público, é cinco vezes menor do que a dívida global da Região Autónoma da Madeira.

Concluímos nestes debates que temos algumas empresas nos Açores que estão em risco de parar, algumas empresas que com muita dificuldade se conservam a trabalhar, ou que estão com dificuldades em satisfazer os seus compromissos, ou com fornecedores, ou com o fisco, ou com a Segurança Social, ou com as suas responsabilidades salariais. Estamos a acompanhar todas essas empresas, mas também já temos a percepção de que se trata de um número reduzido, que rondará cerca de 3% do número de empresas existentes nos Açores. Mais uma vez, aqui temos uma situação muito diferente e, felizmente, muito melhor do que as mesmas recenseadas no conjunto do país e na Região Autónoma da Madeira.

Concluímos neste debate que os efeitos da crise ainda se irão prolongar, apesar das medidas tomadas e de outras que estão agora a ser desenvolvidas, mas que também

há bons indicadores, como por exemplo no sector agrícola, onde alguns preços praticados melhoraram comparativamente e onde os indicadores de produção praticamente todos subiram, no leite, na carne, na floricultura, na horticultura.

Deputado António Ventura *(PSD)*: Isso foi aqui nos Açores?

O Orador: Que temos ainda empresas e entidades em incumprimento com a Segurança Social, é certo, mas que também já há alguns indicadores de melhoria. Por exemplo, o número de empresas em incumprimento em 15 de Setembro de 2008 era de tal forma elevado…

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Não havia crise!

O Orador: …que agora se processou uma diminuição em 17%, números a 5 de Fevereiro deste ano, das empresas em situação de incumprimento com a Segurança Social.

Dos debates de ontem e de hoje, nós concluímos que há – ainda que, é certo, muito ténues – vários sinais de retoma. O decréscimo, por exemplo, da venda de cimento, que aqui foi referido, nos Açores, já reverteu a sua tendência de degradação no último trimestre de 2009, quer face ao trimestre anterior, quer face à mesma tendência verificada no indicador nacional. A variação negativa da venda de automóveis ligeiros, que também aqui foi referida, que se tinha acentuado nos primeiros três trimestres de 2009, teve também um significativo abrandamento no quarto trimestre do ano passado. Estes indicadores, aliás, não são únicos, reforçam a tendência de outros, de casos também ocorridos ao nível do consumo de energia eléctrica, no comércio, nos serviços, na indústria, no leite entregue nas fábricas, no gado bovino abatido, no leite para consumo e no queijo produzido nas nossas fábricas.

De resto, Sras. e Srs. Deputados, essa retoma, não sendo algo que nos possa tranquilizar, não sendo algo sobre a qual possamos ter certezas absolutas e tratando-se, evidentemente, de um conjunto de indicadores que ainda revela grande fragilidade, é facilmente visualizável. Podem ver, neste sistema de indicadores conjuntos, relativos à conjuntura, como os indicadores económicos e sociais têm progredido, justamente atingindo o seu melhor desempenho em 2007, o seu pior

desempenho em 2009 e, ainda em 2009, retomando um sentindo crescente e reflectindo essa melhoria.

Deputado José San-Bento *(PS)*: Muito bem!

O Orador: É também com base nessa análise que nós devemos trazer a esta casa e, desta casa, aos açorianos, um sinal de confiança, uma luz para superar a situação mais difícil que se vive com os efeitos desta crise nos Açores. Não devemos recusar a mensagem aos açorianos de que compreendemos, em simultâneo, as dificuldades que tantas empresas e tantas pessoas vivem, mas que essas pessoas também podem contar que já existem sinais de que essa situação se pode inverter, num sentido positivo, e de que o seu Governo, o seu Parlamento – e, gostava eu, que todos os partidos, mas infelizmente não é isso que está a acontecer – estão a trabalhar para que essa inversão no sentido positivo se faça o mais depressa possível.

Sras. e Srs. Deputados, ontem e hoje também chegámos a outras conclusões:

Que, da conjugação das medidas do Governo com o esforço bem sucedido do Governo de pagar prontamente aos fornecedores, de ter outras medidas, como por exemplo a de encurtar o tempo de pagamento dos incentivos às empresas, muitas empresas têm recuperado. Muitas empresas aproveitaram positivamente a capitalização obtida através do recurso às linhas de crédito lançadas. Mesmo na área da construção civil, não obstante a quebra da solicitação de projectos privados para o seu volume de negócios, a situação seria melhor, e espero que venha a ser melhor, quando algumas câmaras municipais pagarem mais atempadamente às empresas de construção civil, e não asfixiarem empresas de construção civil, não espremerem empresas de construção civil! Sobretudo, isso é mais importante, mais saliente e mais volumoso nas maiores câmaras municipais da Região! Por isso nós precisamos de trabalhar também com esse sentido de responsabilidade ao nível da administração local, para suprir esses problemas o mais rapidamente possível e ajudar as nossas empresas.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado Cláudio Almeida *(PSD)*: Principalmente na Ilha Terceira.

O Orador: Concluímos que esta crise teve uma origem internacional e que, por isso mesmo, a sua superação também em muito depende da recuperação e da ultrapassagem desta crise a nível global. Que, ao contrário da crise que o PSD nos deixou nos Açores em 1996, quando não havia crise nem no país, nem na Europa, esta crise não depende só de nós. Se dependesse só de nós, já a tínhamos ultrapassado, como ultrapassámos a crise que nos deixaram em 1996!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Concluímos nestes debates que, felizmente, enquanto a crise que o PSD nos deixou em 1996 era também acompanhada de uma situação de finanças públicas regionais que nos deixou à beira da bancarrota, agora, graças à recuperação e à cuidada gestão das nossas finanças públicas regionais, temos conseguido arranjar recursos financeiros para ajudar as nossas famílias em situação difícil, para ajudar as nossas empresas a recuperar e a manter a sua actividade. Temos conseguido também manter um alto volume de investimento público. Temos em curso mais de 232 milhões de euros em obras e no recurso a prestações de serviços na Região. Vamos lançar empreitadas num valor superior a 160 milhões de euros até 30 de Junho. O Governo dá assim, também, o seu contributo para o aumento do volume de negócios do sector privado, para a criação e para a manutenção de empregos.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Nos debates que fizemos ontem e hoje, reconhecemos que o crescimento económico dos Açores está afectado desde o final de 2008, mas que estávamos no bom caminho e estamos ansiosos por retomá-lo. A economia açoriana foi das economias que teve as mais altas taxas de crescimento no nosso país. Das mais altas e, inclusive, em alguns anos foi sempre a mais alta entre todas as regiões: em 1999, em 2001, em 2006, em 2008, tivemos sempre a taxa de crescimento da nossa economia mais alta do que qualquer outra região do nosso país. A economia

açoriana cresceu, nos últimos quatro anos, sempre mais do que a Região Autónoma da Madeira; nos últimos oito anos, sempre mais do que a média nacional; e convergimos sete pontos percentuais em relação à média da União Europeia.

Isto significa que, se não fosse a ocorrência desta crise internacional, nós continuaríamos a fazer este percurso nesta velocidade e com esta capacidade de criação de emprego, que nos é reconhecida. Mas, mesmo assim, também será reconhecido, mais cedo ou mais tarde, estatisticamente, que este caminho de convergência terá certamente continuado a existir. Infelizmente, agora, os outros decrescendo e nós crescendo pouco ou crescendo um pouco menos do que aquilo que as restantes economias não estão a crescer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos preocupados e esta também é a minha opinião, porque é muito possível que tenhamos, neste momento, mais mil ou mais duas mil pessoas desempregadas do que tínhamos em 1996. Mas temos, também, a satisfação de termos aqui visto que, se tivermos é verdade, mais mil ou duas mil pessoas desempregadas face a 1996, temos mais vinte e quatro ou mais vinte e cinco mil pessoas empregadas do que tínhamos em 1996. Nunca este balanço é meramente estatístico, mas não pode deixar de constituir um motivo de satisfação e de orgulho a capacidade que tivemos de criar mais postos de trabalho e de reforçar, por esta via, o rendimento das nossas famílias! Isto significa que continuaremos a ser capazes de o fazer e de inverter este aumento da taxa de desemprego o mais depressa possível!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Concluímos nestes debates que foram lançadas iniciativas e medidas, todas com uma utilidade e uma intensidade evidentemente diferentes, umas com melhores resultados, outras com resultados menos satisfatórios. Ontem o Bloco de Esquerda apresentou algumas sugestões, hoje o Partido Popular também o fez e o Partido Comunista creio também o ter feito. Para nós, como já disse, todas as contribuições

são positivas, todas as contribuições que nos dão são positivas. Nós queremos aproveitar as propostas de todos os partidos.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses *(PSD)*: Amanhã veremos isso!

O Orador: Ontem o Partido Popular fez referência aos muitos benefícios que tem feito repercutir nos açorianos por sua proposta. Ora, é bom e é justo reconhecer que, tendo o Partido Socialista, o partido que apoia o Governo, maioria nesta Assembleia, esses contributos só seriam possíveis com a anuência e com o apoio do Partido Socialista.

Deputado Ricardo Cabral *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Isso prova, justamente, que temos agido de boa-fé, que temos agido ansiosamente no sentido de complementar a nossa governação com boas ideias, venham elas de onde vierem.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: O nariz está a crescer!

O Orador: Se as boas ideias vêm mais de uns sítios do que de outros, esse problema já não é meu! E se há circunstâncias, como ontem e hoje, em que não vem ideia nenhuma do PSD, essa culpa também não é do Governo, nem do Partido Socialista!

Deputado Helder Silva *(PS)*: Exactamente!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

O Orador: Temos seguido, caso a caso, a vida das nossas empresas e temos podido ajudar…

Presidente: O tempo do Governo está a terminar, Sr. Presidente.

O Orador: …e salvar muitas delas. Procuramos agir no sentido de salvaguardar a legalidade em todos os processos. Há casos de empresas em que, mercê da sua degradação económica e empresarial, já não é possível fazer nada sobre elas. Há outros casos em que, do ponto de vista legal, o Governo não pode interferir, como se tem visto, por exemplo, no caso da COFACO. Mas, em todas as circunstâncias, o Governo não prescinde de apoiar os trabalhadores dessas empresas, de seguir o

seu percurso familiar, de tentar reintegrá-los ao nível de outras actividades produtivas e de salvaguardar o rendimento dessas famílias.

É por isso também que, em termos globais, hoje nos podemos orgulhar de mais de 80% dos nossos desempregados não estarem sem apoio nenhum. Estão apoiados, ora por subsídios, ora por outros modelos remuneratórios, como estão, também, os nossos pensionistas. Trinta e cinco mil pensionistas recebem, na Região, o Complemento Regional de Pensão do Governo Regional; 2660 pensionistas recebem o Complemento Solidário de Idosos do Governo da República. Onze mil beneficiários nos Açores têm o apoio do sistema de comparticipação aos medicamentos, COMPAMID, ao qual nós resolvemos este ano aumentar a dotação em um milhão de euros, para também abranger os pensionistas no recurso à aquisição dos medicamentos genéricos.

Temos um bom balanço das nossas medidas, mas acreditamos que temos de fazer mais. Recuperando algumas linhas de crédito, alguns programas de valorização e de certificação profissional; melhorando a aplicação, a fiscalização, num sentido, e a vocação para a empregabilidade, de programas como o PROSA, o Estagiar, o Rendimento Social de Inserção; continuando a construir e a facultar o direito à habitação a centenas, a milhares de famílias açorianas; desenvolvendo programas de manutenção de postos de trabalho; intensificando o investimento público com carácter reprodutivo; apoiando as famílias no que diz respeito à escolaridade dos seus filhos, no que diz respeito à frequência do ensino pós-secundário, matéria sobre a qual não só o Bloco de Esquerda falou, como já foi aprovado nesta Assembleia, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, um esquema de apoio nesse sentido, que carece de regulamentação, o que devemos fazer quanto antes. Queremos reforçar o acompanhamento dos cidadãos desempregados e a construção dos seus respectivos processos individuais de vida; queremos continuar a embaratecer os custos da nossa economia, a diminuir, em alguns casos, algumas tarifas que são fundamentais para a nossa reactivação económica.

Sras. e Srs. Deputados, em suma, não nos faltam ideias, não nos faltam propostas, não nos falta o sentido de recriar, de inovar, de alterar na sua intensidade, de alterar na sua aplicação do tempo, as medidas que tomámos e de introduzir outras que são

necessárias. Não há dúvida, Sras. e Srs. Deputados, que a situação não é fácil, a situação é mesmo difícil. A nossa situação, é verdade, como ouvimos e concluímos aqui, é melhor, em todos os aspectos, do que nos outros lugares, mas isso não nos deve satisfazer.

Gostava, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que pudéssemos concluir, no final deste debate, que os nossos políticos nos Açores acreditassem mais, não só nas suas capacidades, mas nas capacidades do povo açoriano em ultrapassar esta crise. E, na recuperação que nós vamos conseguir, tenho pena que o PSD não tenha apresentado soluções, que o PSD se tenha ancorado na casinha do costume, na casinha do queixume.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Amanhã já veremos isso!

O Orador: Se abrirem os olhos, Srs. Deputados, logo notarão que não é a Região que é cinzenta, são os senhores que a vêem, às vezes, com os olhos semicerrados. Por isso, Srs. Deputados do PSD, abram os olhos. Ajudem e não estejam sempre a carregar para baixo, a desprezar, a menosprezar, a empurrar os Açores para baixo.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Esse discurso já estava escrito há muito tempo.

O Orador: A Região está cansada dessa forma de fazer política, dessa negação constante da razão pela qual os senhores se candidataram e foram eleitos. Os senhores não foram eleitos apenas para estarem contra, os senhores foram eleitos, também, para ajudarem aqueles que estão na posição. Os senhores não devem impor a inacção, os senhores não devem impor a desesperança. Os senhores devem colaborar na acção e na devolução de esperança que o Governo e o Partido Socialista estão e continuarão a liderar nos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho *(PSD)*: Para um protesto, Sr. Presidente, em relação à última intervenção do Sr. Presidente do Governo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, tem dois minutos.

(*) Deputado António Marinho *(PSD)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD pretende apresentar este protesto pela utilização que o Sr. Presidente do Governo Regional fez duma suposta conversa com um deputado, na generalização que fez relativamente ao comportamento do PSD nesta interpelação.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, isso é abusivo e totalmente inaceitável.

Embora saiba que há outros exímios nesse tipo de actuação, o PSD não se revê nele e, Sr. Presidente do Governo Regional, não admitimos nem por um momento que ponha em causa a seriedade com que aqui trazemos os problemas dos açorianos.

Deputados Clélio Meneses e João Costa *(PSD)*: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eventualmente, a exiguidade de argumentos e a falta de resposta aos açorianos neste tempo de crise determinam essa atitude.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: Seria inadmissível se viesse de quem quer que seja; vindo da parte do Sr. Presidente do Governo, dado o seu peso institucional, para além de inadmissível é perfeitamente deplorável.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Querendo, o Sr. Presidente do Governo tem direito a um contra-protesto de três minutos.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César)*: Não é necessário.

Presidente: Assim sendo, vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Retomamos os nossos trabalhos, com a agenda, às 17 horas e 35 minutos.

(Eram 17 horas e 05 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, agradecia que retomassem os vossos lugares, para que possamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 45 minutos)

Vamos retomar a nossa agenda. Ontem tinha sido feita a apresentação do diploma correspondente ao ponto um da mesma, ou seja, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009, que "Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS)"**.

O Sr. Secretário Regional tinha feito a apresentação do diploma e foi pedido entretanto um intervalo regimental. Vamos iniciar o debate. Não tenho nenhuma inscrição, portanto aceitam-se inscrições para o debate na generalidade.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) Deputada Bárbara Chaves *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Analisando a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, verifica-se que a mesma pretende proceder à aplicação, na Região Autónoma dos Açores, dos compromissos e pressupostos decorrentes da Convenção de Aarhus, que é um instrumento de carácter internacional que permite a introdução de legislação importante ao nível do apoio ao cidadão. O instrumento relaciona o ambiente com os direitos humanos e reconhece que um desenvolvimento sustentável apenas pode ser alcançado com o envolvimento de todos os agentes e partes interessadas no processo, conferindo-lhes três direitos fundamentais: direito à informação, direito à participação e direito ao acesso à justiça.

A Convenção de Aarhus obriga os responsáveis de cada país ao desenvolvimento de medidas que contribuam para a persecução dos objectivos constantes naquele instrumento. Considera assim o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a

iniciativa em análise vai de encontro a esse desiderato, nomeadamente quando prevê a elaboração de relatórios do estado do ambiente e do ordenamento do território a desenvolver pelo Governo dos Açores, que estarão disponíveis a todos os açorianos, promovendo assim o aumento da participação pública nos Açores.

Outro aspecto que se considera relevante neste diploma é a sistematização do registo regional de uma ONGA e associações equiparadas, bem como o modo de regulação do sistema de apoio à mesma, o que se considera irá permitir uma ainda mais rigorosa e criteriosa gestão dos dinheiros públicos. A integração dos membros das ONGA detentoras de registo regional no CRADS é também um aspecto que considera este Grupo Parlamentar como relevante, promovendo de um modo bastante importante o incremento da participação pública, através do envolvimento de um maior número de pessoas com preocupações ambientais num órgão consultivo tão importante para a qualidade de vida dos açorianos como é o caso do CRADS.

Por último, considera este Grupo Parlamentar que a integração de todas as questões associadas ao ambiente, ao ordenamento do território, ao desenvolvimento sustentável, aos recursos hídricos e aos resíduos num único órgão consultivo representará uma maior rentabilização dos recursos disponíveis, quer humanos, técnicos e financeiros, bem como a uniformização de conceitos e procedimentos.

Assim sendo, por todos os aspectos anteriormente referidos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente o diploma em análise.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao diploma em análise, gostaríamos de aqui deixar uma primeira nota, no sentido de acharmos um pouco desadequada a coexistência de várias matérias no mesmo.

Por um lado, se achamos que tem todo o sentido agregar as questões relacionadas com a elaboração e a disponibilização de relatórios do estado do ambiente, a questão do acesso à informação em matéria ambiental e o alargamento e a agregação de competências e a própria composição do Conselho Regional de

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por outro talvez não consideremos muito adequada a introdução, neste mesmo diploma, não só da criação do registo das organizações não-governamentais na área ambiental, como também dos apoios às mesmas. Parece-nos que estas duas últimas matérias deveriam ser tratadas em diploma autónomo. É uma visão que temos sobre esta matéria, não nos parecendo grave a opção que o Governo Regional tomou.

No entanto, para além desta nota prévia que aqui gostaríamos de deixar, há outras duas questões que merecem a nossa atenção e para as quais já entregámos duas propostas de alteração. Gostaria, desde já, de deixar a nossa visão relativamente às mesmas.

A primeira tem a ver com a disponibilização e apresentação à Assembleia Legislativa do relatório do estado do ambiente, que o diploma propõe ser de três em três anos. Parece-nos muito tempo, porque o correcto planeamento e a definição das acções que todos os anos têm de ser feitos nesta área deverão estar em perfeita sintonia com o estado do ambiente. Por isso mesmo propomos, à semelhança até do que é feito a nível nacional, que este relatório seja entregue anualmente, aquando da apresentação do Plano Anual, para podermos aferir efectivamente das opções inscritas no Plano em matéria ambiental.

Não são duas coisas que se possam separar, toda a acção da Secretaria do Ambiente deriva exactamente do estado em que se encontra o nosso ambiente. Por isso mesmo, todas as opções terão de ser feitas de acordo com isso. Achamos que é anualmente que se deverá apresentar este relatório. Para além disso, também a tomada de decisões e a participação que se quer na tomada de decisões ao nível ambiental poderão ficar um pouco prejudicadas, caso anualmente não se apresente esse relatório. Por isso mesmo, achámos pertinente apresentar esta proposta de alteração.

Uma segunda questão prende-se com as condições para a admissão a registo das organizações não-governamentais de ambiente. Não nos parece adequado que as delegações, os núcleos e outras formas de representação de associações de carácter nacional e internacional sejam discriminadas relativamente às associações regionais, nomeadamente no que concerne ao número de associados que têm. Não

nos parece adequado, parece-nos injusto. Ou seja, se esses núcleos, se essas delegações, se essas associações têm efectiva actividade nos Açores, se têm associados açorianos, pensamos que há uma clara discriminação de uns açorianos em relação a outros e, até, da sua liberdade de escolha de participação nas diversas associações ambientais existentes na Região.

Por isso mesmo, também apresentámos uma proposta de alteração, no sentido de corrigir esta pequena incorrecção, que consideramos eventualmente uma incorrecção. Pois, de acordo com o que é dito no diploma e fazendo esta discriminação – a nosso ver, uma discriminação –, estas associações não podem efectuar o seu registo, logo não podem participar na definição das políticas regionais de ambiente, logo não podem aceder aos apoios regionais, o que automaticamente limita toda a participação que possam ter, ao contrário do que é enfatizado pelo próprio Governo Regional no preâmbulo deste diploma. O mesmo reconhece a importância do apoio que o Governo Regional deve ter perante estas associações, salvaguardando efectivamente a sua independência, no sentido de serem mais profícuas as decisões ao nível ambiental.

Resumindo, achamos que os objectivos que se enquadram no diploma são meritórios, nomeadamente o fomento da participação e a colaboração com os órgãos regionais em análise. No entanto, penso que são postos em causa por estas duas não tão pequenas questões, e por isso apresentámos estas propostas, no sentido de salvaguardar exactamente os objectivos que serviram de enquadramento ao próprio diploma e que estão plasmados no seu preâmbulo.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP entende ser este um diploma abrangente e importante, não fosse ele tratar de uma matéria tão sensível como é a do ambiente; um documento que agrega diversos conselhos consultivos, assim agilizando a emissão de pareceres; chamando a si a participação das organizações não-governamentais em termos de ambiente; bem como uma outra vertente não menos

importante, a possibilidade da criação de cooperação técnica e financeira com estas organizações.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do CDS/PP votará favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

(*) Deputado Mário Moniz *(BE)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em termos gerais, consideramos que, embora pecando por tardio, o documento apresentado vem dar resposta a grande parte das situações pertinentes neste domínio, dando maior relevo ao papel das associações ecológicas na procura de soluções para os problemas ambientais e para a educação cívica e o respeito pela natureza. Queremos contribuir para a melhoria do diploma, pelo que apresentámos uma proposta de alteração, que passo a defender.

No nosso entender, a discriminação entre sócios residentes e não residentes é um ataque à liberdade de associativismo, sendo ainda redutora do aproveitamento de sinergias que se propõem colaborar para o bem comum. Por outro lado, não é razoável nem encontramos qualquer fundamento para que se quantifique de forma diferente o número de sócios para associações de carácter regional, nacional ou internacional.

Neste sentido, e para que não subsista a incongruência entre o ponto 2 – que, pelo facto de ter sede nos Açores, permite que todos os sócios possam residir em qualquer país do mundo – e o ponto 3 – onde, inexplicavelmente, se exige que haja um número mínimo considerável de sócios residentes –, apresentamos a nossa proposta, menos contraditória, mais lógica, mais democrática e potenciadora de sinergias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues *(PS)*: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai centrar-se sobre a discussão na especialidade, uma vez que, quer a Sra. Deputada Carla Bretão, quer o Sr. Deputado Mário Moniz, fizeram

já a apresentação das suas propostas de alteração. Portanto, eu aproveitarei esta intervenção para também comunicar qual é a posição do Partido Socialista relativamente a essas propostas de alteração.

Deputado Mark Marques *(PSD)*: É contra!

A Oradora: Relativamente à primeira proposta de alteração apresentada pelo PSD, que tem a ver com a elaboração dos planos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vê, de facto, que advenha maior vantagem com a elaboração de um relatório anual, relativamente à elaboração de um relatório trianual. A Sra. Deputada Carla Bretão fundamentou a sua posição nas questões do planeamento, mas a verdade é que o planeamento anual da acção governativa assenta nas Orientações de Médio Prazo. Por outro lado, é importante ter em conta aquilo que é a orientação da Convenção de Aarhus, que diz que os relatórios nacionais sobre o estado do ambiente não devem ter um intervalo superior a quatro anos. Ora, a proposta que o Governo apresenta encontra-se dentro desta baliza temporal definida por esta Convenção.

É preciso também atender a que, com a entrada em vigor deste diploma, há todo um conjunto importantíssimo de informação sobre o ambiente que passa a estar disponível *online*, que ajudará à tomada de decisão e à planificação anual, sendo certo que, reitero, ela é feita com base numa planificação a médio prazo que lhe antecede. Por outro lado, atender também a que o Governo Regional, por força do que está nesta proposta, enviará para a República toda a informação necessária à elaboração do relatório que acompanha o Plano Anual do Governo da República, as Grandes Opções do Plano e o Livro Branco, que estão previstos na Lei de Bases do Ambiente.

Ainda relativamente à intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão e relativamente à circunstância de este diploma agregar um conjunto de matérias que, na opinião do PSD, estariam melhor distribuídas por outros diplomas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vê qualquer inconveniente. Aliás, atente-se que os apoios às ONGA estavam em portaria e sobem agora; portanto, o regime sobe a um diploma de valor superior, decreto legislativo regional.

Relativamente às propostas de alteração ao n.º 3 do artigo 8.º, que foram apresentadas, uma pelo PSD e outra pelo Bloco de Esquerda, aquilo que a Proposta do Governo faz é muito claro: é distinguir as associações de base regional. Pensamos que é assim que deve ser feito.

A proposta do Bloco de Esquerda coloca no mesmo plano as ONGA com sede nos Açores e as delegações ou núcleos de ONGA com sede nacional ou de carácter internacional. Contrariamente àquilo que disse o Sr. Deputado Mário Moniz, nada na redacção deste n.º 3 do artigo 8.º diz que os membros da associação têm de ser residentes nos Açores. Não é isso que aqui está. O que se faz é distinguir as associações que têm sede nos Açores, porque são essas que se fundam e que planificam a sua acção exclusivamente para o território da Região. E, de certa forma, o que esta proposta vem fazer é premiar essas associações, ou, se quiser, discriminá-las positivamente.

Não pensamos também que a proposta do PSD, que introduz o requisito de residência, venha – aliás, introduz o requisito de residência porque diminui para 50 sócios residentes nos Açores, é este o requisito que a proposta do PSD introduz; mas a verdade é que essa proposta continua a não permitir – distinguir as associações com sede nos Açores e, portanto, criadas para desenvolver a sua acção no nosso território, das outras. Essas, sim, assumidamente terão de demonstrar a mais-valia que têm, através duma forte implantação no território regional.

Eu gostaria de dizer mais alguma coisa: o que esta proposta faz é manter, relativamente às associações de âmbito nacional, o critério que consta do regime nacional para acesso ao registo, ao qual, aliás, elas têm acesso, desde que cumpram os requisitos que estão na legislação nacional. Por outro lado, elas não estão impedidas de aceder ao registo regional, basta que se constituam em agrupamento de associações. Se se constituírem em agrupamento de associações, que cumpra com o requisito que está nesta Proposta, podem aceder ao registo e a todos os benefícios que daí decorrem.

Portanto, a nossa posição é de rejeitar, pelos fundamentos que invoquei, as propostas de alteração apresentadas e aderir àquelas que constam da Proposta apresentada pelo Governo.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar no debate e apresentar as razões que levaram o Governo às opções que foram aqui apontadas, ou seja, àquelas questões que foram especificamente focadas.

Começava pela questão da agregação de diplomas, embora a Sra. Deputada tenha admitido que não era uma questão de fundo, mas eu gostaria de explicar que duas razões presidiram a essa opção:

Uma, a tentativa de, tanto quanto possível, nós codificarmos a nossa legislação de ambiente. Esta é legislação que se destina às pessoas e as pessoas, os cidadãos, obviamente não podem saber as trezentas ou quatrocentas leis que, neste momento, estão em vigor no ambiente. Eu creio que só nos ficaria bem se, algum dia, conseguíssemos ainda fazer uma agregação maior e reduzir substancialmente a dispersão legislativa que existe nesta matéria. De facto, para quem não é um jurista ou para quem não é um profissional destas coisas, navegar pela legislação do ambiente é um tormento em que poucos têm sucesso. Há demasiada legislação, há demasiada dispersão e quem não tiver uma formação profissional nessa área não é capaz de concluir o que quer que seja sobre esta matéria.

Por outro lado, o segundo argumento a favor desta junção é que, de facto, são matérias que não podem vir umas sem as outras. A única razão que leva a que a administração regional, ou seja, o dinheiro dos contribuintes seja destinado às organizações de defesa do ambiente é, exactamente, fomentar a sua participação pública, fomentar a sua participação na discussão das coisas do ambiente e permitir que eles tenham o acesso aos recursos necessários para poderem defender o ambiente. Obviamente não faria sentido nós dividirmos isto em duas partes, ou

seja, o financiamento ficar para um lado e os objectivos para o outro. Foi com esta lógica que se optou por fazer uma junção.

Obviamente, seria possível uma outra visão. A visão que a Sra. Deputada aqui trouxe é perfeitamente legítima e aceitável. Aliás, foi essa a visão que presidiu à elaboração da grande maioria da legislação de ambiente, que está compartimentada e cada uma dela tem a ver apenas com uma questão. Admitindo como boa a sua visão, eu gostaria de lhe dizer que nós achamos que esta é melhor, dizendo que há vantagem, para as associações e para os cidadãos em geral, em ter toda a questão da participação pública, incluindo o co-financiamento das ONGA, num único diploma.

Indo agora às duas questões…

Vozes de deputados da bancada do PSD: Concorda ou discorda?

O Orador: É uma daquelas coisas, eu, aliás, estou a retribuir à Sra. Deputada aquelas questões que para mim não são essenciais. Parece-me melhor assim, admito que da outra maneira também pudesse ser.

Em relação às outras questões que foram levantadas, a questão da periodicidade de apresentação do relatório sobre o ambiente é uma questão extremamente importante. É uma questão que, creio, deve merecer aqui uma análise profunda das razões.

Há duas questões aqui envolvidas. Uma, a disponibilização de dados sobre o ambiente. Ou seja, quais são os caudais, qual é a qualidade da água, enfim, dados que não sejam dados analisados, sejam apenas resultados sobre o ambiente. Ora, o diploma o que diz é que esses dados devem ser disponibilizados de imediato. Ou seja, tudo o que sejam os dados que a Secretaria vai obtendo, ano após ano, fica com a obrigação de criar, na sua página na internet, espaço em que esses dados sejam de imediato publicados. Logo, os cidadãos, em relação aos dados que não sejam uma questão analítica, têm constante acesso a eles.

Aqueles dados que são analisados e que são, digamos, relatórios já feitos, como são os relatórios do estado do ambiente, obviamente não podem ser disponibilizados com a mesma periodicidade, por duas razões: por um lado, porque

de um ano para o outro um relatório desse tipo não se desactualiza; e, por outro, porque o trabalho envolvido é excessivo para ser feito todos os anos.

Repare-se que os relatórios do estado do ambiente têm sido normalmente encomendados a instituições de ensino superior, a instituições externas, que, em geral, demoram mais de um ano a elaborar o relatório. Portanto, se nós puséssemos uma periodicidade de um ano, das duas, uma: ou empobrecíamos o relatório e o transformávamos numa mera repetição dos dados que já são públicos e que terão de ser públicos e, aí, não havia nenhum ganho em elaborarmos um relatório do ambiente; ou, então, teríamos de empenhar um conjunto de recursos de tal maneira grande que seria, digamos, contraproducente e estaríamos a desviar recursos, que poderiam melhor ser usados em defesa do ambiente noutras áreas, para uma questão que é meramente de reporte e não propriamente de produção do que quer que seja a favor do ambiente.

Por outro lado, também gostaria de lhe dizer, Sra. Deputada, que todos os anos, quando nós nesta câmara discutimos o Plano e Orçamento, as matérias de ambiente são objecto de uma discussão específica. São objecto de um capítulo específico no Plano, quer na sua parte preliminar – ou seja, na parte textual, em que descreve a situação e os objectivos – quer, depois, nas medidas que são tomadas. Ou seja, as questões do ambiente não passam ao lado da discussão anual do Plano. Todos os anos, nesta casa se discute o estado do ambiente e o que se quer fazer no ambiente. Logo, aquilo que a Sra. Deputada aqui estava a propor creio que está respondido no próprio mecanismo do Plano.

Obviamente que, se os Srs. Deputados em cada um dos anos, em cada um dos Planos, quiserem discutir com maior profundidade o ambiente, o Governo cá estará para participar nessa discussão. Nada há que impeça que isso se faça, com a vantagem acrescida de que, a partir de agora, os Srs. Deputados passarão a dispor de mais informação sobre o ambiente e, portanto, poderão aprofundar a sua discussão e trazer mais elementos para a discussão anual do Plano e podemos muito bem suprir isso.

Agora, o relatório sobre o estado do ambiente, com as características que nós entendemos que esse relatório deve ter – aliás, características essas que passam a

estar estabelecidas no diploma, que diz qual é o conteúdo que deve ter o diploma –, não é praticável fazê-lo todos os anos. Três anos é um prazo razoável, cumpre aquela que é a nossa obrigação em termos da Convenção, que é quatro anos e, portanto, é menos do que o prazo máximo que a Convenção nos permite. É um prazo razoável para que nós possamos fazer aquilo que temos de fazer e que é muito, porque, como viram na proposta de diploma, este relatório, para além da tradição – porque este relatório já existe e, tradicionalmente, é um relatório muito completo –, passará a ser um relatório bem mais completo do que era até agora.

Passando à questão dos requisitos para a inscrição no registo regional, aquilo que nós fizemos foi partir daquilo que está a nível nacional, que são os cem, e criar a excepção, que é ao contrário: nós não estamos a fazer uma excepção para cem, estamos a fazer uma excepção para cinquenta.

Qual é o objectivo de fazermos a excepção para cinquenta? Estamos a reduzir o requisito, a nível regional, de cem para cinquenta, para quê? Para permitir que em ilhas mais pequenas, em que o número de pessoas disponíveis para estas matérias é menor, também possam surgir organizações não-governamentais de ambiente. Ou seja, para além das organizações de nível nacional, que têm o requisito de cem, que é nacional e continua a ser, para além dessas, que podem ter na Região os seus núcleos, estamos a permitir que na Região se criem, com cinquenta sócios, organizações que podem ter um carácter muito mais local, que podem ter um carácter muito mais próximo das pessoas. Portanto, o que nós estamos aqui a fazer é permitir que organizações que, de outra forma, não teriam acesso ao registo nacional, tenham acesso a este registo regional e possam, por essa via, ter uma participação na política de ambiente da Região. Estamos a facilitar a construção destas associações.

Por outro lado, também, Srs. Deputados, gostaria de vos dizer que a criação de um registo regional não impede nenhuma associação de fazer parte e de se inscrever no registo nacional. Inclusivamente, não impede que essas associações obtenham os apoios a nível nacional, incluindo apoios para acção nos Açores, o que aliás já acontece. Há organizações com sede nos Açores que estão no registo nacional e que têm os benefícios que essa inscrição no registo nacional lhes permite. Isso

continua a ser possível, continua a existir. Portanto, não há aqui nenhuma interferência entre uma coisa e outra. O que nós pretendemos foi, pura e simplesmente, facilitar o nascimento de organizações nos Açores.

Aliás, nós temos já, ao longo deste último ano, tratado essas organizações como organizações não-governamentais. Em todas as visitas estatutárias do Governo a cada uma das ilhas, temos reunido com as organizações que lá estão, embora elas não estejam oficialmente inscritas como ONGA, porque não têm essa dimensão. Mas temos tido esse contacto com elas e tem sido um contacto extremamente enriquecedor, porque são pessoas de cada uma das ilhas, pessoas que conhecem muito bem o território da ilha, que estão muito ligadas às questões ambientais a nível local e que podem dar um grande contributo também a nível regional.

Por outro lado, isto abre a possibilidade de organizações muito especializadas, de defesa de determinados sectores do ambiente, de defesa, sei lá, da fauna. Podem ser organizações muito especializadas em torno de um determinado problema do ambiente que, naturalmente, não vai conseguir congregar grandes multidões. Permite que essas organizações também se possam inscrever no registo e possam participar, dentro da área da sua especialidade. Elas existem, há os "Amigos do Calhau", só para citar uma, que tem a ver com a linha de costa. Podemos imaginar os amigos de um outro qualquer aspecto do ambiente, que podem muito bem constituir-se e participar.

Estamos aqui a facilitar o acesso à discussão ambiental a mais organizações, a mais pessoas, a alargar a discussão, a fazer aquilo que está no nosso programa de governo, que é desgovernamentalizar o CRADS, que é, neste momento, uma entidade que tem mais membros governamentais do que não governamentais e, com esta alteração, vamos torná-lo muito mais plural, muito mais abrangente, permitindo que muito mais gente entre.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz *(BE)*: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuamos sem entender a defesa de, por que é que cinquenta sócios, por terem a sede nos Açores, podem os sócios nem ser cá residentes, são descriminados positivamente, e não pode haver uma discriminação também positiva para residentes nos Açores e que, sendo de uma associação a nível nacional, tenha de haver cem. O que nós achamos é que também cinquenta poderiam desempenhar o mesmo papel, ainda por cima estando cá, quando o registo de uma associação com sede na Região Autónoma dos Açores nem obriga a que os sócios sejam de cá.

Para além disso, quanto à persecução dos objectivos, não entendemos a preocupação enunciada, porquanto a atribuição de apoios resultará sempre da análise da candidatura e a sua posterior fiscalização, que compete ao Governo, assegurará certamente o cumprimento dos objectivos propostos.

Portanto, nós continuamos a defender que, a discriminar-se positivamente e de uma forma democrática e para que todos possam participar, deverá ser em pé de igualdade para qualquer uma das associações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao argumentário contra as nossas propostas de alteração, poderemos dizer o seguinte:

Relativamente à primeira questão e à apresentação e ao tempo de apresentação do relatório do estado do ambiente, e pegando nas palavras do Sr. Secretário – de que os dados vão sendo disponibilizados, que anualmente as situações e as acções da Secretaria Regional do Ambiente vão tendo em conta o estado do ambiente e se no próprio Plano diz que nessas acções transparecem as necessidades de correcção do próprio estado do ambiente –, então não sei qual é a questão de apresentar o relatório do estado do ambiente anualmente. Se assim é, se baseia as suas decisões de acção e de planeamento no estado real do ambiente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*: É fazê-lo! Já leu o relatório do estado do ambiente?

A Oradora: Já, e já conversámos sobre isto nesta casa.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*: E viu o tamanho dele?

A Oradora: Relativamente ao argumentário da Sra. Deputada Isabel Rodrigues, apenas lhe digo que a sua visão foi um pouco redutora. Ou seja, está a assumir que a actuação do Governo se cinge apenas às Orientações de Médio e Longo Prazo. Por várias vezes temos ouvido o Governo Regional lembrar que a sua acção não é estática, que é dinâmica, que estão sempre a evoluir, que estão sempre atentos a tudo o que acontece, ano após ano. Em relação a isso, estamos conversados.

Relativamente à nossa segunda proposta de alteração, da redução do número de associados na Região e da discriminação positiva, o Sr. Secretário fez questão de dizer que o fez com o intuito de dinamizar o associativismo regional nesta área. Penso que isso é uma falsa questão, Sr. Secretário. Os núcleos, delegações ou associações e representações de associações nacionais não deixam de ser uma forma de associativismo regional. Os associados são açorianos!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*: Registem-se, façam parcerias!

A Oradora: São açorianos, actuam nos Açores, querem participar na definição das políticas de ambiente nos Açores. Por isso, essa é uma falsa questão.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Não estão a exportar, não senhor, porque, se o núcleo exerce a sua actividade cá e é muito claro que os apoios…

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Não pode, não senhor, Sr. Deputado, informe-se melhor.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Pode, sim senhor.

A Oradora: A questão principal é a discriminação entre açorianos e a liberdade que têm de escolher a associação que muito bem entendem! Se as pessoas querem fazer parte duma delegação, dum núcleo, duma representação de uma associação

nacional, mas que está estabelecida cá através de sócios açorianos, por que não hão-de ter o mesmo direito de participação, com as mesmas condições de acesso, que as associações regionais? Não deixam de ser açorianos na mesma! É isso que não se percebe. A não ser que seja para, eventualmente, abafar algumas vozes mais críticas, digamos assim, não é? Essa, eventualmente, poderá ser a questão. Bom, por isso mesmo, essa é uma falsa questão.

A questão das ilhas pequenas também é uma falsa questão. É uma falsa questão, porque os cinquenta associados na Ilha do Corvo podem ser uma enormidade!

Sr. Secretário, os seus argumentos caem pela base. Por isso mesmo, reafirmamos a necessidade de fazer estas propostas de alteração ao seu diploma, que consideramos meritório, mas que…

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Exactamente, essa é a arrogância da maioria e percebo que sim. O riso da Sra. Secretária mostra isso mesmo e o comentário também.

Mas não baixamos os braços, nem vamos deixar de fazer as propostas que, achamos, poderão melhorar a acção governativa, apenas por esse tipo de atitude.

Obrigada.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*: Que mal é que eu lhe fiz, Sra. Deputada?

Deputada Carla Bretão *(PSD)*: O mesmo mal que eu lhe fiz!

Deputado Mark Marques *(PSD)*: É uma relação de amor/ódio!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar apoio a esta iniciativa proposta pelo Governo Regional e vai acolher, na especialidade, as propostas apresentadas pelo PSD para os artigos 3.º e 8.º.

Não vou tecer mais considerações, penso que aquilo que é relevante para a discussão já aqui foi esgrimido, apenas fazer este anúncio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar *(Álamo de Meneses)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que esta já é uma intervenção, se calhar, um pouco desnecessária. Ainda assim, gostaria de ir directamente às duas questões que continuam em cima da mesa.

Na primeira questão, a questão do relatório, Sra. Deputada, aquilo que gostaria de lhe dizer é que o relatório do estado do ambiente é um relatório, que não propriamente uma apresentação de tabelas, é um relatório que é analisado. Portanto, há uma elaboração, há um trabalho de análise que demora tempo a fazer. É um relatório que é caro de fazer, que consome recursos e é, obviamente, desnecessário para nós todos os anos aprovarmos aqui o nosso Plano e Orçamento.

Para o Plano e Orçamento, todos os anos são apresentados os dados necessários. O Plano e Orçamento de todos os anos tem um capítulo destinado às questões do ambiente. Os Srs. Deputados podem, sempre que o entenderem, aprofundar essas questões até onde quiserem, com a vantagem acrescida de que passarão a dispor dos dados de base, que permitirão que os senhores façam o vosso juízo, coloquem as vossas questões e digam aquilo que entenderem. Ficamos numa situação em que, de facto, não há nenhuma necessidade.

Aliás, eu duvido que seja possível, com os recursos existentes na Região e com o trabalho que estes relatórios dão, porque eu conheço o relatório profundamente e sei que não é uma coisa que se faça de um ano para o outro. Além disso, não há nenhuma vantagem em fazer um relatório analítico sobre o estado do ambiente ano a ano, porque, feliz ou infelizmente, as coisas no ambiente não andam com essa velocidade.

Em relação à outra questão, levantada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e também pelo PSD, que tem a ver com a discriminação em relação a instituições locais ou não, não há nenhuma discriminação negativa. Há uma discriminação positiva, que tem os objectivos que eu já aqui expliquei. Reduzimos

o requisito nacional para metade, para as instituições regionais. Se alguma instituição a nível nacional…

Deputado João Costa *(PSD)*: A justificação que o senhor está a dar não é lógica.

O Orador: É absolutamente lógica, Sr. Deputado. Aceite ou não aceite, apresente os seus argumentos.

Srs. Deputados, o que acontece é que não há nenhuma razão para que uma associação a nível nacional, que está no registo nacional, que tem o requisito de cem sócios, tenha nos Açores um requisito inferior e possa vir para os Açores beneficiar dos apoios regionais, quando afinal não beneficia dos apoios nacionais porque não tem o requisito nacional.

O que deve acontecer é: cada associação inscreve-se no seu âmbito. As associações de âmbito nacional ou internacional que queiram existir nos Açores, ou têm os cem sócios, ou, se não os têm, associam-se com outras, porque o diploma assim o permite, associam-se com associações regionais e beneficiam de todos os apoios. Ou, então, os seus cem sócios registam-se, vão a um notário aqui na Região, que não custa muito, como núcleo regional da associação tal, com direcção própria, passam a responder directamente pelos apoios que recebem a nível regional e participam como todos os outros. Portanto, não há aqui nenhuma restrição à liberdade de participação. Há muitos caminhos, e todos eles fáceis, que conduzem à mesma questão. Desde uma simples associação com uma associação local, até à constituição de um núcleo local, o que podem fazer quando entenderem. Felizmente temos liberdade de associação e cada um se associa conforme quer e entende. Não há aqui nenhuma discriminação em relação a ninguém. Todas as portas estão abertas.

Meus senhores, os senhores têm essa ideia, eu não lhe vejo qualquer base, não lhe vejo qualquer razão. Aliás, vejo a base, mas é uma base conjuntural, que tem apenas a ver com o resultado de uma eleição e que podia ser muito diferente se não fosse isso. Mas, meus senhores, não vale a pena nós estarmos com essa discussão. Ali a fila de trás por várias vezes já enviou o aparte. Pergunte-lhe qual foi o aparte e ficará esclarecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputada Isabel Rodrigues *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de responder à intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão, que reputou a minha visão de redutora. A minha visão não é redutora, a senhora é que pretendeu imprimir-lhe essa característica, que ela não tem.

A vossa proposta de alteração pretende que o relatório seja apresentado com a Proposta de Plano Anual e, na sua intervenção inicial, a Sra. Deputada falou de planeamento. Aquilo que eu disse é que o planeamento não fica em crise por o relatório ser apresentado com uma base de três anos, o que aliás cumpre com o critério da Convenção de Aarhus, porque disse que o Plano Anual que o Governo apresenta a esta câmara é elaborado tendo também em conta – e tem fundamentalmente em conta – as Orientações de Médio Prazo. De outro modo, não se compreenderia. Obviamente que ajustes devem ser sempre feitos, sempre que eles se reputem necessários. Por isso, e como o Sr. Secretário já explicou muito melhor do que eu poderei fazer, os dados são, não apenas recolhidos, como disponibilizados *online*. Esta é uma das questões.

Relativamente à questão de dever ou não ter cinquenta sócios ou cem sócios, eu gostaria de lembrar à Sra. Deputada e a esta câmara que a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho promoveu uma ampla audição de todas as entidades com intervenção em matéria de ambiente na Região. Muitas, aliás a grande maioria, não se pronunciaram. Inclusivamente, algumas com sede no continente e com núcleos na Região não se pronunciaram. Os pareceres são, globalmente, extremamente favoráveis a esta iniciativa, havendo uma – *uma* – entidade que se pronuncia pela definição de um limite mínimo de sócios igual para ambas as situações, sendo certo que esse parecer não diz se o limite se deve situar nos cinquenta ou nos cem. A Sra. Deputada é que resolveu tomar as dores de alguém e entendeu que era cem.

Deputada Catarina Furtado *(PS)*: Muito bem!

A Oradora: Mas não é essa a questão. Nós mantemos a nossa convicção de que devemos privilegiar as associações que se constituem tendo como principal

objectivo desenvolver a sua acção a bem do ambiente dos Açores. Por isso, apoiamos aquilo que consta da Proposta do Governo.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, eu não admito que me acuse de tomar as dores de ninguém. O meu trabalho aqui é um trabalho regional e eu assumo as dores de todos os açorianos, percebe?

Deputado Rui Ramos *(PSD)*: Muito bem!

Deputado Domingos Cunha *(PS)*: As minhas não!

A Oradora: E volto a dizer-lhe que esta é uma discriminação! É uma discriminação efectiva e injusta.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS)*: Não é uma discriminação.

A Oradora: Coarcta a liberdade de participação na definição das políticas de ambiente na Região de muitos associados, que pretendem fazer parte de umas associações, em detrimento de outras! É uma liberdade que assiste a cada açoriano, fazer parte das associações que bem entender.

O meu papel aqui é denunciar essas discriminações e essas injustiças. Por isso mesmo, apresentámos uma proposta de alteração. Não concorda, é uma coisa. Acusar-me de tomar as dores de alguém é outra completamente diferente.

Deputado Jorge Macedo *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Eu até podia estar a tomar as dores do seu colega do lado, percebe? Mas não estou.

Sra. Deputada, não me movo por interesses pessoais, nem por interesses corporativos. Movo-me pelos interesses da nossa Região.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Muito bem!

A Oradora: Por isso mesmo, volto a dizer-lhe: há uma discriminação. Há uma discriminação dos açorianos que pertencem a umas associações em detrimento de outras e por isso apresentámos uma proposta de alteração. Não concorda, é uma situação que lhe assiste.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: É despesista.

A Oradora: Agora, nós achámos que devíamos denunciar e apresentar esta alteração ao diploma, que ficaria muito mais justo e não discriminatório.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira, para uma segunda intervenção.

(*) Deputado Luís Silveira *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta do PSD ao artigo 3.º, ponto 2, o CDS/PP entende que faz todo o sentido votar o diploma inicial. Isto, porque um relatório com a dimensão que deve ter um relatório sobre o estado do ambiente nunca poderá ser anual, visto a complexidade e a abrangência que tem, que o pode tornar descredibilizado feito anualmente. Como tal, o CDS/PP rejeitará esta proposta.

Em relação às propostas do PSD e do Bloco de Esquerda ao artigo 8.º, no nosso entender a proposta apresentada no diploma é bastante razoável. Não precisando ir mais longe, a Sra. Deputada Isabel Rodrigues já acabou de o frisar, a Comissão, no âmbito da discussão do diploma, solicitou a emissão de pareceres a estas instituições. Desde logo, duas ou três responderam. Acho que fazem todo o sentido os números apresentados, entre os cinquenta e os cem, no diploma inicial e, como tal, o CDS/PP votará a proposta do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, poderemos dar por findo o debate na generalidade e passarmos à votação, na generalidade, deste diploma.

É o que passo a fazer de imediato.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta, na generalidade, foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos agora para o debate na especialidade. Ele, em grande medida, já foi feito.

Eu lembrava que os artigos 1.º e 2.º do diploma não têm qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, colocava-os à votação conjuntamente.

Vamos então votar, na especialidade, os artigos 1.º e 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos para o artigo 3.º, em que, conforme víamos há pouco, há uma proposta de alteração para o seu n.º 2, apresentada pelo Partido Social Democrata. Vamos votar essa proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 14 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: De seguida, os artigos 4.º a 7.º da Proposta não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, eu colocava-os à votação em bloco.

Vamos então votar os artigos 4.º a 7.º inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 8.º, também conforme já vimos, há duas propostas de alteração. Por ordem cronológica, entrou primeiro a do BE e, seguidamente, a do PSD.

Vou colocar à votação a proposta de alteração do BE para o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Vou agora colocar à votação a proposta de alteração, para o mesmo n.º 3 do artigo 8.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 14 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Seguem-se os artigos 9.º a 13.º da Proposta, para os quais não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O artigo 14.º tem uma proposta de alteração que vem da comissão e as propostas de alteração da comissão foram subscritas tempestivamente pelo Grupo Parlamentar do PS.

Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 14.º, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 15.º não foi objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 16.º tem uma proposta de alteração ao seu n.º 2, advinda da CAPAT. Vamos votar essa proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 16.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Seguem-se os artigos 17.º a 22.º, os quais não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O artigo 23.º tem uma proposta de alteração ou, melhor dizendo, uma proposta de substituição integral do texto original, advinda da Comissão. Vou colocar à votação essa proposta de substituição.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Como se trata de uma proposta integral, não temos de votar o artigo original da Proposta.

Passamos para os artigos 24.º a 33.º, que não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 34.º há uma proposta de alteração, que vem da comissão e é uma substituição parcial do texto original, na medida em que não altera a epígrafe. Vou colocar à votação essa proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 34.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Há também uma proposta de alteração para o artigo 35.º, advinda da CAPAT. Vamos votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 35.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um bloco de artigos, do 36.º ao 45.º, para os quais não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 46.º há uma proposta de alteração da comissão. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 46.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 47.º e 48.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O artigo 49.º tem uma proposta de alteração da CAPAT. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 49.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Há igualmente uma proposta de alteração para o artigo 50.º da Proposta. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 50.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 51.º a 53.º não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em bloco.

É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de alteração para o artigo 54.º, advinda da CAPAT. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 54.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta, advinda da comissão, para o artigo 55.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 55.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por último, vamos votar o artigo 56.º, que não é objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 34/2009 – "Pedido de declaração de**

inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Trata-se de um processo especial. A Conferência fixou tempos globais e os tempos globais fixados são os seguintes:

Governo – 35 minutos;

PS – 35 minutos;

PSD – 25 minutos;

CDS/PP – 17 minutos;

BE – 13 minutos;

PCP – 10 minutos;

PPM – 10 minutos.

Regem os artigos 169.º e seguintes do nosso Regimento.

Eu pedia à Sra. Relatora da CAPAT para proceder à apresentação sintética do relatório, de acordo com o n.º 2 do artigo 171.º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre o Projecto de Resolução n.º 34/2009 – Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de Janeiro de 2010, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Resolução n.º 34/2009 – Pedido de declaração de

inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.

O mencionado Projecto de Resolução, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, deu entrada na Assembleia Legislativa em 28 de Outubro de 2009, tendo sido despachado para a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para relato e emissão de parecer, até 31 de Dezembro de 2009.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto nas alíneas *g)* do nº 2 do artigo 281º da Constituição da República Portuguesa e *m)* do nº 1 do artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pode requerer a declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, com força obrigatória geral, de quaisquer normas.

No Capítulo IV do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – artigos 169º a 172º – estão definidos os termos e o procedimento do pedido de declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade.

Capítulo III
APRECIAÇÃO DA INICIATIVA

A Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, veio revogar o Decreto Legislativo Regional nº 21/92/A, de 21 de Outubro, que aprova as medidas de apoio aos indivíduos portadores da doença do machado, e o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/93/A, de 6 de Abril, que regula a protecção especial prevista para estes doentes.

Desde logo e em termos materiais, a Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, vem retirar benefícios aos doentes portadores da doença Machado-Joseph, nomeadamente o fornecimento de certo material clínico, previsto nos diplomas regionais.

Do ponto de vista formal, estamos perante uma matéria de competência legislativa própria da Assembleia Legislativa da Região, e tendo em conta o disposto no artigo 228.º, n.º 2 da CRP e artigo 15.º do EPARAA, temos de concluir que as normas legais nacionais – que não sejam reservadas aos órgãos de soberania – só têm aplicação nas Regiões Autónomas quando se verifique a falta de legislação regional – e apenas enquanto esta falta se verificar, ficando assim expresso o *princípio da supletividade do direito estatual*.

Sucede, ainda, que estamos perante uma doença que tem uma prevalência elevada na Região Autónoma dos Açores, e que deveria, aquando do processo de elaboração da lei, ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que consagram o direito de audição dos órgãos de governo próprio, sobre as questões respeitantes à Região, o que também não sucedeu em concreto.

Neste contexto, conclui a iniciativa política em apreciação estar-se perante a inconstitucionalidade das normas constantes das alíneas *c)* e *d)* do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, por violação do disposto nos artigos 228º, conjugado com o 15.º, e 229º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, e que, como tal, deve a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores requerer, junto do Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das referidas normas.

Capítulo IV
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os ***Grupos Parlamentar do PS*** e ***do CDS/PP*** e a ***Representação Parlamentar do PCP*** entendem serem inconstitucionais as normas constantes das alíneas c) e d) do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.

O ***Grupo Parlamentar do PSD*** absteve-se na apreciação da iniciativa em Comissão, reservando a respectiva posição para a reunião do plenário.

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inconstitucionalidade das normas sindicadas, por violação dos disposto nos artigos 228º, conjugado com o 15.º, e 229º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, tendo, consequentemente, emitido, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP e PCP, e as abstenções do PSD, parecer favorável à aprovação do Projecto de Resolução n.º 34/2009 – Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas c) e d) do artigo 13º da Lei nº 90/2009, de 31 de Agosto.

Consequentemente, o Projecto de Resolução n.º 34/2009 está em condições de ser agendado para debate e votação em Plenário.

Ponta Delgada, 13 de Janeiro de 2010.

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*.

Presidente: Em bom rigor, vamos iniciar então agora o debate, na generalidade, deste diploma. Digo na generalidade, embora se trate de uma resolução, já que há uma proposta de substituição integral do respectivo anexo.

Está inscrito o Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

(*) Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme já foi referenciado na apresentação do relatório, a Lei 90/2009, de 31 de Agosto, veio revogar expressamente dois diplomas regionais, concretamente o Decreto Legislativo Regional 21/92/A, de 21 de Outubro, e o Decreto Regulamentar Regional 9/93/A, de 6 de Abril.

Esta Assembleia, no passado dia 30 de Outubro, aprovou um Decreto Legislativo Regional que viria a ser publicado um mês depois, a 30 de Novembro, e que tomou o n.º 20/2009/A, precisamente para assegurar que desde o passado dia 1 de Janeiro os portadores da doença de Machado-Joseph não vissem limitados os seus direitos,

nos termos que vinham, até então, a ser acautelados e previstos na referida legislação regional.

Sucede que a revisão constitucional de 2004 conferiu às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas uma competência legislativa própria nas matérias enunciadas nos respectivos estatutos político-administrativos que não estejam reservadas aos órgãos de soberania, concretamente à Assembleia da República e ao Governo da República, e que não é uma mera competência concorrencial com aqueles órgãos de soberania. A competência legislativa própria das Regiões Autónomas, das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, configura uma verdadeira reserva legislativa a favor das Regiões Autónomas, na medida em que o artigo 228.º, n.º 2, da Constituição da República vem enunciar o princípio da supletividade da legislação nacional, estatuindo que apenas na falta de legislação regional emitida no âmbito da aludida competência própria das Assembleias Legislativas, não se aplicam nas Regiões Autónomas as normas legais emanadas, ou pela Assembleia da República, ou pelo Governo da República.

Desta reserva legislativa conferida às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas resulta a imposição de um limite negativo à normação, por parte daqueles órgãos de soberania, impedindo-os, em concreto, de legislarem para os territórios das Regiões Autónomas quando já exista legislação regional nesses domínios. Não podia, pois, a Assembleia da República ter revogado os referidos diplomas regionais, procurando impor, contra o que dispõe a Constituição no citado artigo 228.º, o regime da Lei 90/2009 ao território da Região Autónoma dos Açores. Estamos assim, e conforme já foi referido no relatório da Comissão, perante uma clamorosa inconstitucionalidade, por violação grosseira do artigo 228.º da Constituição.

Sucede ainda que a Assembleia da República, na sequência do texto de substituição que veio da comissão respectiva, não exerceu o dever de audição das Regiões Autónomas, conforme consta do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição. Aliás, começa a ser uma prática recorrente as comissões apresentarem textos de substituição e esquecerem-se de ouvir as Regiões Autónomas, quando está em causa matéria que lhes diz directamente respeito.

São estes, aliás, em síntese, os fundamentos que motivaram a apresentação da proposta de resolução por parte do Partido Socialista, melhor desenvolvidos e melhor concretizados no texto da mesma, no relatório da comissão e no texto do requerimento que consta do anexo à resolução e que servirá de base à remessa, por parte do Sr. Presidente, para o Tribunal Constitucional, na eventualidade de a Assembleia Legislativa aprovar este projecto de resolução.

Uma nota final, para referenciar e registar o processo que veio a ser desenvolvido em sede de comissão pelos diversos partidos, no sentido de melhorar o projecto do Partido Socialista, designadamente o contributo dado pelo PSD, do qual resultou uma proposta de substituição para o anexo, que foi subscrita, conforme impõe o Regimento, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e entregue ontem na Mesa da Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar, a debater e a votar uma iniciativa que visa intervir parlamentarmente sobre uma situação que prejudica, de facto, os doentes de Machado-Joseph, no sentido de que esta Assembleia suscite a inconstitucionalidade de uma norma, de uma Lei da Assembleia da República que, de facto, prejudica os cidadãos dos Açores portadores desta doença. Sabemos todos a incidência especial que esta patologia tem na Região Autónoma dos Açores e, em especial, nalgumas ilhas, como também sabemos os custos e os encargos acrescidos que aqueles que padecem desta doença têm nos Açores.

Como já foi aqui referido, quer no relatório, quer na intervenção que me antecedeu, existe de facto uma legislação regional que estabelece apoios aos indivíduos portadores desta doença e que foi expressamente revogada por uma norma da Lei 90/2009, de 31 de Agosto. Ora, esta situação tem duas dimensões negativas, na nossa perspectiva. Desde logo e em primeiro lugar, prejudica as pessoas, prejudica os cidadãos, os homens e as mulheres açorianos que sofrem desta doença. Por outro lado, a segunda dimensão negativa desta norma põe em causa a autonomia, os poderes da autonomia e as competências legislativas desta Assembleia.

Independentemente das dúvidas jurídico-constitucionais da forma encontrada para intervir sobre esta matéria, o PSD assume claramente a disposição de votar favoravelmente esta proposta. Desde logo, porque entendemos que as leis só fazem sentido quando servem as pessoas. E porque também entendemos que qualquer teoria jurídico-constitucional, qualquer dissertação jurídico-constitucional, tem de servir mais pelo resultado que tem na vida das pessoas, do que pelo mero exercício académico que possa encerrar.

Nessa perspectiva, com sentido de responsabilidade pelos nossos deveres, em primeiro lugar e em qualquer circunstância, de defesa dos interesses dos açorianos, votamos a favor desta proposta, com o sentido de responsabilidade realçado pelo Presidente da Comissão e que o PSD, nesta como em todas as circunstâncias, assume como a prioridade da sua acção política.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra apenas para dizer que o Governo vê com muito interesse e associa-se a este Projecto de Resolução porque, ao longo desta última década, tem apoiado e acarinhado a Associação Machado-Joseph que, neste momento, apoia mais de cem pessoas que têm esta doença na Região Autónoma.

Para além dos acordos de colaboração com a Segurança Social, esta associação presta um apoio muito interessante, porque é muito personalizado, com transportes adaptados, com acompanhamento psico-social, com uma linha de telefone própria para apoio aos portadores da doença e com um apoio também especializado em matéria de habitação.

Nós queremos aqui manifestar o nosso interesse e a nossa contínua atenção aos portadores desta doença e, por isso, vemos com muito interesse esta Proposta de Resolução e associamo-nos a ela.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão, enfim, as questões relacionadas com a doença Machado-Joseph são muito caras ao PCP. Aliás, queria recordar aqui que, em 1989, a Representação Parlamentar do PCP trouxe a esta câmara, pela primeira vez, esta questão. Portanto, o assunto é-nos caro.

Relativamente à Proposta de Resolução que aqui foi apresentada, a Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio incondicional, porque julgamos que, de facto, o processo está ferido de inconstitucionalidade. Desde logo, orgânica, porque a Assembleia da República não pode de facto revogar assim a legislação regional; mas também de inconstitucionalidade material, uma vez que o regime aprovado faz perder direitos aos doentes. E, ainda, pelo facto de a Região não ter sido ouvida, o que também fere este procedimento de inconstitucionalidade formal.

No entanto, eu gostaria de perguntar, ou de deixar a pergunta para quem estiver em condições de responder – penso que será, neste caso, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social – se, de facto, estes doentes, pelo facto de ter acontecido esta situação, perderam os apoios; se estão, ou não, a receber apoios.

Deputada Nélia Amaral *(PS)*: Aprovámos um Decreto Legislativo Regional que restitui os benefícios, com a abstenção do PSD.

O Orador: Está respondido.

Independentemente de qual fosse a resposta à questão que eu estava a colocar, o nosso apoio não se alteraria, relativamente a esta questão e, portanto, a Representação Parlamentar do PCP, pelas razões que já expus, vai dar apoio a este Projecto de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o CDS/PP apoiará este pedido de inconstitucionalidade, cuja iniciativa de fazer aqui foi tomada, e por uma razão muito simples.

Isto ter-se-ia evitado – e vamos discutir isso mais à frente, a propósito de uma outra questão – se a audição dos órgãos de governo próprio fosse uma prática institucionalizada. De facto, se a Assembleia da República levasse a sério e ouvisse a tempo e horas os órgãos de governo próprio, efectivamente este problema não se tinha posto, porque, no nosso parecer, teríamos com certeza alertado para esse facto.

Naturalmente que na Assembleia da República não fizeram isso por mal, ou para prejudicar os Açores. Não acredito que nenhum partido o tenha feito, já que essa proposta, essa Lei, foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Mas também aqui podemos registar o facto de quererem saber tudo. E por, às vezes, não ouvirem os mais distantes, também cometem erros e este é um erro de grande dimensão, um erro que iria prejudicar enormemente os doentes de Machado-Joseph que beneficiavam de apoios, de medicamentos gratuitos. É uma doença incapacitante, que traz problemas não só para o doente, mas também para a família do doente, que tinha também apoios na nossa Região Autónoma. A nossa legislação até concedia melhores e mais apoios do que a legislação nacional.

Efectivamente, também aqui, em 2003, foi feito, como se lembram, um relatório exaustivo por proposta do CDS e, depois, foi feito um levantamento sobre essa doença e as suas consequências. Como a Sra. Secretária já referiu – vou abster-me de o fazer, porque já o referiu, e bem –, essa gente recebe muitos apoios e bem se necessita de cada vez se melhorar mais esses apoios. À medida que as condições sociais vão evoluindo os apoios são cada vez mais necessários e, efectivamente, não foram interrompidos, continuam a ter.

É urgente que a Assembleia da República reconheça e corrija este erro e possamos voltar à normalidade. Portanto, o nosso total apoio a este projecto de pedido de inconstitucionalidade da norma da Lei 90/2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução, porque concorda com a forma e concorda com a substância.

O facto de a Lei da República ser mais restritiva nos apoios concedidos aos doentes de Machado-Joseph e de lhes retirar objectivamente direitos não é aceitável, além de ser inconstitucional. Portanto, não temos a mínima dúvida em votá-lo favoravelmente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer, muito sucintamente, que concordo em absoluto com aquilo que foi dito pelos intervenientes anteriores.

Nesse sentido, evidentemente que nos associamos, fundamentalmente pelos dois motivos que aqui foram aduzidos. O primeiro é que a legislação nacional é prejudicial no sentido relativo, em relação à legislação regional e também porque os nossos poderes autonómicos, nas nossas competências do ponto de vista do Estatuto, do ponto de vista constitucional, não foram respeitados. Estes são, de facto, os motivos que nos levam a apoiar esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, faça o favor.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social *(Ana Paula Marques)*: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Só mesmo para prestar um pequeno esclarecimento: não foram cortadas as prestações mas, para além das prestações e das ajudas técnicas que estavam contempladas na lei e que estas pessoas, que são mais de cem na Região, podiam perder com esta revogação da lei, nós, para além disso, temos um apoio especial, no âmbito da cooperação com as IPSS, que presta aqueles apoios atrás referidos. Esses não poderiam mesmo ser cortados, porque são da inteira responsabilidade do Governo Regional.

Portanto, é isso que continuamos a fazer, só para esclarecer essa situação que levantou.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, como parece não haver, podemos passar para, neste caso, a votação na generalidade desta Resolução.

O Sr. Deputado Pedro Gomes queria dizer alguma coisa?

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes)

Presidente: Eu digo na generalidade, já expliquei há pouco por quê, apesar de ser uma Resolução: é porque temos uma proposta de substituição integral para o anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Na especialidade, temos uma proposta de alteração, ou, melhor dizendo, uma proposta de substituição integral do anexo a que se refere o artigo 1.º e único da Resolução. Eu poria à votação, em primeiro lugar, essa proposta de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação o artigo 1.º e único da Resolução, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Diga, Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Sr. Presidente, nós queríamos pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Retomamos às 19 horas e 25 minutos, até já.

(Eram 19 horas e 10 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 32 minutos)

Vamos entrar no ponto seguinte da nossa agenda, que tem por epígrafe: **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009 – "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Exactamente para apresentar o diploma, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares *(BE)*: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A apresentação deste Projecto de Decreto Legislativo Regional – que, para abreviar, altera o regime de trabalhos a mais estabelecido pela adaptação à Região Autónoma dos Açores do código de contratos públicos, o CCP – visa responder a uma preocupação imediata, assumida por esta Câmara, com especial realce para a bancada da maioria: a saúde das contas públicas.

Saúde das contas públicas no que diz respeito ao combate, no desbaratar de dinheiros, por via das derrapagens nas obras públicas. O combate ao facilitismo

que se regista, por via de um tecto de derrapagens de 25%, introduz uma lógica conducente a todo o tipo de abusos e lucros abusivos ou fabricados pelas respectivas empresas. Com o consequente e inevitável prejuízo das finanças públicas.

Hoje, que o Partido Socialista tanto fala dos sinais que têm de ser dados, a partir do poder político, para ajudar a combater a crise, o sinal que é dado com esta facilidade de derrapagens é o sinal do regabofe para uns, enquanto que, para outros, o sinal é o de congelamento de salários e diminuição das reformas. O sinal que é dado ao mercado é o da falta de transparência, porque aquilo que é contratado, ao princípio, pode ser alterado, de forma substancial e relativamente fácil.

Assumir uma postura rigorosa é, pois, uma exigência de saúde das contas públicas e, não menos importante, uma exigência da democracia. Rigor e transparência nas contas públicas é factor determinante na saúde democrática de um Estado de direito, ao impor clareza nas relações entre o Estado e os interesses económicos.

Não vou aqui citar de novo o Socialista, Presidente do Tribunal do Contas, quando ele provava, em entrevista recente, o enorme contributo das chamadas "derrapagens" para o fomento da corrupção.

A nossa proposta obriga ao rigor a montante, obriga a um sinal claro de que, nos Açores, apesar das diferenças geológicas, é redobrado e não facilitado esse mesmo rigor e é, também, dado um sinal de que, obrigando a esse rigor, fica mais dinheiro livre para outras funções do Governo, por exemplo no campo social.

Representa, pois, este projecto, na opinião da bancada do Bloco de Esquerda, um contributo válido para a clareza das contas públicas nesta Região e, consequentemente, um reforço da democracia.

Disse.

Deputado Mário Moniz *(BE)*: Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate na generalidade deste diploma, aceitam-se inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Traz-nos a esta câmara o Bloco de Esquerda um Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa alterar um outro diploma aprovado nesta câmara há bem pouco tempo. Esta circunstância temporal leva-nos também a fazer, desde logo, uma reflexão.

Isto é, há pouco mais de oito meses debatemos e votámos, aprovando nesta câmara, uma iniciativa legislativa que visou adaptar à Região o código dos contratos públicos, nomeadamente alargando o limite dos trabalhos a mais para 25%. Não há histórico suficiente, nem realização de avaliação suficiente, para que, passado tão pouco tempo, possamos dizer que aquilo que foi aprovado há oito meses está em condições de ser alterado nesta circunstância e, nomeadamente, para se baixar o limite dos trabalhos a mais para o valor que agora o Bloco de Esquerda propõe.

É preciso também dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que, apesar da linguagem colorida da Sra. Deputada Zuraida Soares, o que é verdade é que a transparência e o rigor não se fazem com linguagem colorida, com tiradas de efeito mediático, nem com declarações a favor da transparência ou da boa exigência em relação às contas ou aos negócios públicos.

É preciso também lembrar, porque temos de ser rigorosos e temos de ter sentido das coisas, que o código dos contratos públicos tornou muito mais "apertada a malha" relativamente aos trabalhos a mais, tornou muito mais exigente a contratação de trabalhos a mais. O próprio Tribunal de Contas, e bem – sublinho: e bem – tem vindo, por via jurisprudencial, também a "apertar a malha" da interpretação dos trabalhos a mais. Hoje, não é possível fazer trabalhos a mais em obras públicas como era possível no âmbito da legislação anterior. É preciso não esquecer este pano de fundo.

E, apesar de se dizer que se quer transparência e rigor com os trabalhos a mais, o que é verdade é que está por provar que o limite que a Sra. Deputada Zuraida Soares e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõem nesta sede satisfaça claramente esse cuidado de transparência e de rigor nas contas públicas, ou nas

obras públicas, realizadas não só pelo Governo Regional ou pela Região Autónoma dos Açores, mas também pelos municípios e por todas as outras entidades que recebem financiamento público e que estão, também, sujeitas ao regime da contratação pública em matéria de obras públicas. Não há aqui uma questão só com o Governo Regional ou com a Região Autónoma dos Açores. É para todo o universo de entidades que estão sujeitas à disciplina do código da contratação pública.

Eu direi, Sra. Deputada Zuraida Soares, se me permite, que, extrapolando as suas palavras, V. Exa. deveria propor aqui que não houvesse, sequer, trabalhos a mais, na pureza dos princípios. Zero por cento de trabalhos a mais, essa é que era a opção consequente com aquilo que V. Exa. acabou de dizer. Porque, do lado do Partido Social Democrata, nós entendemos o mesmo que entendíamos há oito meses: há condições geomorfológicas, que têm a ver com as características dos solos açorianos, que justificam este limite de 25% para os trabalhos a mais nas obras públicas realizadas nos Açores.

Com isto, não queremos dizer que todas as obras públicas devam atingir este limite. Com isto, não queremos dizer que desejamos que todas as obras atinjam este limite. Mas, com isto, queremos significar que entendemos que, não tendo um limite com esta expressão como hoje está em vigor nos Açores e como esta câmara aprovou – com o voto, aliás, do Partido Social Democrata –, significa que vamos tornar mais complexos os processos de obras públicas. Porque, sempre que haja trabalhos a mais de um limite de 6%, admitindo como bom o patamar que o Bloco de Esquerda aqui apresentou, é preciso lançar um procedimento para fazer um novo concurso, para ter um novo empreiteiro naquela obra, que tem de ter um estaleiro e, sobretudo, vamos ter dois empreiteiros, muitas vezes em obras pequenas, a conflituarem na própria obra, a demorarem a obra e a encarecê-la. Isso, o Partido Social Democrata não quer.

Temos uma postura responsável nesta matéria, porque não alinhamos também, neste aspecto, em tiradas demagógicas nem em falsas moralidades. Que me desculpe V. Exa., Sra. Deputada, mas o exercício que V. Exa. acabou de fazer desta tribuna é, de facto, um exercício de falsa moralidade quanto aos dinheiros

públicos e quanto às obras públicas. Porque estamos preocupados com a boa realização das obras públicas, com a celeridade das obras públicas e com economia para a Região e com economia também para todos aqueles que, recebendo dinheiro da Região, têm de contratar ao abrigo do código dos contratos públicos, mantemos a opção que tomámos há oito meses. Porque não há, Sra. Deputada, nenhuma razão objectiva que nos leve a mudar de opinião. Não há nenhuma decisão do Tribunal de Contas que nos leve a mudar de opinião.

Com isto, queremos também deixar claro que não deixaremos de denunciar todas as derrapagens que aconteçam em obras públicas da responsabilidade do Estado que vão para além da legalidade, como já fizemos no passado. Não estamos, com isto, a passar um "cheque em branco" ao Governo Regional, para que derrape à vontade nas obras públicas. Não: estamos a ser conscientes e coerentes com a opção que tomámos, no sentido de, atendendo às nossas características insulares e às características dos nossos solos, permitir autorizar por via legislativa que, nos casos que a lei permite, também, este limite de trabalhos a mais possa atingir o patamar dos 25%, porque entendemos que este patamar é o mais adequado à nossa realidade.

Em oito meses, não mudámos de opinião e, em coerência com o que decidimos e votámos no passado, votaremos contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa *(PS)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco mais de dois anos, mais concretamente no dia 29 de Janeiro de 2008, foi publicado no Diário da República o Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, diploma que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, transpondo para o direito interno as Directivas n.os 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho.

Na decorrência da entrada em vigor do referido decreto-lei, no período legislativo de Junho de 2008 este Plenário debateu uma proposta de decreto legislativo

regional visando o estabelecimento de Regras Especiais de contratação pública na Região Autónoma dos Açores.

Como bem fez então notar o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, aquilo que foi feito visou, e cito, "manter para a Região o Código da Contratação Pública previsto para o plano nacional, mas introduzindo na Região um regime de regras especiais que observam a realidade geográfica, económica e administrativa da Autonomia".

Esta iniciativa legislativa foi aprovada por unanimidade e publicada em 28 de Julho de 2008 como Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A.

Entre outros aspectos diferenciadores e atendendo à realidade geomorfológica do arquipélago, condicionante primeira nos projectos de obras públicas regionais, designadamente através do seu impacte na execução dos contratos e na avaliação de eventuais trabalhos a mais, este diploma legal fixa em 25% o limite máximo dos trabalhos a mais, limite que no Código dos Contratos Públicos foi fixado em 5%.

Já na presente legislatura, mais concretamente em 16 de Junho de 2009, esta Assembleia discutiu e aprovou a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, introduzindo alguns aligeiramentos procedimentais com vista sobretudo a "favorecer o sector da construção civil e todas as entidades públicas, ou o sector empresarial que utiliza o Código da Contratação Pública e que, numa conjuntura de dificuldades, tem necessidade de aumentar o investimento público, fundamentalmente para suprir algumas dificuldades que se têm vindo a notar em matéria de investimento privado", conforme então deixou expresso o secretário regional que tutela o sector, aquando da apresentação do diploma.

No debate que então ocorreu nesta Casa ficou clara a perspectiva do Bloco de Esquerda sobre estas matérias.

Afirmava então o deputado José Cascalho que "as medidas de flexibilização abrem portas ao clientelismo e à corrupção" e acrescentava, para justificar o voto contra da sua bancada, que "o Governo, com esta alteração do Decreto em discussão, fica com mãos livres para favorecer, descriminar e criar clientelismo, se assim o desejar".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi portanto sem surpresa que demos conta do projecto de diploma que agora estamos a apreciar e com o qual pretende o Bloco de Esquerda impor na Região o limite de 5% nos trabalhos a mais fixado na legislação nacional.

Entre os motivos que apresenta para justificar a sua iniciativa, o Bloco de Esquerda dá-se ao luxo de afirmar que a realidade geomorfológica do arquipélago não justifica um majorante de 25% no preço contratual.

Mas dá-se o Bloco de Esquerda ao trabalho de justificar tal afirmação? Obviamente que a resposta é não!

Alegam também os proponentes que a constante derrapagem dos preços das obras públicas é condenável e inferem que da legislação em vigor resulta um acréscimo de encargos para o erário público.

Mas dá-se o Bloco de Esquerda ao trabalho de demonstrar com números aquilo que afirma? A resposta é, obviamente, uma vez mais negativa.

Porque, Sras. e Srs. Deputados, a posição do Bloco de Esquerda não se baseia em dados concretos e tão pouco em pressupostos. A posição do Bloco de Esquerda, nesta como em outras matérias, resulta tão-somente de preconceitos.

Na visão do Bloco de Esquerda os governantes são todos uns malandros e os empresários, a par dos banqueiros, são todos uns corruptos. E, quanto muito, serão capazes de transigir no vice-versa…

Deputado Mário Moniz *(BE)*: Todos, não: alguns.

O Orador: Quanto aos bons, esses estarão porventura maioritariamente concentrados em Salvaterra de Magos, entretidos com as touradas e a tocar djambés…

O Partido Socialista rejeita liminarmente este maniqueísmo do Bloco de Esquerda.

No nosso entender, os pressupostos que conduziram à diferenciação contida no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A permanecem actuais, pelo que essa mesma diferenciação continua plenamente a justificar-se.

Atente-se, a propósito, no facto de o próprio Governo da República já ter procedido a uma aproximação à legislação em vigor na Região, com as alterações ao CCP introduzidas no seu artigo 370.º através do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro.

E o Partido Socialista tem plena confiança nas instâncias a quem estão cometidas as tarefas de fiscalizar e zelar pelo rigor dos procedimentos da contratação pública na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tal como ficou claro aquando das audições realizadas pela Comissão de Política Geral, a serem aprovadas, as alterações propostas pelo Bloco de Esquerda iriam, elas sim, provocar atrasos nas obras e originar a necessidade de novos procedimentos contratuais e concursais, o que inevitavelmente teria como consequência um agravamento dos custos.

Precisamente o contrário daquilo que o Bloco de Esquerdo diz pretender. Aí, sim, Sra. Deputada, teríamos o regabofe.

Assim, face ao exposto, resulta por demais evidente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista só pode votar contra esta iniciativa. E é isso mesmo que vai acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz *(BE)*: Também não se esperava outra coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) Deputado Abel Moreira *(CDS/PP)*: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar do CDS/PP quer deixar alguns considerandos sobre a matéria.

Certamente que os propósitos do Bloco de Esquerda são nobres, mas, infelizmente, são utópicos na sua adequação à realidade. Todos nós gostaríamos que não houvesse trabalhos a mais nas obras públicas, pois isso só traria mais dinheiro a novos investimentos públicos. Agora, é utópico falar de obras públicas em que não haja derrapagem financeira.

Queremos também discordar dos 5% propostos pelo Bloco de Esquerda, pois a realidade diz-nos que é um crivo demasiado apertado. O resultado, caso a proposta fosse aprovada, certamente iria acarretar despesas acrescidas, dada a necessidade

de novos procedimentos concursais. Salientamos que o Tribunal de Contas é soberano na matéria e prova disso foi, há bem pouco tempo, o chumbo às novas auto-estradas no continente português.

Quanto à nobreza do propósito, subscrevemo-la. Há, de facto, demasiadas derrapagens exageradas. A única forma, em nosso entender, de conter essas hemorragias será pela responsabilização mais efectiva e exigente dos donos das obras.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP)*: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos *(José Contente)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção dizendo, em primeiro lugar, que a lógica do controlo dos custos no domínio das obras públicas não se esgota, nem se pode esgotar, nos trabalhos a mais. Aliás, essa é uma visão redutora, não compaginável com a realidade dos custos finais das obras e, naturalmente também, uma visão que hoje em dia não faz sentido, perante um código de contratação pública onde se evidencia este controlo, aí sim, e o rigor, a montante, com situações que têm a ver com o projectista, com a necessidade e com a responsabilidade por erros e omissões e com o reforço dos poderes de fiscalização. Estes, sim, são factores determinantes nos custos finais das obras públicas.

Gostaria de dizer que hoje em dia é, por isso mesmo, também menos apropriado falar em derrapagens, por um motivo que foi inscrito no novo código de contratação pública. Ou seja: enquanto antigamente havia um preço base a partir do qual as empresas concorriam, e podiam dar preços superiores ou inferiores à proposta base, hoje em dia o preço base lançado por qualquer entidade é o limite máximo que podem atingir as propostas de todos os concorrentes. Logo aí, há um tecto que limita a questão do descontrolo de qualquer obra pública. Por outro lado ainda, quando se pode avançar para situações de trabalhos a mais, este código – como já em parte o outro diploma, o 59/99, previa – acaba por admitir que é

preciso, a partir de 15%, haver pareceres técnicos que justifiquem mais trabalhos até 25%. Este princípio volta a manter-se, e volta a manter-se no sentido de travar qualquer situação que corresponda a um aumento de preço.

O que esta proposta de facto acaba por não perceber – e é, nesse sentido, irrealista – são algumas coisas que já foram aqui referidas. Se nós admitíssemos como bom tecto os 5%, automaticamente estaríamos a admitir, numa região como a nossa, ou em obras que o próprio Governo da República acabou por admitir, que eram obras passíveis de facilmente superar esses 5%. Porque eu noto que o código inicial também previa só os 5% e, depois, o próprio Governo da República aproximou-se da proposta do Governo Regional dos Açores em várias situações, que estão descritas numa segunda alínea da proposta do Bloco de Esquerda, que eu não vi inicialmente discutida na Comissão e que não corresponde a outra coisa senão à alteração que o Governo da República fez numa segunda fase, onde já estão também previstas situações de prospecção geotécnica, obras que correspondem a reabilitação e restauro de imóveis, obras em túneis, obras portuárias e aeroportuárias.

Isso só significa que o Governo da República introduziu uma alteração, aproximando-se da legislação regional. Não é uma excepção, porque estão quase previstas algumas dessas obras. Com um defeito, quanto a nós: esta formulação do Governo da República – que mais tarde ou mais cedo vai voltar a ser alterada, na nossa opinião, e como nós já temos notícia – corresponde a outra coisa, introduz um princípio de incerteza jurídica ao excepcionar algumas destas situações, que não são facilmente caracterizáveis. Então, é muito mais rigoroso estabelecer logo um tecto global para os trabalhos a mais. Foi isso que o Governo Regional fez e fê-lo bem. Fê-lo bem, porque o rigor que aqui está previsto tem a ver também com a nossa Região.

Já foi falada aqui, e é uma propriedade dos solos regionais, a sua heterogeneidade lateral. Isto significa uma coisa tão simples quanto isto: quando se projecta uma estrada de *x* quilómetros, é impossível, com qualquer prospecção geotécnica, aferir da capacidade desses solos sob o ponto de vista de toda a sua extensão e saber se são sempre rochas, ou se são materiais mais friáveis, etc. Isso significa também

que, muitas vezes, há necessidade de, por exemplo, mais trabalhos de escavações quando se encontra mais rocha que não estava prevista. Automaticamente, isto é um imprevisto que entra numa obra e, sob o ponto de vista das propostas que estariam em cima da mesa, não ficariam contempladas. Com uma outra agravante: qualquer situação não prevista nestes casos representaria, ao contrário do que o Bloco de Esquerda defende, um acréscimo na despesa. Um acréscimo na despesa, não por falta de rigor, mas pelo não entendimento dessa imprevisibilidade, porque, como já foi aqui dito, novos concursos, novos preços, novas demoras, novos trabalhos a mais e um preço final, esse sim, muito maior.

Portanto, esta proposta não tem em conta a realidade regional e não tem em conta a boa formulação que foi feita pelo Governo Regional, já em tempos de formação do próprio código da contratação pública, onde nós tivemos uma equipa de juristas do Governo a trabalhar conjuntamente com o código de contratação. Já nessa altura chamámos a atenção e o Governo da República veio dar-nos razão, também, com uma segunda aproximação feita nesses trabalhos a mais.

Mais do que isso, o que é importante referir aqui é que é redutor e não faz sentido afirmar que há derrapagem de obras públicas por causa de trabalhos a mais de 25%. Essas derrapagens, hoje em dia, são muito mais impossíveis de acontecer, porque há um tecto máximo a partir do qual não pode haver propostas que ultrapassem, numa primeira fase, as propostas das empresas adjudicatárias; e os trabalhos a mais de 25% têm de ser devidamente justificados a partir de 15%. Caso contrário, a partir de qualquer situação que ultrapasse isso, teria de haver novas obras, novos contratos e novos preços e isso sim, seria altamente penalizador para a Região.

Ou seja, a proposta do Bloco de Esquerda, independentemente da sua formulação inicial, é uma proposta mais desvantajosa, menos rigorosa e menos transparente, porque obrigaria a situações não compatíveis com esse rigor e com essa transparência. Por isto tudo, o Governo Regional não acredita, não acha conveniente, nem defende as próprias associações e empresas do sector da construção civil, sob o ponto de vista do seu funcionamento, esta proposta do

Bloco de Esquerda e, por isso, ela, no entendimento do Governo, não deve ser aceite por esta câmara.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. Continuaremos naturalmente os nossos trabalhos, recomeçamos amanhã às 10:00 horas da manhã, com o PTAP.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20:00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*.